



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/ICS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

REBECCA CHRISTINA RODRIGUES (RELIGARE) JUVENCIO DE OLIVEIRA

**O DIREITO À CIDADE PARA O EXERCÍCIO DA SEXUALIDADE DE MULHERES
LÉSBICAS: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS**

**BRASÍLIA
2019**

REBECCA CHRISTINA RODRIGUES (RELIGARE) JUVENCIO DE OLIVEIRA

**O DIREITO À CIDADE PARA O EXERCÍCIO DA SEXUALIDADE DE MULHERES
LÉSBICAS: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de mestra em

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Dimitrov

**BRASÍLIA
2019**

REBECCA CHRISTINA RODRIGUES (RELIGARE) JUVENCIO DE OLIVEIRA

**O DIREITO À CIDADE PARA O EXERCÍCIO DA SEXUALIDADE DE MULHERES
HOMOAfetivas: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de mestra em Sociologia

Aprovada em: 12/03/2020

Prof. Dr. Eduardo Dimitrov – Orientador

Prof. Dr. Evandro Charles Duarte Piza – Examinador

Profa. Dra. Berenice Bento – Examinadora

Brasília, 12 de março de 2020.

AGRADECIMENTOS

Esses tempos dissertativos exerceram em minha vida um tom de dor e de muita resiliência.

Aprendi com este mestrado que tudo, absolutamente tudo, pode acontecer na sua vida durante os tais 2 anos de criação produtiva do academicismo.

Não escrevi em prazo hábil e não tive uma vida tranquila.

Houve altos e baixos, muitos choros.

A escrita se converteu mais em fardo que prazer.

O meu primeiro lugar na admissão foi diminuído a: será que eu dou conta? Será que quero continuar?

A política me entorpeceu, as violências diárias aos meus pares raciais me paralisaram; as mortes não contabilizadas, e sequer refletidas, da população LGBT também ecoaram em mim.

Escrever sobre algo que me abarca foi um desafio, e, mais, foi mágico.

Por isso, neste espaço de agradecimentos, quero dizer que sou grata a Nossa Senhora Aparecida, por ter sido meu arauto e meu conforto nos momentos em que (pensei) estar sozinha a escrever.

Quero agradecer a minha mãe, bruta-flor-do-querer, mulher de fibra, sonhadora, valente e que fora enormemente presente em minha vida desde os meus primeiros passos. A pessoa que sempre me deu a fórmula para vencer as mazelas e desilusões, perpetuando sua fé e honradez. Obrigada por sempre me lembrar que eu sou capaz e dou conta, isso permitiu que eu não desistisse até quando eu achava não ser possível terminar esses escritos.

Agradeço ao meu pai por, mesmo em suas inconstâncias e temperamentos não razoáveis, ainda assim, ser alguém com quem quero compartilhar essa vitória.

Agradeço a minha irmã Rafaela Caroline, por ser um exemplo para mim, por sempre me estimular a ir mais profundo com suas pertinentes falas e indagações. Boa filósofa que é, sempre me arrebatava mesmo sem se dar conta.

Agradeço a minha irmã Bárbarah Cléo, por ser meu orgulhinho; a doce menina inteligente e que não para de crescer mesmo com as dificuldades que a vida impõe. Vejo a mim em você e me alegro ao perceber que és alguém muito melhor do que fui. Nunca esquecerei: “Becca, você tem que terminar esta dissertação, quer que eu escreva para você?”.

Agradeço à G. Kellen que foi indispensável na minha vida no ano de 2019.

Agradeço aos amigos, os presentes e os distantes, por se traduzirem em poesia na medida certa para mim.

Agradeço à Rosana Castro, Karina Bugarin, Alexandra Martins Costa, Júlia Freire, amigas que conto para todo o sempre.

Agradeço as amigas corpoliticanas que me foram alento e energia por mais de 3 anos.

*quando eles falam, é científico;
quando nós falamos, é não científico.
quando eles falam, é universal;
quando nós falamos, é específico.
quando eles falam, é objetivo;
quando nós falamos, é subjetivo.
quando eles falam, é neutro;
quando nós falamos, é pessoal.
quando eles falam, é racional;
quando nós falamos, é emocional.
quando eles falam, é imparcial;
quando nós falamos, é parcial.
eles têm fatos, nós temos opiniões.
eles têm conhecimentos, nós temos experiências.
não estamos lidando com uma "coexistência
pacífica de palavras", mas com uma violenta
hierarquia, que define quem pode falar, e sobre o
que nós podemos falar.*

(Grada Kilomba - Decolonizing Knowledge)

RESUMO

Este trabalho objetiva mostrar como se dão as experiências de segredo e armário dentro das vidas de mulheres homoafetivas em seu direito de se relacionar afetivo-sexualmente em espaços de convivência. Para isso, utilizo-me de uma postura mais próxima e a partir da minha pertença social para acessar nuances subjetivas destas sujeitas. Atribuí importância ao histórico de cada uma desde os espaços familiares, crenças religiosas, iniciações sexuais até chegar ao ambiente de trabalho. Tendo como base relatos, pretendo esmiuçar as estratégias implicadas na busca por um lugar seguro para se relacionar, bem como retratar como as categorias *segredo e armário*, perpassam suas rotinas e delineiam as submissões, os estereótipos e, por fim, suas formas de lidar com o preconceito frente à violência. Neste percurso, coloco em evidência as entrevistas, não em função de querer traçar um perfil das mulheres homoafetivas em Brasília, mas na intenção de propor um panorama comportamental destas mulheres que, por vezes, têm vivências tão similares às outras; a amostra da pesquisa tem o caráter de indicador de traços, usos e condutas. Para obter tais amostras, entrevistei quatro mulheres na intenção de analisar as peculiaridades e, também, as decorrências de suas práticas afetivas em Brasília.

Palavras-chaves: segredo; armário; lésbicas; espaço-seguro; violência;

ABSTRACT

This work aims to show how the experiences of secrecy and closet occur within the lives of homosexual women in their right to relate emotionally and sexually in social living spaces. For this, I assume a closer posture from my social belonging to access subjective nuances of these subjects. I attributed importance to the history of each one of the research subjects from family spaces, religious beliefs, sexual initiations to work environments. Based on their narratives, I intend to explore their strategies implied in the search for a safe place to relate to other women, as well as to portray how the categories *secret* and *closet* pervade their routines and outline the subjuries, stereotypes and, finally, their ways of dealing with prejudice and violence. In this way, I highlight the interviews, not in order to draw a profile of homosexual women in Brasilia, but with the intention of proposing a behavioral panorama of these women who sometimes have experiences so similar to others. The research sample has the character of indicator of traits, uses and conducts. To obtain such samples, I interviewed four women with the intention of analyzing the peculiarities of their experiences and also the consequences of their affective practices in Brasilia.

Key-words: secrecy; closet; lesbians; safe-space; violence.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	10
INTRODUÇÃO	12
I. TURBILHÃO DE ACONTECIMENTOS - O PRELÚDIO.....	12
1.1 A PERCEPÇÃO DE QUE SE TRATAVA TAMBÉM DE MIM AQUELE MAL-ESTAR	12
II. DE QUANDO ASSISTIA HILDA FURACÃO E ME SENTIA ATRAÍDA POR ANA PAULA ARÓSIO	19
2.1 A LÉSBICA QUE HÁ EM MIM	19
2.2 DO TEMPO EM QUE ILUSIONEI ESTABILIDADE EMOCIONAL DEPOIS DO ESTÁGIO PROBATÓRIO	23
III. DIALOGANDO COM AS DIMENSÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO TEXTO E DA CONSTITUIÇÃO DA SUJEITA DA ESCRITA PARA CONSTRUIR A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E IDENTIFICAR MINHAS ESCOLHAS TEÓRICAS.	28
3.1 ENQUADRAR-ME NAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS OU FISSURAR CAMADAS DESSAS MESMAS PERSPECTIVAS?.....	28
IV. A MARGINALIDADE COMO ESTÍMULO À CRIATIVIDADE.....	40
4.1 O SELF QUE CONSTRUO PARA MIM E INCENTIVO A TANTAS	40
4.2 COMPLEXIFICANDO O TERMO SUJEITAS - PARA NÃO OBJETIFICAR	45
V. OBJETIVOS DA ESCRITA – UMA RELAÇÃO DIFÍCIL ENTRE DEFINIR OBJETIVOS E VIVENCIAR A PESQUISA.....	46
5.1 BREVE BASTIDOR DO PROCEDIMENTO DE PESQUISA – UMA TENTATIVA DIÁRIA POR INTERAÇÃO FRENTE AOS CONDICIONANTES E ESQUIVAS EM RELAÇÃO À CIDADE	47
VI. as contradições de um espaço público não vivido e um espaço privado não gozado	48
VII. ARMÁRIO E SEGREDO – FACETAS DE UMA PERFORMIDADE CLANDESTINA	52
7.1 SUJEITAS: EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS DE MULHERES LÉSBICAS SOBRE SEUS AFETOS E O PODER HETEROCISNORMATIVO NO DISTRITO FEDERAL.....	53
7.1.1 “Eu era apaixonada pelas atrizes e pelas professoras”	53
7.1.2 “Para que eu fosse lésbica eu precisava estar em algum desajuste... então, eu não era” ...	72
7.1.3 “A depender da hora que eu saísse não tinha mais ônibus pra voltar... muito morador de rua já me deu papelão pra deitar em cima...”	83
7.1.4 “Por que a minha Spice Girl predileta era a Mel C.?”	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

APENDICE A – QUESTIONÁRIO	104
---------------------------------	-----

PRÓLOGO

De forma recorrente, as práticas afetivo-sexuais de pessoas sexodiversas encontram dispositivos¹ de “privação sensorial”². Para exercerem seus afetos, tais pessoas veem a necessidade quase compulsória de serem detentoras de espaços privados, a fim de que tais práticas não sejam reprimidas ou desumanizadas perante um público intolerante. O tom de escárnio e descaso impera sobre a corporeidade que se demonstra tangente à linha padrão-convencional, que é compreendida no espectro de um corpo branco, hétero, cisgênero, cristão, magro e rico. O tempo presente evidencia recorrentes retrocessos à dignidade humana e, neste contexto, percebe-se a vulnerabilidade da população LGBT, considerada subversiva aos princípios sociais hegemônicos de gênero e sexualidades.

Este trabalho propõe-se questionar os olhares que deslegitimam algumas vivências LGBT quando estas pessoas encontram-se em espaços públicos; bem como os estigmas atribuídos a estes corpos e, ao fim, investigar como se dão as práticas afetivo-sexuais de pessoas LGBT em Brasília, dentro de uma perspectiva na qual a cidade e o seu usufruto estão destinados às corporeidades não-marginalizadas. Esse estudo nasce de um olhar mais sensível em perceber que a urbe tem suas demarcações que, por vezes, delineiam um evitamento social e moral de alguns sujeitos que escapam da matriz heterossexual³, classificados, pela ótica moralizante, como portadores de corpos abjetos⁴.

¹ Em História da Sexualidade, Foucault analisa várias instituições tais como igreja, moral, direito, política e as interseccionalidades entre elas, a fim de fazer uma genealogia das concepções de sexualidade. Desenvolve, para isso, a noção de dispositivo: “(...) um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2000, p. 244).

² Termo utilizado por Sennet em seu livro Carne e Pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental (2003), no sentido de privar sensorialmente as pessoas de terem um contato mais acalorado com a cidade devido aos planos arquitetônicos que davam à população um a sensação de monotonia, passividade e pouco dinamismo. De maneira dialógica ao termo mobilizado pelo autor, utilizo-o para circunscrever as privações sensoriais afetivas que pessoas LGBT passam, também em função de um projeto arquitetônico, mas, sobretudo, por um condicionamento social que moraliza suas condutas.

³ Por matriz heterossexual há de se entender que é uma matriz excludente que torna “abjetos” todos os corpos que não se encaixariam na suposta naturalidade da correspondência entre corpo biológico, sexo e orientação sexual. Termo cunhado por Judith Butler e que percorre diversas obras de sua autoria. In: BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of sex**. Nova York: Routledge, 1993.

⁴ Corpo Abjeto: “(...) um corpo que está à margem, que perdeu sua condição de sujeito e por isso, muitas vezes monstruoso e obtuso. Somos inseridos no mundo por meio do corpo que temos; no entanto, não é qualquer corpo que se insere. Há a necessidade de que seja um corpo marcado, lido, entendido, significado e ressignificado pela cultura. Neste sentido, nossa cultura cria e desenvolve um ideal de corpo (...) Um corpo são, em constante trânsito, mas agarrado a sustentáculos de “ordem” – neste caso falo da ordem heterossexual e cisgênera, que, cria corpos para cumprir funções produtivas e reprodutivas como se elas fossem inatas e, “naturalmente”, inquestionáveis. Consequentemente, qualquer corpo, qualquer identidade que ultrapasse essas funções tão bem delimitadas das normas de gênero é entendida como abjeto, desviante, inumano” (VIEIRA, 2015, p. 13).

Esta análise visa identificar como a sexualidade de corpos desacreditados, também considerados abjetos, resiste aos dispositivos econômicos, sociais, culturais e religiosos, que trazem uma margem bastante definida de ‘onde’, ‘como’ e ‘quando’ uma mulher lésbica pode explicitar suas práticas afetivo-sexuais. Esses dispositivos atuam na interseção de marcadores sociais da diferença como os de raça e de classe, bem como territorialidade, informando posturas, passabilidades⁵ e prerrogativas, perante um contexto social.

⁵ Tal expressão se refere à comunicação da performatividade de gênero sem falhas; é uma metáfora ao fato de o sujeito “passar” sem ser percebido enquanto pessoa trans (QUEIROZ, 2016, p. 67). No texto, essa palavra ganha significado que abrange não apenas corpos transgêneros, que foi de onde partiu o conceito, mas também aos demais corpos LGBT que precisam de uma conformidade em posturas e trejeitos para terem seu deslocamento na cidade de forma mais tranquila.

INTRODUÇÃO

I. TURBILHÃO DE ACONTECIMENTOS - O PRELÚDIO

1.1 A PERCEPÇÃO DE QUE SE TRATAVA TAMBÉM DE MIM AQUELE MAL-ESTAR

Em janeiro de 2013 o Centro Acadêmico (CA) de Direito da Universidade de Brasília (UnB) amanheceu com uma pichação em vermelho simulando sangue, com os seguintes dizeres: “Não aos gays” e “quem gosta de dar, gosta de apanhar”⁶. Frente àquele ato de fúria e violência, foi aberto um processo dentro da Universidade; a diretoria do Centro Acadêmico fez uma nota de repúdio que ganhou grandes repercussões, midiáticas inclusive, e foi feito em ato de protesto – um beijaço – no Minhocão (uma das principais edificações da universidade).

A UnB, um ano antes, em 2012, havia protagonizado uma campanha – UnB fora do armário – que deu propulsão e foi palco para diversas medidas contra a homofobia dentro do campus. Ainda naquele ano de 2013, agora em fevereiro, uma aluna de Agronomia, fora sido espancada no estacionamento do campus Darcy Ribeiro. Em meio ao espancamento, o agressor (homem de aproximadamente 18-22 anos), vociferava “lésbica nojenta”; a vítima registrou a denúncia do incidente como homofobia à 2º DP⁷.

Em 2014, eu era aluna da UnB, do departamento de Letras, e ingressava na Faculdade de Direito para fazer meu segundo curso. Acompanhava os relatos e protestos, bem como participava de muitos atos reivindicando direitos igualitários no Campus; em meu primeiro semestre no curso de Direito, inspirada por um ar de fazer justiça, fazer a diferença e promover direitos (sentimentos típicos de uma caloura em um curso promissor), percebi uma onda de violência e pouca empatia às pessoas LGBT na universidade. O ar de repressão e desaprovação não se dava somente aos LGBT, mas também aos negros, indígenas, mulheres e às minorias em geral. Parecia que casos semelhantes, aos ocorridos em 2013, se multiplicavam e se deflagravam de forma mais violenta em festas e nos corredores de departamentos.

Em novembro de 2014, na expectativa de ser uma força antagônica aos descabidos casos de homofobia, racismos, machismos e demais violências dentro da universidade, nasceu a CORPOLÍTICA, coletiva que imergiu frente a uma situação de quebras de direitos e

⁶ Estas pichações foram capa do livro Notícias de Homofobia no Brasil, organizado pelas professoras Débora Diniz e Rosana Medeiros de Oliveira, em 2014.

⁷ Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/02/aluna-espancada-na-unb-foi-vitima-de-homofobia-lesbica-nojenta.html>>.

intolerâncias no ambiente universitário. CORPOLÍTICA tratava-se de um nome polissêmico e aglutinador, de alguns sentidos – os radicais COR, CORPO E POLÍTICA: eram os termos com os quais desejávamos trabalhar naquele espaço acadêmico.

A CORPOLÍTICA foi fundada, em 15 de novembro de 2014, por Maria Léo (estudante travesti) e por mim (estudante negra e lésbica), ambas estudantes do curso de Direito na UnB.

“A Corpolítica surgiu em uma reunião no começo de novembro de 2014 nos jardins da faculdade de Direito da qual participaram aproximadamente vinte LGBTI+. As estudantes da Faculdade de Direito, e um professor, começaram a dialogar sobre a importância de um grupo LGBTI+ na unidade acadêmica. Ao longo do mês de novembro, o grupo espalhou convocatórias em cartazes e panfletos pela universidade para construir uma “coletiva ALGBTQI”. (DUARTE, et al. 2019, p.7)

O intuito era intervir no espaço público periférico afinando debates sobre identidade de gênero, orientação sexual, machismo e territorialidade, sempre com a transversalidade dos marcadores de raça e de classe. Firmou-se primeiramente como um grupo de estudos sobre gênero e sexualidades, depois como uma coletiva LGBT na universidade. Tempos depois, reestrutura-se como uma coletiva LGBT itinerante que visava estar nas regiões mais periféricas do Distrito Federal, promovendo rodas de conversas sobre sexualidade, identidade de gênero⁸ e territorialidade; por fim, em meados de 2015, tornou-se também um projeto de extensão da UnB, cujo nome era: CORPOLÍTICA – diálogos sobre gênero, sexualidade e direitos com jovens em espaços urbanos periféricos no Distrito Federal, sendo orientado pelo Professor Evandro Charles Piza Duarte, docente do departamento de Direito da Universidade de Brasília.

Uma das atividades desenvolvidas pelo grupo eram encontros em cidades administrativas mais distantes do centro, nas quais nos parecia carecer de um espaço de debate sobre sexualidade. Sempre que as palestras ocorriam, em praças ou centros comunitários de regiões administrativas, as vivências relatadas eram muito ricas e plurais. Ainda que se trate, a princípio, de um grupo homogêneo, em sua maioria jovens e LGBTs, o marcador de territorialidade se pôs em relevo diante dos signos de racialidade e de classe.

Brasília parecia ter uma silhueta geográfica de interdição diferenciada a partir de cada história. A depender da corporalidade, da classe e de outras particularidades sociais, notava-se

⁸ Tal termo, identidade de gênero, postula-se com base na dimensão subjetiva do sexo e do gênero, e pressupõe a identificação pessoal com um universo feminino ou masculino. Consiste em uma ideia de que o sexo é mentalmente formalizado pelo detentor daquela identidade. “Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa (...) Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero” (JESUS, 2012, p. 14).

que a cidade impunha uma regulação corpórea-sexual desigual ou mesmo uma segregação social de determinados corpos. O livre trânsito de alguns corpos era conformado a uma política de ajuste/adequação.

A partir dessa percepção, pareceu-me pertinente abordar a estrutura da cidade (seus lugares, culturas, rotinas e demarcações) como produtora de desigualdades ao seu usufruto. Vi em tal condicionante um problema sociocultural no qual o espaço público se destinava a alguns; porém, não se apresentava acessível às pessoas homoafetivas.

O problema da minha dissertação, portanto, começa com essa experiência na CORPOLÍTICA.

Certa vez, em contato com duas moças, lésbicas, companheiras de pouco tempo (mais ou menos cinco meses de relação), moradoras de regiões mais afastadas do Plano Piloto, com orientações sexuais ainda não reveladas aos seus pais, estudantes universitárias e frequentadoras assíduas das rodas de conversa da CORPOLÍTICA, notei certo desconforto em ambas em como fazer para que estivessem mais tranquilas para se relacionar afetivo-sexualmente. Ora, aquilo me sobreveio com uma pontada: eu também já me havia visto sem perspectivas ou soluções para esta questão.

Como se daria a relação sexual daquelas duas meninas se os pais e pares que poderiam apoiá-las não sabiam de suas orientações sexuais e assim se dava porque se soubessem provavelmente não saberiam lidar?

Como se daria essa descoberta sexual e o por vir de seus prazeres se elas não tinham lugares apropriados ou possíveis para a prática sexual e seus menores carinhos também eram refreados frente a um receio de expor aquele amor clandestino?

Como se daria aquela vivência amorosa se motéis era algo um tanto quanto distante da perspectiva financeira delas e se mostrava ainda mais difícil posto que elas não possuíam carro?

Como aconteceria caso elas fossem de táxi/uber para um motel? Será que o taxista/uberista seria inoportuno, preconceituoso, indelicado e até abusivo?

Por fim, como mulheres que se relacionavam com mulheres poderiam ter direitos aos espaços públicos sem que suas práticas afetivas fossem melindrosas, uma vez que atribuídas à perversão?

Para este trabalho adoto uma postura reflexiva, parto do meu próprio lugar de enunciação no qual a categoria “experiência”⁹ me é muito cara.

⁹ Djamilla Ribeiro escreveu, em seu livro *O que é lugar de fala?* a respeito de tal termo. Existem metodologias que validam as experiências, bem como construções filosóficas que também as validam. O feminismo negro em muito bebe nas fontes da categoria experiência quando afirma que mulheres negras, justamente por terem estado à

Quando evoco a minha vivência como mulher, negra, lésbica, militante LGBT e também do movimento negro – traços fundantes, senão estruturais, de uma interseccionalidade¹⁰ que compreende o modo como estou neste texto e fora dele, abro a perspectiva de dialogar com outros corpos que, assim como o meu, podem entrar em afinidade e representação com meus intuitos e propósitos dissertativos: trazer, por meio de vivências, como se dão as estratégias de mulheres lésbicas frente a uma demanda de adequação social de sua sexualidade para se relacionarem em espaços de convivência.

Há, de minha parte, uma inteira rejeição à ideia de objetividade pura, e, de tal forma, opto por uma compreensão do conhecimento como sendo situado e parcial, “(...) a respeito da “objetividade” recusei resolver as ambiguidades intrínsecas ao referir-se à ciência sem diferenciar seu extraordinário leque de contextos” (HARAWAY, 2009, p. 34). Donna Haraway sustenta que todos os conhecimentos são situados social e historicamente, e, portanto, parciais. Ainda que Marx já tenha, anteriormente, afirmado esse mesmo ponto, o qual chamava de ideologia, prefiro fazer alusão à Haraway por ser, este trabalho, um feito dissertativo que intenciona promover, inclusive em suas argumentações teóricas, uma bibliografia, senão majoritária, com expressões bastante femininas.

A construção de uma pauta social não se promove a partir de um fato isolado. A recorrência dos fenômenos implica a necessidade de se investigar as conjunturas e incidências, a fim de se apontar indicadores; concomitantemente, as vozes sociais se perpetuam a partir de um conjunto de memórias sociais, históricas, culturais e simbólicas que nos moldam frente a uma sociedade. Assim, não há que se falar de uma memória individual e sequer uma história única, ao contrário, existem nuances, palhetas e coloridos que precisam ser desvendados.

Baseando-me nisso, penso que ouvir estas mulheres em toda a sua subjetividade e inteireza, assim como também me colocar nesse escrito, é trazer à luz do academicismo um conjunto de falas que contrapõem a forma mais tecnicista de se fazer ciência. A minha investigação é científica a partir do momento que faço ciência pautando memórias e vivências de mulheres homoafetivas, no intuito de desmistificar a necessidade de uma linha limítrofe entre o tema estudado e o investigador. Aqui, me envolvo com minhas entrevistadas e me vejo nelas, assim como a recíproca se mantém e, desta forma, impunhamos um modo de nos colocar

margem de tantos processos, tem uma específica forma de fazer ciência, que seria por meio de uma fissura aos já padronizados meios científicos.

¹⁰ Interseccionalidade seria uma “associação de sistemas múltiplos de subordinação que tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

e de retratar nossas experiências, e, “é nesse contexto que nos encontramos: entre movimentos de embate e negociação com as normativas para conseguir respiro e manejos de escape, a fim de tecermos nossas próprias narrativas” (ARARUNA, 2016, p. 9).

Consequentemente, contar estas histórias é desafiar e travar embates às convenções já estabelecidas, e tal postura agrega um caráter de resistência. A distância da margem heteronormativa culmina em comportamentos subversivos à ordem vigente e rompimento com estas estruturas rígidas de conduta social; pressupõe desafiar asserções e fundamentos subscritos a um histórico-social colonial-patriarcal já organizado e estabelecido.

Procuo basear minha produção partindo de um posicionamento crítico, localizado e conectado com a situação de meus pares exatamente no que circunscreve (majoritariamente) a nossa condição de classe, estigma e evitação social. Obviamente que o fato de eu ser do mesmo segmento social ao qual estudo, não me faz uma especialista sobre a situação dessas outras mulheres, no entanto, os elos e similitudes em nossas vivências podem ser indicativos de uma postura social nossa engendrada em usos e costumes que atentam contra nossa existência.

É fundamental perceber que a escolha de reconhecer na experiência um elemento sólido para minhas análises, bem como a opção de autorreflexividade enquanto método de investigação, é um caminho que tracei por acreditar na potência que as vivências possuem e crer que nossos discursos não são desprovidos de um viés político-social desde a sua matriz inicial. Parto da autorreflexividade porque me é caro ser o corpo que sou dentro da universidade e demais espaços representativos, e porque o fato de estar à margem de tantos processos de poder faz de mim alguém mais sensível e atenta ao viés argumentativo que pretendo ilustrar nesta dissertação.

[...] começou a ser para mim evidente que o rigor sem neutralidade era indispensável para evitar a naturalização da cooptação tantas vezes transformada, retoricamente, em estratégia de luta ou em projeto de pesquisa. Estudar, refletir a partir de uma comunidade de aprendentes de ciências sociais, ensaiar outras e novas explicações, promover diferentes metodologias de trabalho e pesquisa, traçar outras condições para pensar e transformar o pensamento levou-me a desejar aprofundar a minha experiência de diálogo plurilógico e sem condições de partida (CUNHA, 2011, p. 80).

Assim, minha condição social no que se refere a meu corpo, subjetividade, experiência e crítica impulsionaram minhas análises sobre as práticas afetivo-sexuais de mulheres homoafetivas em espaços públicos de Brasília.

Refletindo sobre a questão específica a qual me proponho analisar, remontei minha experiência enquanto lésbica à época em que eu não dispunha de um espaço social seguro.

Atualmente, o meu próprio lar e as redes interativas de amigas lésbicas são expressões deste apoio de segurança que possuo.

Foi viva a lembrança de que a vulnerabilidade, o medo, os dispositivos de segurança (tanto os de vigilância ao meu comportamento, quanto às violências contra mim utilizadas), assim como as estratégias adotadas para realizar encontros, eram extremamente recorrentes e mediadoras do meu prazer.

Voltar a minha história serviu para pautar a busca por outras mulheres que poderiam também ter passado por dificuldades tal qual a mim; percorrer esse caminho me permitiu pensar em entrevistar mulheres homoafetivas e perguntar quais foram suas experiências.

Apostei que, assim como eu tive intercorrências em função da minha sexualidade em diversos campos da minha vida, elas também talvez tivessem e, a partir disso, algumas contribuições poderiam ser resgatadas. Pensei também que, talvez, suas lutas promoveriam palavras próprias, jeitos singulares e dinâmicas peculiares na busca por exercerem um comportamento socioespacial aceitável frente às regras de conduta moral impostas.

Este trabalho está geograficamente delimitado em Brasília. Conta com relatos distintos sobre vivências afetivas em relação ao uso dos espaços urbanos e às manifestações do preconceito e da discriminação. Percebi, ao estudar pessoas homoafetivas e o espaço urbano, uma gama de temas possíveis de serem trabalhados. Na tentativa de delimitar meu estudo, elegi como sujeitos de pesquisa, mulheres que se relacionam com mulheres.

Aqui pontuo que a utilização do termo “homoafetivo” foi uma escolha pessoal que se mostrou cúmplice à trajetória das entrevistadas. Em alguns relatos elas mencionaram terem estado em relacionamentos com homens. Ainda que, como ter-se á a oportunidade de ver, todas tenham se automeado como lésbicas, achei coerente trazer a nomenclatura “homoafetivo” que, ao meu ver, vira um termo guarda-chuva ao qual abarca sexualidades plurais e me impede do equívoco de apontar e/ou sugerir a sexualidade alheia.

Optei então, por ouvir relatos de mulheres homoafetivas; sobre como suas práticas afetivo-sexuais se davam em um território que não fossem seus lares, uma vez que vivemos em um país homo-trans-lesbofóbico. A busca se iniciou com uma campanha pequena na internet na plataforma do Facebook. Informei a minha vontade em fazer esse tipo de investigação e, a partir daí, iniciou-se o processo de pesquisa.

Houve muita procura por minha postagem e diversas mulheres entraram em contato. A princípio pensei que tudo sairia de forma muito tranquila, uma vez que havia uma demanda real de pessoas colaboradoras.

Os trâmites de encontros, entrevistas, marcações e logísticas deram uma reduzida massiva neste grupo inicial, e, depois de estabelecer algumas ligações e acordos, foi-me possível, dentro do tempo que dispus, da disponibilidade das informantes e tranquilidade com o tema, retratar em essência a vida de quatro mulheres homoafetivas.

Estas mulheres possuem vivências bem díspares. O rol de profissões delas também é bastante diferenciado, o que, sem dúvidas, dá um colorido ainda maior à pesquisa e contribui para perspectivas distintas, ainda que partamos do cerne homogêneo da sexualidade e do gênero. A faixa etária está entre 21 e 34 anos. Todas moram no Distrito Federal. No entanto, o olhar periférico e a vivência no entorno do Distrito Federal, em cidades como Jardim Ingá, Luziânia e Águas Lindas, perpassam a narrativa de seus relatos.

Outro aspecto importante de ser mencionado é que nenhum de seus pais é brasilienses – todos são de outros estados e chegaram aqui em Brasília por diversos motivos – desde o serviço público até a vontade de ir para lugares mais interioranos – o que torna também o lastro cultural um traço muito potente nas falas das quatro entrevistadas.

A lesbofobia familiar foi uma tônica que me chamou a atenção – eu a notei em um caráter acentuado nos relatos. Não houve, dentre as entrevistadas, uma que se dispusesse a dizer que não encontrou algum tipo de dificuldade com seus familiares. No entanto, percebe-se em suas falas que algumas famílias tinham um modo de lidar que não necessariamente se atribui ao caráter mais violento e corriqueiro dos tantos dramas vivenciados por pessoas homoafetivas. Conforme pontua a autora Sarah Schulman, sobre homofobia familiar:

(...) as especificidades e dimensões da homofobia familiar são amplas. Elas podem variar desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa gay, ou até as crueldades diretas e indiretas que literalmente acabam com a existência daquela pessoa (SCHULMAN, 2010, p. 70).

(...) caso os preconceitos da família sejam flexíveis, caso a vítima tenha uma rede de apoio consistente e confiável e caso outros indivíduos na família ou na comunidade intervenham ativamente na denúncia, portanto, na mitigação do impacto da crueldade, a homofobia familiar pode ser um obstáculo desnecessário, mas superável (SCHULMAN, 2010, p. 70).

Em uma análise macro, minha tentativa em alinhar as vivências e transformá-las em um panorama monolítico não foi possível, justamente por se tratar de visões muito destoantes. Há, porém, pontos sutis a partir de um comentário ou outro, que me fizeram notar que – mesmo partindo de religiões, culturas, rearranjos familiares e estratégias diferenciadas contra a homofobia – ao final, existem, sim, uns traços que as unem, ainda que em seus dissensos: o *armário* a qual são acometidas cada uma em algum determinado momento de suas vidas e o

segredo que permeia suas performances diárias, duas categorias as quais subsidiam e retroalimentam/potencializam o interdito e a omissão de suas sexualidades.

Existem duas experiências que a maioria dos homossexuais compartilha. Uma é a de “assumir-se”, processo de interrogação pessoal em oposição à expectativa social, que não tem quaisquer paralelos na vida heterossexual. A segunda experiência comum é que fomos, cada um de nós, em algum momento de nossas vidas, inferiorizados por nossas famílias simplesmente, mas especificamente, por causa de nossa homossexualidade (SCHULMAN, 2010, p. 69).

O decorrer desta dissertação será dividido em algumas partes. Por primeiro, inicio com a minha trajetória: em como me deparei com um cenário no qual ser lésbica era ruim e o que fiz para ressignificá-lo. Utilizo as categorias armário e segredo para engendrar minha posição social; em seguida, parto para as entrevistas individuais que abordam outro panorama, em dado momento, assemelhado às minhas vivências, porém, em tantos outros, trazendo circunstâncias distintas, ainda que vivenciadas por também mulheres lésbicas. Importante ressaltar também como as categorias de armário e segredo se desenvolvem em cada narrativa. Todas as minhas entrevistadas são negras.

Separei os relatos em quatro momentos, os quais início com um título-tema que esboça uma frase que se evidenciou nas narrativas postas e, assim, dissertativamente, entro no mundo particular de cada uma. Aproveito para dizer que, nessa tessitura de sentimentos e desabafos, vou costurando as elocuições e, em alguns momentos, volto a vivências minhas para elucidar e pontuar questões nas quais vejo não somente importância como também similitudes.

II. DE QUANDO ASSISTIA HILDA FURACÃO E ME SENTIA ATRAÍDA POR ANA PAULA ARÓSIO

2.1 A LÉSBICA QUE HÁ EM MIM

“(...) as mulheres têm sido convencidas de que o casamento e a orientação sexual voltada aos homens são vistos como inevitáveis componentes de suas vidas”

Adrienne Rich

“Ei, sapatão¹¹” – lembro-me dessa frase gritada no ICC¹² Norte da Universidade de Brasília. O ano era, talvez, 2009. Lembro também de como aquela palavra sapatão me causava um constrangimento que fazia minha espinha esfriar. Não era porque eu não me considerava uma – à época eu tinha dificuldades em pronunciar o nome – mas a questão era que aquela frase, pronunciada por uma amiga (perceba que se tratava de alguém pela qual eu nutria relações, no mínimo, mais próximas – já que esse tal fato sobre a minha sexualidade era sabido) havia me exposto.

A exposição era só o que eu sentia; meu corpo se consumia naquela aflição e eu só queria que aquele eco passasse – recordo de ter me aproximado da amiga e ter pedido para ela não me chamar daquele jeito e quanto mais ali, em um dos lugares mais frequentados da universidade, um dos maiores e centrais corredores, e, não bastasse tudo, em pleno dia.

Por óbvio, se aquela mesma sequência de acontecimentos ocorresse de noite, o mal estar continuaria, mas a ideia de camuflagem e de esconderijo me acolheria de tal forma, a ponto de me fazer iludir uma imunidade aos olhares alheios. Ou quem sabe se aquela mesma situação ocorresse e eu simplesmente mentisse e tirasse de mim aquele enquadramento que tanto me afligia e condicionava meus comportamentos nas ruas.

A mim soava mais aprazível o termo lésbica (talvez eu achasse mais científico e polido), contudo, aquela busca por me nomear e conseguir dizer era preciso, fazia parte de quem eu era, ainda que isso não fosse bem recebido por muitas pessoas, e por mim igualmente.

Para nosotras el proceso de nombrar y definir no es un juego intelectual, sino una captación de nuestra experiencia y una llave para la acción. La palabra lesbiana debe ser confirmada porque descartarla es colaborar con el silencio y la mentira acerca de nuestra existencia misma, es hacernos caer en el juego de la clandestinidad y volver de nuevo a la creación de lo inefable (RICH, 1983, p. 239).

Mas, para além de gostar de outras meninas, o que me fazia ser lésbica naquele contexto? O que me fazia obedecer e me identificar com as nuances daquele grupo distinto e tão repudiado? A autora Adrienne Rich, enumera alguns pontos que, na sua perspectiva, fazem uma mulher ser considerada lésbica:

¹¹ A expressão “sapatão”, sobretudo para algumas mulheres, é utilizada na intenção de reverter a pejoração que há sobre essa nomenclatura e transformá-la em algo mais palatável. É formular uma autolinguagem que tenta fissurar a vilipendiosidade da linguagem hegemônica. Se “sapatão” era considerado algo ruim, então se tenta promover uma naturalização dessa palavra até que ela seja comum e, por consequência, venha a perder a sua potência depreciativa, e, passe a ser estabelecida com outra significância. O termo “vadia” também passou por essa ressignificação, sobretudo, ao ser popularizado nas ocorrências da Marcha das Vadias que ganhou repercussão mundial após observações machistas por parte de policiais que falavam para que as mulheres evitassem se vestir como vadias (*sluts*, no inglês original), para não serem vítimas de estupro”.

¹² ICC é sigla referente ao Instituto Central de Ciências, o famoso Minhocão, principal prédio do campus Darcy Ribeiro - Universidade de Brasília.

(...) la mujer que se auto-elige, a esa prohibida “intensidad primaria” que se da entre mujeres y también a la mujer que ha recusado obedecer, a la que dice “no” al padre es la lesbiana que hay en nosotras la que es creativa, porque la obediente hija del padre que hay en nosotras es solamente una yegua de tiro (RICH, 1983, p.238).

De fato, à margem eu já estava. Minha negritude havia me induzido a ter posturas diferentes para que eu obtivesse respostas diferenciadas às expectativas que já me precediam.

Compreender-me nesse novo pertencimento de exclusão não era o intuito desejado, mas tratava-se de uma concretude e não havia como escapar a menos que eu fosse me escondendo.

Esconderijos. Mentiras. Passar por alguns lugares. Evitar outros. Mudar posturas e comportamentos. Não dar pinta. Andar de forma mais feminina. Não deixar que percebam. Beijar escondido. Não andar de mãos dadas. Não trazer assuntos relacionados sobre sexualidade no meio de grupos diferentes. Tudo isso, para de repente ser chamada de sapatão em pleno corredor do ICC. O meu segredo estava ali, de forma tão leviana, descoberto.

Com o passar dos anos e vivenciando as diferenças de se estar em um lugar como a universidade, na qual muitos paradigmas são quebrados, algumas verdades iniciais são revistas e outros comportamentos são revisitados: o fato é que nos tornamos outras pessoas – tornei-me uma pessoa menos tensa e mais leve.

Após algumas leituras e convivências, a percepção sobre a minha sexualidade mudou. Fiquei mais assertiva em dizê-la, em experienciá-la e, inclusive, em estudá-la¹³. Houve a 1ª Parada do Orgulho LGBT¹⁴ na UnB, houve grupos de ativismo¹⁵ (coletivos e centro acadêmicos) que nasceram no seio do campus, e, aquela marca diacrítica da organização social,

¹³ Na Universidade de Brasília existem algumas matérias que tem um cunho pedagógico voltado para questões raciais, sexualidades, teorias feministas e demais temas que não são vinculados aos devidos cursos como matérias obrigatórias. Hoje, 2019, têm-se mais matérias acerca de tais temas porque depois de alguns anos após um esforço individual e compartilhado de muitos professores em seus ativismos diários, e aqui reverencio – Tatiana Lionço, do departamento de Psicologia, nas aulas de Identidade de Gênero e Psicologia do Gênero; Maria Helena Fávero, também professora de Psicologia do Gênero e autora de livro de igual nome; Evandro Charles Duarte Piza do departamento de Direito com as Atualizações do Direito em Direito LGBT; Ana Luísa Pinheiro Flausina, Rafael Nunes dos Santos e Lia Maria com Pensamento Negro Contemporâneo, vinculados ao DEX (Departamento de Extensão); Tatiana Nascimento com Teoria Queer e feminismos, Felipe Arede com a matéria de Pensamento LGBT Brasileiro e alguns demais profissionais – o viés de Direitos Humanos se tornou uma perspectiva necessária e mais demandada pelo corpo discente e docente conjuntamente. Obviamente, não foram embates tranquilos. Estou na universidade desde 2008 e, até os dias atuais, ainda contamos com poucas atuações nos departamentos frente a um efetivo bem maior de alunos e professores que poderiam estar promovendo este debate.

¹⁴ Ocorreu em 24 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2015/06/24/ensino_ensinosuperior_interna,487724/unb-recebe-a-primeira-parada-do-orgulho-gay-nesta-quarta-24.shtml>.

¹⁵ Klauss, Confessionário, CORPOLÍTICA, Maracatu Atômico (Centro Acadêmico do Direito), Afrobixas, Escuta Diversa, Olga (Centro Acadêmico do Serviço Social); esses foram alguns dos grupos de ativismo LGBT que demarcaram suas estadas na Universidade de Brasília.

que me dizia como eu deveria me portar e ser, uma vez, mulher, foi se dissolvendo e dando oportunidade a uma nova individualidade.

Vi no espaço da universidade um aliado para que as minhas íntimas vontades fossem vividas sem os costumeiros olhares e queixumes que a heterossexualidade me resignava. Havia também grupos dissidentes a essa minha disposição afetiva, claro. Mas na universidade eu encontrava outras meninas como a mim e aquela dificuldade de reivindicar ou de me traduzir em novos códigos era operacionalizada por meio das ousadias e diálogos compartilhados.

Todo lo que no es nombrado, no descrito en imágenes, todo lo que se omite en las biografías, lo censurado en las colecciones de cartas, todo lo que se disfraza con un nombre falso, lo que se há hecho de difícil alcance y todo cuanto está enterrado en la memoria por haberse desvirtuado su significado con un lenguaje inadecuado o mentiroso, se convertirá no solamente en lo no dicho sino en lo inefable (RICH, 1983, p. 235).

Estranha, no entanto, era a sensação de, ao estar na universidade, eu interagir de forma diversa da qual eu me portava fora dela. Dentro do campus eu conseguia flertar e ser autônoma em minhas escolhas e decisões; das mínimas, como: olhar aquela menina bonita que vem na minha direção e tornar o olhar dando início a uma paquera; às maiores, como: colocar-me como uma estudante lésbica frente a algum comentário satírico ou de escárnio dentro de sala de aula, irrompendo e tensionando com aquele grupo unformatado mais conservador de alunos heterossexualizados.

Segundo Eve Kosofsky Sedgwick (2007), o armário é um dispositivo de regulação de corpos lésbicos e gays, o qual rege e mantém a sexualidade de forma binária na sociedade ocidental desde o fim do século XIX. A dicotomia nas minhas atitudes desenhava um seco prognóstico: em alguns lugares eu estava em um armário e em outros não. O medo de ser vista e ser compreendida naquela sexualidade marginal me fazia rever meus trejeitos, vestimentas e falas. Obviamente, àquela época, meu maior temor era que minha família descobrisse e por isso eu performava um torturante sistema de duplas roteirizações – vivia em uma grande mentira.

Não raro, a vida de pessoas LGBT tem seus cotidianos acirrados em subterfúgios para esconder a sexualidade, no pavor da repulsa das demais pessoas acerca de sua afetivo-sexualidade e na perspectiva de independe-se, para conseguir, então, ser livre para gozar em plena e espirituosa convicção os prazeres de ser quem se é, vivendo agora as delícias que outrora foram dor.

A epistemologia do armário, um dos conceitos-chave dessa dissertação e também categoria trazida por Sedgwick, tem sido exímia potencializadora da cultura e da história do ocidente no que tange a vida de pessoas homoafetivas.

O conceito atribuído à homossexualidade foi construído através dos tempos vinculado a um comportamento que evidenciava segredo:

Ao final do século XIX, quando virou voz corrente – tão óbvio para a Rainha Vitória quanto para Freud – que conhecimento significava conhecimento sexual, e segredos, segredos sexuais, o efeito gradualmente reificante dessa recusa significou que se havia desenvolvido, de fato, uma sexualidade particular, distintivamente constituída como segredo (SEDGWICK, 2007, p. 30).

É importante colocar que o armário não é uma categoria que perpassa apenas as vivências de pessoas LGBT (SEDGWICK, 2007); quando ouvimos, por exemplo, que nos anos de 1960 os negros saíram do armário, ou quando vemos mulheres *plus size*¹⁶ dizerem que o corpo delas não tem de estar preparado para o verão e sim o verão para elas, temos um panorama de como este termo também pode ser utilizado em outras subjetividades; no entanto, é pungente saber que essa especificidade histórica é atribuída aos LGBT.

Um olhar mais apurado denota que a condição do armário não conjectura um aspecto binário – de estar ou não estar dentro dele – contrariamente aos costumeiros pensamentos de que ou você está em segredo ou você se assumiu¹⁷, é relevante entender que as relações sociais não se podem pontuar de forma retilínea e maniqueísta. Penso que o armário não é uma escolha individual e a decisão de sair dele tampouco depende de coragem ou capacidade.

Da mesma forma que eu me via mais autoconfiante nos espaços da UnB, fora daquele perímetro eu sentia todo o temor que homens e mulheres que gostam de pessoas do mesmo sexo tinham – aquela sensação de sermos os únicos a vivenciar os medos e sofrimentos, às escondidas; daquele sentimento clandestino ao qual não podia ser compartilhado.

2.2 DO TEMPO EM QUE ILUSIONEI ESTABILIDADE EMOCIONAL DEPOIS DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Alguns anos depois, vencidas algumas travas, e a essa época eu já havia contado à família nuclear sobre minha orientação sexual, entrei no mercado de trabalho. Agora, mesmo em um novo contexto, vi-me novamente refém de minhas condutas.

¹⁶ *Plus Size* é um termo em inglês que foi atribuído às modelos que usavam roupas acima do padrão convencional usado nas lojas, ou seja, *plus size* com significado de ‘tamanho maior’; são manequins acima da numeração 44. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/verao/2016/noticia/2016/02/mulheres-participam-de-evento-vai-ter-gorda-na-praia-em-florianopolis.html>>.

¹⁷ Em momento de entrevista, após o espetáculo L – O musical, Ellen Oléria, cantora e apresentadora, também formada em Artes Cênicas pela UnB e atual ícone negro e lésbico da música, colocou que o termo assumir se utiliza quando “a gente quebra um vaso lindo na casa da mãe da gente e ela com a chinela na mão diz: assume, assume que foi você”, segundo a cantora, assumir a sexualidade não se trata de dizer que você tem/exerce algo ruim – “a minha sexualidade é linda e por isso, se eu quiser, eu posso contá-la”.

O trabalho não tinha carteira assinada ou qualquer plano assistencial tais como odontológico e de saúde; eu tinha como ofício dar aulas particulares – sempre me ocorria ter que ser algum tipo de exemplo imaculado ao qual se houvesse qualquer deslize sobre minha homoafetividade e ela fosse descoberta, fatalmente me demandaria o constrangimento de ter que pedir demissão ou pior, ser demitida.

Similarmente ao excerto de Adrienne Rich, eu pensava que “(...) se ela não se disfarça, a lésbica enfrenta discriminação quando procura aluguel ou, então, perseguição e violência nas ruas” (RICH, 2012, p. 19).

Fazer coisas humanamente simplistas se convertia em um grande evento no qual a performatização, a dissimulação, o esconderijo e o segredo eram um dos atores recorrentes dos meus comportamentos. A cultura do preconceito, no entanto, não somente desestabiliza o sujeito como também opera de forma a condicioná-lo ao contexto e às pessoas que compõem aquele ambiente. “Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas” (SEDGWICK, 2007, p. 22).

Ater-se a essa dinâmica de submissão e condicionamento é saber-se vulnerável aos apontamentos e com pouca possibilidade de barganha social frente às entidades empregatícias, celestiais, familiares, etc.

Não só o momento do armário me resignava como também o segredo. O segredo era um experimento conseqüente ao meu armário; no entanto, enquanto o meu armário era de fato algo possessivo – era meu, de fato – o segredo se dissolvia na boa fé das pessoas com as quais, por ventura, e outras vezes por intenção, o meu armário era compartilhado.

Richard Miscolki (2009), em seu trabalho sobre o homoerotismo na internet, elucida que para além do receio de exposição às pessoas conhecidas, soma-se aos tópicos de instabilidade emocional a dependência do outro para a manutenção do seu segredo – “(...) trata-se de uma particularidade difícil e dolorosa das relações entre homens, a qual complica o envolvimento, pois aquele a que se deseja (ou ama) também é aquele que se teme (por conhecer seu segredo)”. Tal análise não é indiferente às práticas femininas.

De outra sorte, após o emprego não fichado que tive, consegui a ascensão para um cargo público – e aqui pontuo a estabilidade social e financeira que se encerra a esta posição, fruto de um concurso. O status do servidorismo público unido a sua promessa de segurança empregatícia era algo que me fascinava e que me fazia pensar que, talvez, a solidez laboral me permitisse chegar à estabilidade emocional - ter a minha orientação sexual não mais disfarçada ou performada.

As estratégias desenvolvidas dentro do trabalho foram:

- 1) sigo com naturalidade e demonstro que sou igual a eles;
- 2) fico resistente a possíveis piadas homofóbicas recorrentes;
- 3) em algum momento chave, de forma natural, pontuo que sou lésbica.

A partir das estratégias, eu tinha como objetivo:

- 1) não mais mentir a respeito de minha sexualidade;
- 2) ao não mentir, criar um precedente para outras possíveis pessoas homoafetivas que também se escondiam viessem a falar naturalmente sobre sua sexualidade;

Quase como em uma expressão matemática, formulei minha sociabilidade e me expus aos resultados. Houve, no entanto, uma espécie de desacreditamento moral nas minhas práticas.

Se eu fazia Direito na Universidade de Brasília e isso em qualquer outro contexto seria motivo para *status* (e assim seria para qualquer pessoa), agora eu era diminuída à “doidinha da UnB”, expressão utilizada por uma de minhas chefes após uma fala pontual na qual eu colocava minha posição centrada em uma perspectiva de Direitos Humanos. O demérito e a descrença me fizeram rever alguns pontos já dispostos nesses escritos: a minha condição de negritude não me dava fé pública. O termo “doidinha da UnB” não se restringia tão somente às minhas falas emocionadas sobre Direitos Humanos; uma vez que eu usava tranças no cabelo, conversas sobre o uso ou não de *cannabis*, vulgo, maconha, também insurgia em alguns momentos, demonstrando que alguns signos que eu possuía traziam, ao ambiente laboral, uma confortável prática de vilipêndios morais. Pierre Bourdieu (2007) em *A distinção*, já procurava desmistificar apontamentos de senso comum e asseverava que o gosto sobre determinado assunto, matéria ou questão era construído de uma sociabilidade, de tal modo que o gosto era capaz de distinguir e classificar, bem como aproximar e afastar os sujeitos envolvidos.

Lembrar desses acontecimentos me fez notar a condição de superinclusão¹⁸ simbólicas e expressivas a qual minha corporeidade e a minha sexualidade me conduziam.

Nos Estados Unidos, as mulheres negras e latinas raramente vêem os homens acusados de estuprá-las sendo processados e presos. Estudos sugerem que a identidade racial da vítima assume um papel significativo na determinação de tais resultados, e há evidências de que os jurados podem ser levados, pela propaganda sexualizada, a acreditar na maior probabilidade de que mulheres racializadas consentam em ter

¹⁸O termo “superinclusão” pretende dar conta da circunstância em que um problema ou condição imposta de forma específica ou desproporcional a um subgrupo de mulheres é simplesmente definido como um problema de mulheres. A superinclusão ocorre na medida em que os aspectos que o tornam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero, sem qualquer tentativa de reconhecer o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância (CRENSHAW, 2002, p. 174).

relações sexuais, em circunstâncias que eles achariam pouco prováveis se a vítima não fosse de uma minoria racial (CRENSHAW, 2002, p. 178).

Outra experiência que tive e julgo relevante por trazer uma tônica ainda laboral, porém diferenciada, foi quando estive em posição de chefia. Fui gestora de um setor e, nesse momento de ineditismo em minha carreira, me senti extremamente feliz, a palavra certa seria transbordamento. Ao mesmo tempo em que os sentimentos de legado e vitória perpassavam minhas emoções, a de resiliência¹⁹ também me trazia o alívio de ter chegado a um lugar certamente mais raro às mulheres negras lésbicas.

As estratégias envolvidas foram:

1) em um momento, cuja a oportunidade deveria ser meticulosamente estudada, eu diria sobre a minha sexualidade com o formalismo exigido pelo ambiente de trabalho, porém nutrido com a leveza e propriedade que chefes com uma boa gestão de pessoas podem propor – apaziguando o ambiente e trazendo aquele fato com a possibilidade de um olhar menos rígido e preconceituoso;

2) alertar para a não tolerância aos piadismos que de alguma forma atribuísem constrangimento na seara da racialidade, sexualidade e gênero, bem como demais questões que pudessem contaminar o ambiente de trabalho.

Os objetivos a partir das estratégias:

1) quebrar paradigmas²⁰ conceituais sobre alguns costumes e potencializar comportamentos diversos aos preconceituosos;

2) tornar comum aos olhos das pessoas mais preconceituosas e resistentes, aquela posição de liderança às pessoas que tivessem a homoafetividade e a racialidade unidas em sua essência;

Os resultados foram animadores no aspecto social no cotidiano e no que tangia ao respeito intrínseco ao ambiente de labor; havia, porém, uma conjuntura política e econômica – razão atribuída a minha promoção sem proventos – que confluíram para que, em curto prazo, o meu posto fosse destituído. Perceba que eu tive uma promoção, mas não tive ganhos financeiros

¹⁹ Resiliência, segundo João Doederlein, mais conhecido nas mídias como @akapoeta, e tal expressão contribui para a minha trajetória, seria: “É ir à guerra e voltar. É sentar com seus demônios numa mesa de bar e conversar. É apanhar de todo o lado e levantar. É ter espírito boxeador, dar ganhos de direita nas dificuldades e nocautear a própria dor. É quem sete vezes cai e levanta oito. É limpar o rosto depois do choro. É a mãe solteira grávida aos dezenove, que trabalhou para estudar e estudou para trabalhar, e com um sorriso no rosto ignorou os julgamentos e cuidou do filho que tinha para criar. É ter uma alma-água, que se adapta ao co(r)po em que estiver, da melhor forma que puder.”

²⁰ Kuhn define paradigma como sendo a “constelação inteira de crenças, valores e técnicas e assim por diante, compartilhadas pelos membros de uma dada comunidade” (KUHN, 1970, p. 175).

com tal evento; não obstante, tive a incidência de todas as responsabilidades referentes ao setor sob minha custódia.

Uma lésbica “no armário”, devido ao preconceito heterossexista no trabalho, não é simplesmente forçada a negar a verdade sobre suas relações no mundo exterior ou na sua vida privada. Seu emprego depende de que ela finja ser não apenas heterossexual, mas também uma mulher heterossexual em termos de seu vestuário, ao desempenhar um papel feminino, atencioso, de uma mulher “de verdade” (RICH, 2012, p. 28).

A marginalidade tem nuances e contextos que precisam de enunciação por seus próprios agentes.

Em situações nas quais os homens brancos podem achar perfeitamente normal generalizar achados de estudos sobre homens brancos para outros grupos, mulheres negras são mais propensas a verem essa prática como problemática, como anomalia (COLLINS, 2016, p. 120).

Aloco como aporte e me traduzo na categoria “*outsider within*” de Collins, porque buscando saber como se dão as imbricações sociológicas que constroem a minha identidade, tal categoria me “(...) proporcionou uma escrita acadêmica menos gélida e colonizadora; possibilitou-me criar uma epistemologia sensível, poética, pessoal – a construção de um pensamento sincero sobre mim” (ARARUNA, 2016a) e a intencionalidade de também construir um panorama sobre outras mulheres semelhantes a mim.

Dito isso, como me sinto em um confinamento de não-lugar²¹, e sei que há outras como eu, defendo e acredito na potência e robustez que essa posição tem a partir do momento em que estas trajetórias, juntamente com seus manejos, embates, negociações e estratégias forem expostos; em decorrência disso, quero nessa dissertação esmiuçar como todas essas vicissitudes e especificidades de mulheres homoafetivas e também negras se dão no urbano e lugares de convivências, uma vez que parto do pressuposto que a urbe não permite a todos os corpos a inteligibilidade de pertença.

²¹ Assim expresso aquelas situações a qual me percebo como única negra em um lugar predominantemente branco, ou quando sou a única lésbica em um departamento público específico, ou quando disserto acerca de questões acadêmicas e minhas referências se dão em parcas vivências de outras negras e negros que também sofreram refutos; vejo minha condição bem assinalada a partir deste excerto: “(...) mulheres negras habitam um espaço vazio, um espaço que se sobrepõe às margens da raça e do gênero, o chamado ‘terceiro espaço’” (MIRZA, 1997, p. 4). “Tais narrativas separativas mantêm a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos” (KILOMBA, 2012, p. 56).

III. DIALOGANDO COM AS DIMENSÕES ÉTICO-POLÍTICAS DO TEXTO E DA CONSTITUIÇÃO DA SUJEITA DA ESCRITA PARA CONSTRUIR A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E IDENTIFICAR MINHAS ESCOLHAS TEÓRICAS.

3.1 ENQUADRAR-ME NAS PERSPECTIVAS TEÓRICAS OU FISSURAR CAMADAS DESSAS MESMAS PERSPECTIVAS?

Notei que as práticas afetivo-sexuais de pessoas homoafetivas²² encontram privações, não somente pelo medo de andar nas ruas com seus companheiros e companheiras, mas, sobretudo, por que esta estigmatização também se estende aos lugares aos quais frequentam – atribuindo-se assim, nivelamentos de lugares aos quais é de “bom tom” que se esteja ou não.

Nos relatos de pessoas trans²³, as dificuldades são ainda maiores, uma vez que suas posturas e trejeitos chancelam o comportamento aversivo das pessoas, já que são tão visíveis e divergentes de uma conduta moral que é validada como certa; conseqüentemente, suas simples existências, convertem-nas em alvos de hostilidade, permeado pelo medo, abjeção ao diferente e pela cultura da violência.

Um corpo como o meu, na rua, à noite, apresenta um status de vulnerabilidade e de potência em ser destruído a partir dos arranjos de gênero que estão estruturados em nossa sociedade. Minha possibilidade de existir fora da cisheteronormatividade faz com que minha humanidade seja questionada, pois a materialidade do meu corpo é fabricada em meio a permanências e rejeições de normas de gênero fundamentais para a promoção de um corpo viável (BUTLER, 2008 apud ARARUNA, 2017, p. 147).

Essas vivências sugerem uma questão fundamental: os usos dos espaços chamados de privados ou de públicos adquirem, de fato, os mesmos sentidos para todas as pessoas, independentemente de suas identidades de gênero e suas orientações sexuais? Como mulheres, CIS e TRANS, conseguem experienciar suas afetividades? De que modo a matriz

²² O surgimento do termo homoafetivo, dentro do prisma do Direito, foi possível por meio dos trabalhos da desembargadora e jurista Maria Berenice Dias, quem criou o termo legal homoafetividade. A afetividade seria, então, mais importante em uma relação humana do que a sexualidade. Segundo a desembargadora, o termo homossexualidade referia-se, essencialmente, às relações afetivas, desgastado por um histórico de vilipêndios. Por isso, ela propôs o uso do termo homoafetividade e, por extensão, temos o termo homoafetivo para designar aquele que nutre relações afetivas por pessoas do mesmo sexo. O neologismo homoafetividade foi cunhado na primeira edição da obra: União Homossexual, o preconceito de a Justiça, no ano de 2000 e, posteriormente, utilizado na obra a família homoafetiva e seus direitos, também por Maria Berenice Dias. Disponível em: <<https://www.meusdicionarios.com.br/homoafetivo>>.

²³ Ver ARARUNA, M. L. F. B em **O direito à cidade em uma perspectiva travesti**: uma breve autoetnografia sobre a socialização transfeminina em espaços urbanos. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/23942/15522>>.

heterocisnormativa²⁴ manifesta-se na dimensão espacial, como atua sobre esses corpos dissidentes e como eles constroem resistências em suas práticas cotidianas?

Uma primeira hipótese é a de que para os homoafetivos exercerem suas afetuosidades faz-se necessário ter a propriedade de espaços seguros, afim de que tais afetos não sejam vilipendiados perante um público intolerante.

Apesar dos tímidos avanços²⁵ na área do Direito, ao que tange o grupo sexodiverso, ainda está vigente uma conjuntura conservadora na qual se recorre aos saberes normativos e ao controle dos corpos, para impor-lhes disciplina e submissão aos padrões classificatórios e dominantes da heteronorma.

Segundo Foucault (2007), é a partir da disciplina que os corpos institucionalizados metamorfoseiam-se em corpos “dóceis” suscetíveis à manipulação e submetidos ao controle.

A heteronormatividade compulsória foi o pilar de uma sociedade patriarcal no qual o modelo de sexualidade era baseado em sexo-procriação. Em convivência a tal normatividade, diversos meios repressivos foram, historicamente, implantados para mantê-lo como comportamento hegemônico e, nessa perspectiva, houve repressão sexual às demais formas de expressão sexual. Tais expressões sexuais eram consideradas e classificadas por discursos sociais – o médico, o religioso, o jurídico e o político – como patológicas, pecaminosas, degeneradas, abjetas; isto é, desviantes (RICH, 2012).

Foucault (2019), no livro *A Ordem do Discurso*, já postulava que para se deslegitimar o discurso de alguém deveríamos conclusivamente interditá-lo e atribuir loucura ao seu

²⁴A categoria heterocisnormatividade pode ser compreendida como uma matriz de normas de gênero que torna determinadas identidades de gênero coerentes, inteligíveis e, assim, possíveis de existência ao seguirem seus pressupostos morais, comportamentais e simbólicos. Logo, aqueles que desviam das exigências dessa matriz se tornam ininteligíveis e são marginalizados (BUTLER, 2003). Esse termo é importante, pois demonstra a relação intrínseca entre dois outros conceitos relevantes de serem explicados: Cisnormatividade e Heteronormatividade. O primeiro se refere à necessidade de alinhamento entre “sexo biológico” e “gênero”, ou seja, a definição do gênero de alguém precisa estar ligada a certo critério objetivo e estável construído historicamente que é o do dimorfismo sexual. Assim, não deveria haver equívocos nas definições “macho/homem” e “fêmea/mulher” (VERGUEIRO, 2016). As pessoas que seguem essa coerência normativa são chamadas de cisgênero, e aquelas que desviam desse alinhamento são as pessoas trans; o segundo conceito engloba o anterior e, ainda, necessita do alinhamento entre “desejo” e “prática sexual”, isto é, os corpos, após passarem pelo processo de imputação de um gênero, devem ser conduzidos a realizarem práticas e relacionamentos heterossexuais, a fim de serem considerados naturais (VERGUEIRO, 2016). As pessoas que seguem essa coerência normativa são consideradas heterossexuais, e aquelas que desviam desse alinhamento podem apresentar outras variedades de orientação sexual, como a homossexual ou a bissexual, por exemplo.

²⁵O reconhecimento da união estável entre casais homoafetivos; a Portaria n.º 12 de 27 de janeiro de 2015 da Secretaria da Criança na qual dispõe sobre o registro do nome social de travestis e transexuais em documentos de atendimentos nas Unidades da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal (medida local); a jurisprudência de alguns juízes de forma positiva ao ensejo de adoção por casais do mesmo sexo; o reconhecimento de união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, aprovada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ); o reconhecimento de dados oficiais sobre as violações de Direitos Humanos da população de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travesti e transgêneros (LGBT), reportadas ao Poder Público Federal por meio do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil.

interlocutor. E assim, analogamente, vejo a sexualidade de pessoas homoafetivas experienciando esse status da loucura, com a aplicabilidade do emudecimento de posturas, a evitação e a propagação da interdição. O medo de que essas verdades homoeróticas subvertam alguma ordem anterior hegemônica sejam deflagradas, eclodem na necessidade de impedir/questionar/sumir com essas sexualidades.

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer também que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade, nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber (FOUCAULT, 2019, p. 11).

Os meios midiáticos também expuseram à exaustão vias persuasivas de consumo, que influenciaram pessoas a buscar desejos produzidos pela ordem do mercado hegemônico. Recorrentemente nos deparamos com comerciais e telenovelas que abordam (quando abordam) pessoas sexodiversas com estereótipos ancorados em uma sexualidade precoce, com um familiar tom jocoso ou, por vezes, aquelas estruturas de homens e mulheres extremamente padrões (com olhos claros, ricos, bem sucedidos, magros) no intuito de que a recepção do público seja mediada a partir da camuflagem das sexualidades.

É importante ter ao alcance cognitivo que o mercado é entendido como lugar onde você exercita o seu direito e a sua capacidade de escolha. No entanto, é necessário complexificar quais são as escolhas que temos se só nos são dadas algumas específicas.

A periferia, ao asilar desfavorecidos e vulneráveis, arca com um espaço discursivo indigno e perverso, desenhado por uma elite que insiste em afirmar que a condição social marginalizada promove atitudes de um “não-esforço” e preguiça – tais pontuações evidenciam o ideário de que os menos abastados só conseguem condições/acessos melhores se tutelados ou apadrinhados em suas decisões; entendimentos assim, delimitam não só o engendramento de saberes periféricos como também a possibilidade de acesso ao espaço por estas pessoas.

O *habitus* é um princípio gerador porque é um sistema socialmente disponível de esquemas de pensamento, de percepção e apreciação. Esses esquemas são produto e condição da posição social ocupada pelo agente. Mediante sua experiência cotidiana, com base em uma determinada posição social, o agente constrói determinadas configurações mentais que funcionam como princípios de avaliação e classificação das coisas do mundo. Suas práticas (preferências, gostos, estilos, linguagem, “vocação”, inclinações políticas) dão-se em conformidade com essas configurações mentais e com as disposições corporais a elas adequadas (PEREIRA; CATANI, 2002; p. 110).

A manutenção de comportamentos e tipos de vestimentas, alicerçados à noção capitalista no qual os sujeitos são valorados por aquilo que podem adquirir; o discurso estabelecido e a sua legitimidade; o ocultamento da sexualidade e, por fim, o preconceito classista, resulta em como as pessoas se colocam em suas vidas sociais cotidianamente.

A não possibilidade de barganha frente às imposições hegemônicas quando se é alguém que não possui condições concretas de aquisição/suporte financeiro, é outro fator que contribui para a gerência de costumes, expectativas e interesses.

Muitos indivíduos, por meio do ideário conservador, com base em fundamentalismos religiosos, são levados à reprodução do preconceito e à discriminação por orientação sexual. Mas também tendem a assimilar ideologicamente a impossibilidade objetiva de que sejam mudadas as situações de violência. São compelidos, em nome da família e do suposto progresso individual, a legitimar ações de machismo, sexismo, racismo e lesbo/trans/homofobia. A política é assimilada como uma relação perversa, com toda ordem de barganha, voltada para o retorno meramente singular, de caráter econômico e corporativo imediato (SANTOS, 2013, *online*).

Quando apontamos para a população LGBT, negra, vemos que a interseccionalidade de dois diapasões opressivos – classe e cor – se tornam indicadores de uma perda ainda maior de direitos, falas e respaldo.

Neste contexto, a vulnerabilidade da população LGBT, pelo simples fato de suas vivências serem lidas como transgressivas aos princípios sociais aceitos de gênero e sexualidades, contumazmente, apontam contradições entre as declarações jurídicas de reconhecimento e as experiências concretas de respeito à dignidade humana.

O fato de haver, hoje em dia, lugares tais como a universidade, ao qual aqui e ali existam pessoas homoafetivas de mãos dadas, por exemplo, não pode ser considerado um fato unívoco e de grande repercussão positiva, se estas mesmas pessoas que estão de mãos dadas o fazem ainda por gana de afrontar uma norma imperativa e verticalizada que insiste em oprimi-las.

Confortarmo-nos com a premissa de que mesmo havendo violências, suas dimensões estão mais contidas. No entanto, este cenário não computa uma vitória ao que se refere à dignidade humana, e sequer espelha a real situação – em nossos algoritmos de mídias sociais e em nossa “bolha”, temos a equivocada ideia de que as violências arrefeceram quando vemos a quantidade de gays, lésbicas e travestis que se colocaram visíveis no mundo, mas este panorama é uma realidade enviesada do meio ao qual estamos; se acaso temos um capital cultural maior, a chance de vermos essas relações sociais de forma mais eufemizada também é maior.

Por dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do nosso Estado democrático de direito, devemos entender: autonomia de corpos e de expressões, vida humanizada e direitos resguardados sem que haja medos infligidos. No cotidiano, interseccionalmente à exclusão

(homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia), outras formas de evitações sociais são postas em realce tais como àquelas decorrentes da posição de classe, de pertencimento a grupos racializados e distribuição no espaço urbano (LOURO, 1993). Essas dimensões interseccionais, e as diferenças internas do próprio grupo, parecem aumentar a distância entre discursos jurídicos e práticas sociais²⁶.

A lgbtfobia²⁷ na sociedade brasileira tem sido identificada por algumas pesquisas. Para Venturi (2011), 99% das pessoas entrevistadas para a Pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil manifestam preconceito de forma velada contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transexuais. E 25% das pessoas entrevistadas são claramente homofóbicas e transfóbicas. Segundo relatório da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2012) para cada dia do ano de 2011 foram denunciados ao poder público uma média de 4,69 vítimas de violência homofóbica e transfóbica em território nacional. Cada vítima denunciou, em média, 3,97 violações de direitos humanos. Contamos com dados mais recentes no quais as taxas são ainda mais alarmantes – segundo o site do Ministério dos Direitos Humanos, o Brasil é considerado um dos países mais violentos do mundo. Os dados do relatório anual do Grupo Gay da Bahia mostram que 445 LGBT foram assassinados em 2017. Tal índice representa um aumento de 30% em relação a 2016. Nesse panorama de terror, como as pessoas homoafetivas podem expressar afeto, exercendo o seu direito à cidade e, sobretudo a dignidade humana sem escapar ao ideário de esquiva e vilipêndio?

As demandas dos LGBTs são escamoteadas da agenda governamental e reiteradamente deslegitimadas no âmbito jurídico, político e social, malgrado o aparente avanço em alguns temas. “A cada processo eleitoral algumas necessidades reais da população se transformam em objeto de barganha e assumem valor de moeda” (SANTOS, 2013).

²⁶ Ao analisarem os casos judiciais de danos morais no período de 2012-2017 existentes nos Tribunais de Justiça, inventariaram as pesquisas que identificam o aumento da violência lgbtfóbica. No mesmo passo, os autores concluem que essas demandas se situam em direitos de primeira geração, o que indica o déficit na realização da cidadania para as pessoas LGBT. Como afirma os autores: Pizza e Lages.

²⁷ A partir da definição apresentada no site Grupo Gay da Bahia, é um termo “para descrever uma repulsa face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, um ódio generalizado aos homossexuais e todos os aspectos do preconceito heterossexista e da discriminação anti-homossexual”. Para entender como esses conceitos adquirem vida própria, passando a afetar todas as relações sociais, é relevante recorrermos à formulação de Moore (2007), segundo a qual certo tipo de representações simbólicas escapam de seus criadores após terem sido elaboradas, tratando-se de formas de consciência determinadas historicamente e, conseqüentemente, desprovidas de sua própria memória, subjugando aqueles que as criaram. É importante ressaltar que não pretendemos hierarquizar as discriminações, mas visibilizar a existência de especificidades geradas pelas múltiplas intersecções, justaposições e articulações possíveis entre diferentes marcadores. Tais intersecções podem modificar, invisibilizar, naturalizar e/ou intensificar a experiência de opressão e violência vivida pelos diferentes sujeitos nos diferentes contextos. Racismo, homofobia, lesbofobia e transfobia articulados, compõem um violento sistema de subordinação, inferiorização, ódio e violência contra pessoas negras LGBT. Frente a essa preocupação de singularizar as demandas ofensivas e ao mesmo tempo não hierarquiza-las, surge a expressão LGBTfobia.

A dificuldade em pautar temas LGBT com vistas à construção de uma cultura pluralista, capaz de incluir e de compreender as formas de exclusão contemporâneas e suas matrizes de opressão, se reflete em formas de violência de gênero, física, simbólica e sexual direcionada a esse grupo.

O processo de construção da cidadania desse grupo também é afetado pelo fato de que os discursos de saberes legitimados não contemplam a complexidade e a especificidade do grupo e das violências sofridas. Falta empatia, mas ademais disso, falta a análise de que se trata de pessoas que têm direitos, os quais devem estar e ser dissociados do julgo moralizante e hegemônico.

É preciso ressaltar que não há um automatismo no reconhecimento de direitos civis ao grupo LGBT. Ao contrário, as redes de significados simbólicos tais como os padrões culturais essencializadores regram comportamentos, educam corpos e simplificam subjetividades.

No que tange às mulheres, ter seus direitos reconhecidos e pleitear por dignidade dependeu de um caminho árduo. Do ponto de vista histórico, têm experiências devastadoramente atreladas à submissão e aos interditos. A propósito, Miskolci, ao tratar da obra de Gayatri Spivak, defende que “o subalterno não pode falar não apenas porque sua voz é inaudível no sistema capitalista, mas também porque ele ou ela não encontram palavras disponíveis para as formas de opressão e desigualdade em que se encontram” (MISKOLCI, 2012, p.61-62).

A necessidade de haver uma linguagem que abarque não só as experiências, mas também os fenômenos de interditos e censuras (o não-lugar), levou-me a notar que os processos de fala/linguagem passam por uma dissimulação argumentativa no intuito de cooptar alguns tipos específicos de pares, plateias/expectadores.

Passei a me questionar por que seriam legítimos alguns discursos e, em contrapartida, o quão seria descartável e sem apelo, outros. E mais, quem seriam os tais emissores de alguns determinados discursos e argumentações? Por que estariam estas pessoas legitimadas a falar enquanto outras sequer teriam essa prerrogativa? Por fim, atribuí como indicador a essa paleta hierarquizada de significados discursivos – desde os mais poderosos e significativos aos mais banais e degenerados – o status social aos quais seus emissores empreendiam frente à sociedade.

Ao dar voz às minhas entrevistadas, pretendo descortinar olhares, momentos íntimos, formas de pensar e existir em um mundo lesbofóbico, de forma a permitir que esse trabalho investigativo contribua para que mulheres subalternizadas em suas sexualidades tracem e falem sobre suas experiências e estratégias homoeróticas na cidade e como enxergam o mundo a partir das escolhas e caminhos que precisam traçar por meio de um condicionamento de ajuste social.

Inferi que estas vidas marginais poderiam relatar acontecimentos aos quais mobilizariam conceitos de linguagem/fala/enunciação, justamente por incitar novas pertencas/representações; por mudar um olhar enviesado do outro trazendo-o para dentro; dando meios para que este outro saiba das intercorrências de uma sexualidade marginal. Seria como se, a partir de legados e memórias coletivas desse grupo de entrevistadas, um possível fenômeno pudesse ser explicado/entendido por uma nova significação, uma vez que novas linguagens surgiram para respaldar aquele novo significado.

Aqui me permito expor algo recente e que remonta a necessidade de uma linguagem que abarque as essências e subjetividades das vivências marginalizadas. Uma questão da prova do Enem, do ano de 2018, questão 37, retratou sobre “o dialeto secreto utilizado por gays e travestis”. A questão em si irrompe com a necessidade que LGBTQs têm em fazer uma narrativa a qual seja alusiva ao seu *status quo* e melhor lhes represente. Saber do dialeto presume a sua proximidade com as pessoas LGBTQs senão a sua identidade homoafetiva – o termo “secreto” foi utilizado porque o seu significado é desconhecido por muitos; mas ademais desse fato, a estrutura que promove essa nova linguagem é, sobretudo de resistência, de código para não ser descoberto, de necessidade de comunicar-se frente a um iminente perigo que impossibilitaria a comunicação é, por fim, uma narrativa de luta.

Retomando o problema enunciado por Gayatri Spivak, a pergunta “Pode o subalterno falar?” se desdobra em muitas dúvidas nesse texto que é, ainda, uma tensão entre fala vs posição existencial e política em um mundo marcado por opressões contra quem enuncia um discurso a partir de um corpo dissidente (mulher, negra e lésbica).

As inquietações provindas deste texto me fizeram questionar: pode uma subalterna falar academicamente sobre problemas que afetam sua vida? Não me refiro às proibições explícitas, como o silenciamento direto de minha voz; refiro-me aos interditos implícitos nos quais os códigos de boa conduta sociais e relações socioespaciais padronizam o meu corpo a uma expectativa diminuta. Ou melhor, um padrão no qual mulheres negras são percebidas como *outsiders*²⁸, ao mesmo tempo em que nossos corpos são identificados como os das mulheres da limpeza, da copa, do cafezinho – corpos vinculados aos serviços (e ao servir) e aos trabalhos tidos como manuais e não intelectuais. Ou melhor, como corpos, “não-femininos”, apenas

²⁸ Termo trazido por Patrícia Hill Collins ao designar que mulheres negras seriam estrangeiras dentro de normativas padrões, e, justamente por terem este caráter estrangeiro/outsider, teriam habilidades para destrinchar e tornar como centro de análise aspectos marginais que ficavam comprometidos por estudos mais ortodoxos (COLLINS, 2016, p. 100-101).

funcionais às tarefas que executam e, outras vezes, sexualizados – disponíveis para serem submetidos ao assédio sexual.²⁹

A construção de lugares generificados e racializados³⁰ depende da compreensão de que tais relações de construção do outro e de sua subordinação ocorrem não apenas no presente, mas se constroem em redes de práticas e significados a partir da história. Embora este estudo não se situe no plano da pesquisa historiográfica, as relações que permeiam essa dissertação e a minha vida encontram-se marcadas por uma história do feminino, da raça e da sexualidade, e, dado isso, alguns marcos são necessários, especialmente sobre o modo como as mulheres, as mulheres negras e as mulheres negras e lésbicas foram retratadas como objetos dos discursos de poder.

Das inúmeras possibilidades de referência à historicidade, destaco duas: o papel do discurso religioso e do discurso médico sobre a construção do feminino e da sexualidade das mulheres. Essas duas opções se justificam pela permanência em nossa sociedade tanto de discursos autoritários relacionados à religião quanto ao cientificismo.³¹

Embora tal relação de não poderio de fala das subalternas (aqui me refiro inicialmente às mulheres, como categoria aparentemente genérica) não denote a total destituição de seus poderes, aponta para o lugar a elas reservado, lastreado pelo universo masculino. O significado de sua submissão é associado historicamente a sua leniência, ao perigo de sua sexualidade. A construção do feminino partiria, então, não das vivências e de suas características pessoais, mas sim de uma descrição e narrativa analisada sob o filtro/ótica masculino.

O olhar do outro para o sujeito feminino, demonizado pela igreja através de um processo contínuo de reafirmação estrutural pelas instituições e agentes envolvidos, requer uma atenta

²⁹ “(...) quando o movimento de mulheres levantou a questão da opressão sexista, nós, negras, argumentamos que o sexismo era insignificante à luz da severa e mais brutal realidade do racismo. Nós tivemos medo de reconhecer que o sexismo podia ser tão opressivo como o racismo. Agarramo-nos à esperança de que a libertação da opressão racial seria tudo o que era necessário para sermos livres. Nós éramos a nova geração de mulheres negras que foram ensinadas a submeterem-se, a aceitarem a inferioridade sexual e a serem silenciosas” (HOOKS, 2014, p. 5).

³⁰ Há uma nova racialização em curso no Brasil. A recente corrente racialista não apenas concebe a existência, em princípio, de raças como constructos sociais, mas acredita que só a partir do desvelamento de uma ‘ordem racial’ assimétrica, mediante a racialização das relações sociais, se atinge igualdade substantiva. MAIO, M. C.; MONTEIRO, S.: Tempos de racialização: o caso da ‘saúde da população negra’ no Brasil. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v. 12, n. 2, p. 419-46, maio-ago. 2005.

³¹ Marilena Chauí, no livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, expõe que “(...) vivemos num mundo que, na célebre expressão de Max Weber, foi desencantado: nele não há mistérios, maravilhas, portentos e prodígios inexplicáveis pela razão humana, pois nele tudo se torna inteligível por intermédio do conhecimento científico e nele tudo acede à racionalidade por intermédio da lógica do mercado” (CHAUÍ, 2001, p. 12). Chauí faz ainda uma sobrepesar entre o aumento do cientificismo e a banalização da singularidade de fenômenos que poderiam ser analisados de forma mais imperiosa – “No mundo da mercadoria não há singularidades. Não só os objetos são tecnicamente reproduzidos aos milhares como também se tornam equivalentes a outras mercadorias, pelas quais podem ser trocados. No mundo da mercadoria, coisas heterogêneas perdem a singularidade e a raridade, tornam-se homogêneas porque são trocáveis umas pelas outras e todas elas são trocáveis pelo equivalente universal e homogeneizador universal, o dinheiro” (CHAUÍ, 2001, p. 8).

análise dos contextos social e cultural. O discurso misógino adquirido no contexto da Inquisição repousa sobre uma imagem da mulher construída por uma visão masculina – extremamente pessimista, herdeira de tradições clássicas que foram acentuadas nos claustros medievais.

A elaboração dos discursos misóginos apoiou-se sobre um fundo intelectual, aliado ao pavor do sexo, uma vez que se pregava os valores da castidade e do celibato para se atingir a uma plenitude espiritual. De tal maneira, a mulher além de ser um ente negativo, representa uma tentação constante, devendo os homens dela se afastar, caso queiram permanecer com seu espírito imaculado.

Esta mentalidade celibatária, obsecada pelo discurso eclesiástico, vivenciava um clima de insegurança e tensão religiosa, gerado pelas heresias medievais e pela Reforma. Procurava-se reforçar o controle sobre as populações e, para tal, confluíram os poderes religioso e civil com o Estado, empregando os dispositivos inquisitórios na perseguição daqueles que eram considerados culpados pelas desgraças coletivas; impondo-se um modelo de autoridade.

O cerceamento da figura feminina através de sua diminuição pelos discursos médicos, políticos e religiosos, garantiu sua subordinação incontestada. Tais apresentações sobre o feminino foram reificadas e repassadas segundo o entendimento, o julgo, as ideações e moralizações de cada período posteriormente vivido, perpetuando-se um controle que repousa sobre um complexo fundo cultural no qual o temor do “segundo sexo”³² é latente. Tal qual expõe Pierre Bourdieu (1995, p. 176), “A dominação masculina constitui o paradigma (e frequentemente o modelo e o parâmetro) de toda dominação”³³.

Decorre desta afirmativa a importância dos estudos voltados à historicização do feminino em suas diferentes formas, o que permite compreender as especificidades das redes de hierarquização/subordinação e a arbitrariedade das construções sociais misóginas.

Todavia, as impressões desse corpo feminino é o falar/olhar do outro, não é um falar de si, sobre as relações de poder que subordinam determinadas manifestações reais de sexualidade, e, tampouco é falar sobre o preconceito e as discriminações que esses saberes, sobretudo o médico, construíram.

Perante este panorama acerca da construção do feminino e, sobretudo, pela compreensão de que estamos, nós mulheres, no contrafluxo da aprovação e prestígio científicos, a presente pesquisa utiliza em sua estrutura o aporte teórico da epistemologia feminista³⁴ e do feminismo

³² Termo cunhado por Simone de Beauvoir em seu livro *O segundo sexo*.

³³ Ver BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. p. 176.

³⁴ A palavra epistemologia define um campo de uma forma de produção do conhecimento ou seja, um campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico (RAGO, 1998, p. 3). A epistemologia

negro, dos quais extraio três ideias centrais, em parte já desenvolvidas até aqui: o conceito de experiência, de vivência e de responsabilidade ética na crítica ao poder.

O pensamento feminista, conforme apresentado por Bandeira (1997, p. 270) introduziu uma ética que se distingue da tradicionalmente estabelecida na ciência moderna, não apenas pelo fato de ser construída pelo sujeito feminino que tenta refletir conscientemente os limites socioculturais que lhe são inerentes, mas acima de tudo por propor um saber crítico em relação a todas as formas de dominação entre os sexos. Tal ética não se elabora a partir de um sujeito moral, abstrato e livre, e sim de seres humanos reais em condições de dominação e subordinação. Nas palavras da autora: “essa ética traz o questionamento e uma tomada de consciência em torno da especificidade da mulher, de sua condição de exploração, de discriminação, de alienação, de exclusão etc. Elementos que constituem e possibilitam um saber inovador” (1997, p. 270).

Entretanto, não considero o feminismo como um bloco monolítico e monista, mas sim, plural, no qual há distintas subjetividades. Logo, faço ver a necessidade de tão mais que uma epistemologia feminista, um feminismo negro que deflagra um giro epistemológico de outra monta, ao qual se mostra fundamentado por um viés de crítica ao racismo.

O pensamento feminista negro é a conjuntura de algumas teorias cuja sua formulação é feita por e para pensar mulheres negras; a experiência, categoria a qual eu também me utilizo na feitura dessa dissertação, é um aspecto fundamental dessa construção teórica.

Patrícia Hill Collins (2016) afirma que o feminismo negro tem, primordialmente, o desafio de lidar com duas expressões prevalentes da consciência negra. A primeira seria a visão de que grupos oprimidos formulam uma identificação com o poder e não tem estímulos/interpretações válidas sobre suas opressões e a segunda é a de que os oprimidos são pouco capazes de articular suas próprias visões acerca dos fatos.

A principal contribuição intelectual que mulheres negras oferecem ao feminismo não se trata apenas da produzida no ambiente cientificista, mas, sobretudo, nas experiências marginais e afastadas de uma matriz conceitual hegemônica que mulheres comuns como empregadas domésticas, mães, serventes e etc promovem dia após dia (BAIRROS, 1995, p. 463).

Frente a estes ensinamentos e leituras, condiciono esta escrita ao marco teórico da epistemologia do feminismo negro aliada à intersseccionalidade de minha sexualidade.

feminista se daria a partir de outras formas de produção do conhecimento, em que sejam consideradas as críticas que o feminismo empreende às formas de produção de ciência, especialmente quando aos mitos de neutralidade e objetividade da ciência, eis que esta última seria dominada por valores masculinos. Assim a epistemologia feminista seria um projeto feminista de ciência (RAGO, 1998).

No século XX, o mundo ocidental testemunhou uma acentuada mudança nas estabelecidas concepções dos papéis sociais das mulheres em relação aos homens. Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo* (2009), instigou ideias que transpuseram instâncias públicas e privadas, acometendo fissuras nos comportamentos, diversos modos de vida, produção de bens e esfera de trabalho das mulheres.

Mesmo com essa mudança em curso, a autora francesa discorre em seu livro que a categoria gênero é lida por meio de uma antítese em relação ao homem e por meio do olhar do homem; tal viés confina mulheres em um papel de submissão que comporta significações hierarquizadas.

A partir desse olhar, do homem sobre as mulheres, Beauvoir funda a categoria do Outro. Seria como se a humanidade das mulheres só fosse assertiva e existencial desde uma legitimação do Outro, tirando da mulher a possibilidade de ser por si só, uma vez que sua existência só era promovida em função de ser ela, a mulher, uma contradição do ser homem.

(...) seres humanos não deveriam ser pensados da mesma forma, pois isso seria destituir-lhes de humanidade. Mas esse olhar masculino, segundo a pensadora, coloca a mulher nesse lugar, impedindo-a de ser um para si (...) e isso também se dá porque o mundo não é apresentado para as mulheres com todas as possibilidades, sua situação lhe impõe esse lugar de Outro (RIBEIRO, 2017, p. 37-38).

Volto à questão que justifica essa primeira parte dos meus escritos: “Pode uma subalterna falar academicamente sobre problemas que afetam sua vida?” Posso, eu, mulher negra e lésbica falar em um mestrado em Sociologia?

Em primeiro lugar, sei do esforço quase sobre-humano, desde a experiência de outras mulheres e mulheres negras para serem legitimadas dentro do “campo científico”³⁵ no qual os protagonismos, as tradições científicas, as estruturas dos discursos considerados científicos estão sob o holofote de uma silhueta, branca, heterossexual, masculina e de alta classe.

Em segundo lugar, não pretendo apenas buscar minha legitimação no espaço acadêmico, reforçando a disputa pelo poder do discurso acadêmico. Elegi como problema, como mote de

³⁵ Campo científico para Pierre Bourdieu é descrito como uma categoria para designar um espaço relativamente autônomo, dotado de leis próprias a que estão submetidos os seus agentes sociais. Segundo o autor, as mudanças em determinado campo científico dependem dos agentes sociais inseridos nesse campo, podendo ter a tendência de conservar ou modificar as estruturas do mesmo. Bourdieu explica melhor o conceito em: “Os agentes sociais são inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas a sua posição” (BOUDIEU, 2004, p. 29).

estudo e como perspectiva de análise, questões que, como aponte no prólogo, referem-se à vida de uma mulher negra e lésbica.

Em terceiro lugar, escolhi construir, ao longo desse texto, uma linguagem que intercala minhas experiências, discursos científicos e discursos registrados no trabalho de campo. Minha opção pela linguagem híbrida foi uma estratégia para demonstrar como esse texto acadêmico somente poderia ter sido construído porque ele foi vivido desde minha experiência.

Sei dos riscos que corro e das dificuldades que isso significou. Porém, creio que essa estratégia reforça a possibilidade de sensibilizar minhas leitoras e leitores sobre a relevância do tema que ilustro, ao passo que creio ser uma forma de humanizar as mulheres que foram entrevistadas, uma vez que elas não consentiram ser entrevistadas e terem suas vivências contadas por um entrevistador masculino, branco, heterossexual, etc. Contrariamente, em vez disso, foram entrevistadas por alguém com quem partilhavam experiências comuns, e, conseqüentemente, não adoto a posição de ser o “outro”, o acadêmico; faço de minhas fragilidades uma posição de reverência e empatia às entrevistadas e reporto suas falas à luz de fenômenos que talvez nos conforme enquanto um grupo social marginalizado.

Em quarto lugar, como explico no próximo tópico, abordo uma parte importante de minha persona: o afeto. Desde um ponto de vista ético-político, não considero adequado falar do afeto entre mulheres, sem pensar no afeto com a escrita, no afeto na linguagem – sobre como nós conseguimos construir, em um mundo que nos nega como sujeitas, esse espaço de resistência e de cuidado de si³⁶.

Minha presença no espaço acadêmico mantém relação direta com a problemática que justifica essa pesquisa. A oposição entre espaço público e espaço privado está presente nos discursos que construíram as formas de subalternização do gênero, da raça e da sexualidade. Para as mulheres, em geral, foi comum a identificação da mulher com o espaço da casa, sendo as fronteiras desse lugar vistas como o limite de constituição de sua subjetividade. De tal sorte, as mulheres deveriam arcar com os custos da reprodução da vida, no ambiente doméstico. “Os

³⁶ Faço alusão à Foucault que determina em seu livro *História da Sexualidade* acerca do contexto socrático-platônico no qual há uma ressalva para uma prática refletida sobre si mesmo e não uma obediência nua ao saber do outro. É uma maneira de se constituir como sujeito. Deparamo-nos, então, com princípios estratégicos e não receitas imperativas, com práticas de liberdade e não de escravidão. Práticas permeadas pela temperança (FOUCAULT, 2012a). Neste contexto, o conhecimento de si é o imperativo do cuidado de si e há três condições que o determinam: a primeira refere-se ao campo de aplicação que visa os jovens aristocratas destinados a exercer o poder e que devem ocupar-se consigo; a segunda refere-se ao objetivo de governar a cidade, ou seja, ocupar-se consigo a fim de exercer o poder ao qual se está destinado; e, a terceira condição é a da sua forma principal, ou seja, o conhecimento de si. Ocupar-se consigo é conhecer-se (FOUCAULT, 2006). O ocupar-se consigo mesmo indica uma relação “singular, transcendente, do sujeito em relação ao que o rodeia, aos objetos que dispõe, como também aos outros com os quais se relaciona, ao seu próprio corpo e, enfim, a ele mesmo” (FOUCAULT, 2010, p. 50).

trabalhos domésticos aos quais elas se dedicam, porque são possíveis de conciliar com as tarefas da maternidade, limitam-na a um tipo de atividade baseada na repetição” (FÁVERO, 2010, p. 49). O *seu destino biológico*, como diz Beauvoir, é a sua perspectiva existencial (2009, p. 112).

A escravidão negra foi justificada sob o argumento que o escravo era uma propriedade privada, deste modo, se tentava conciliar os princípios de dignidade humana e de liberdade com uma sociedade que se estruturou sob um modelo de escravidão racializada. Por sua vez, o espaço das sexualidades não heteronormativas foram construídos desde a ideia de confinamento e incapacidade (com a associação à loucura e ao desvio) por parte dos saberes médicos e jurídicos.

Enfim, não parece ser por acaso que uma grande parte do debate sobre os direitos de mulheres, negros e lésbicas passe pelo questionamento desses lugares que representavam formas de hierarquização/subordinação e estão vinculados à ideia de tutela e incapacidade.

A concepção de um sujeito livre presente nos discursos sobre os direitos contrasta com o cotidiano no qual os lugares são reorganizados por dimensões do poder (masculino, hétero cis normativo, cristão e racializado).

“Estar e ser” uma mulher lésbica e negra está sempre em contraste, e em disputa, com o modo com o qual os discursos e as práticas sociais organizam os usos dos espaços, pois uma parte importante de minha “diferença” (para esses poderes) é que posso usar meu corpo e minha linguagem para produzir cenas de afeto lésbico. Minha identidade lésbica, portanto, é lida, desde meus gestos e, ainda, pelas escolhas afetivas que faço. Em uma sociedade em que o direito faz declarações de respeito à diferença (identidade) e direito ao uso da cidade, posso “estar e ser” no espaço acadêmico, na rua, na cidade ou em minha casa?

A problemática se desloca para questões ainda mais profundas. A inquietação frente a um problema social se deflagra no que tange a integridade física, bem como o estigma moral que precede às mulheres que, quando expostas a todo tipo de incertezas e violações, privam-se de um convívio direto com a cidade que as enjeita por serem mulheres lésbicas.

IV. A MARGINALIDADE COMO ESTÍMULO À CRIATIVIDADE

4.1 O SELF QUE CONSTRUO PARA MIM E INCENTIVO A TANTAS

“(…) apesar de seu envolvimento elas permaneciam fora, como outsiders”.

Patrícia Hill Collins

Houve tempos nos quais acreditei que eu poderia ser vista e interpretada como as demais pessoas. Na minha infância, de forma bastante taxativa, ouvia de minha mãe que eu deveria ser a melhor da turma, a mais inteligente, a mais asseada e que a visão que era destinada aos negros era sempre de uma inquietante descrença; anos depois, em uma aula de Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, eu falei que a branquidade³⁷ tinha fé pública. Aquele prestígio de possuir fé pública eu nunca havia vivenciado. Dizer algo e aquele algo ser acolhido e sequer refutado era uma sensação a qual eu me prometia viver, mas ainda não sabia por quais meios conseguiria o intento.

No Brasil, e isso não pode ser refutado, existe uma descrença e incômodo predominante ao espaço social que o negro ocupa. Ainda que haja uma suposta blindagem por razões do mito da democracia racial, não raras vezes a sociedade se compele a deixar bastante nítido o seu pensamento em contrário. Ao corpo negro não se confere fé pública, é factual o descaso (OLIVEIRA, 2016, p. 27).

Por muito tempo mulheres negras têm ocupado posições marginais em ambientes acadêmicos (COLLINS, 2016, p. 99) e esse hiato se torna mais notório quando nós, mulheres negras, buscamos referências diárias para transpor níveis de transtornos e desafios pessoais, sejam eles sociológicos, psicológicos, amorosos e por que não dizer, materiais.

No encuentro en absoluto, a las mujeres negras en la literatura, solamente he leído fantasías de ellas escritas por blancos o por negros. Sin embargo, algunas mujeres escritoras están ahora empezando a osar penetrar en esa cámara singular de lo "inefable" (RICH, 1983, p. 237).

Nesta empreitada de se estabelecer caminhos sólidos e possíveis atalhos para superações e vitórias, os grandes mentores – nossos professores – não conseguem (ou preferem não conseguir) captar as nuances e diferenças que uma sociedade voltada para o ser masculino e branco inflige às pessoas destoantes dessas diretrizes. A partir desta premissa de indiferença às vivências distintas, promovem-se ensinamentos que não abarcam algumas realidades e não promovem o ideal de que desiguais devem ser tratados “em” e “por” suas desigualdades; contrariamente, há um estímulo aos universalismos.

³⁷ Por branquidades, entende-se uma localização de vantagens estruturais nas sociedades baseadas na dominação racial (FRANKENBERG, 2004, p. 312), que produz consequências relacionais. De outra monta, também tem-se que o termo “branquidade” denota a identidade racial branca e seus privilégios, tendo sido adotado como tradução do termo *whiteness*, empregado na obra: WARE, Vron. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Ressalte-se, ainda, que há controvérsia quanto os usos de “branquidade” e “branquitude”, a primeira indicando para alguns autores a identidade racial branca não questionadora de seus privilégios, ao passo que a segunda diria respeito ao indivíduo branco que questiona suas vantagens raciais. Sobre a controvérsia, cf.: CARDOSO, Lourenço. A Branquitude acrílica revisitada e a Branquidade. **Revista da ABPN**. Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 88-106, mar./jun. 2014.

Esse domínio do saber que não consegue reverenciar e alcançar estruturas de realidades marginais é liderado por aquelas mesmas pessoas que já produzem e estão imersas em um construto social e locus específicos – geralmente no fluxo do prestígio no campo científico. Há um lapso epistemológico que, sem constrangimentos, não agrega o público vulnerável.

Buscar compreender as engrenagens sociais cotidianas estando à margem de um comportamento costumeiro torna algumas pessoas protagonistas e precursoras de uma intensa luta de autoafirmação e autolinguagem.

A ideia é que, por meio desses saberes marginais, a visão normativa e naturalizada sobre diversos conceitos seja questionada. Não há que se falar sobre uma universidade universal e dinâmica, se existem exponencialmente grupos que não conseguem decifrá-la/entende-la/estar presente neste campus.

Com essa proposta de fracionar algumas perspectivas engessadas e tensionar aquelas já formuladas expectativas sobre alguns corpos, pretendo-me fazer enunciar por meio do pensamento feminista negro que, acima de tudo, consiste nas ideias produzidas por mulheres negras com o intuito de elucidar questões “de” e “para” mulheres negras (COLLINS, 2016, p. 101).

Aqui faço a observação de como é imperativo que os atores também sejam os protagonistas de suas enunciações frente à academia. Mannheim (1954) e Berger e Luckmann (1996) já postulavam que era impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras.

Seguir buscando respostas para eventos sociológicos, sem ter noção de seus contornos – e isso significaria saber seus limites – bem como não ter respaldos anteriores, ou seja, referências – conforma a minha interlocução à escrita em um constante enfrentamento de algumas angústias: expectativas sobre mim (pelos olhares dos outros) e, sobretudo, a necessidade de uma superação que transborda minhas forças. Essa superação tem a ver com os antigos fantasmas: fazer diferente, deixar legados, ser exemplo, levar os meus pares para onde ainda não chegaram; em suma, essa superação tem, incisivamente, a ver com tornar palpável à minha descendência a ideia de que é possível. Esse acúmulo de responsabilidades atado à necessidade de me fazer ouvir pede por currículos diferenciados e posturas ousadas. Por vezes, a música do cantor e compositor Emicida me vem à mente, sobretudo na parte quando ele diz “eles querem que alguém que vem de onde nós vem seja mais humilde, baixe a cabeça, nunca revide, finja que esqueceu a coisa toda (...)”.

É de uma gratidão imensa encontrar nos estudos feministas negros a centelha para uma crítica muito plausível: quem são as pessoas que estão falando sobre as mulheres negras e

também quais as suas intencionalidades ao falarem, posto que essas tais pessoas têm o poder para definir acerca do que falam e sobre o que falam? (COLLINS, 2016).

A resposta para essa ebulição de desassossegos eu encontro tateando alternativas e me condoendo entre leituras diversas, na transposição de minhas falas e escritas traduzidas em uma autolinguagem, a qual eu tento me reinventar à revelia de uma linguagem hegemônica que não me acolhe, pois não me enxerga na particularidade. No ímpeto de trazer as premissas do lado de quem vive, de quem sente e de quem perde, ousou desafiar o conteúdo de imagens externamente já concebidas sobre mim e me traduzo em novos códigos, pois me autodefino conforme o que desejo.

A insistência de mulheres negras autodefinirem-se, autoavaliarem-se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista autodefinido frente a imagens que promovem uma autodefinição sob a forma de “outro” objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação (COLLINS, 2016, p. 105).

Tacitamente, existe uma desvalorização da subjetividade do oprimido; tais saberes ou vivências são escamoteados posto que não são computados com grau de valia frente a um modelo robustamente confeccionado de masculinidades e branquidades.

Connel (1987) elenca, em um de seus apontamentos, o viés da semiótica para pautar o conceito de masculinidade, o qual define por meio de um sistema simbólico onde masculinidade e feminilidade estão em contraste (passiva *vs.* ativo, subjetivo *vs.* objetivo). Esse olhar não somente evidencia um entendimento enviesado que se tem das mulheres, como também forja uma construção lógica e retilínea que não abarca, não complexifica e sequer problematiza as subjetividades; ao fim, transforma-a em essencialização e universalização. “A dominação sempre envolve a objetificação do dominado; todas as formas de opressão implicam a desvalorização da subjetividade do oprimido” (BRITTAN; MAYNARD, 1984, p. 199).

Com base nesses parâmetros, a autodefinição a qual mencionei anteriormente não me é uma possibilidade e, sim, uma palpável necessidade para que eu sobreviva às minhas aspirações; Gwaltney (1980) traz um pouco dessa realidade de forma naturalista e animalizada ao dizer: “(...) bem, você sabe que nenhuma mulher é cachorro ou mula, mas se as pessoas continuarem fazendo você se sentir dessa forma, se você não tiver autonomia de pensamento, você pode começar a deixar que te digam o que você é” (1980, p. 152).

E o complemento no excerto de Crenshaw também é de bastante significância:

(...) é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados

a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (CRENSHAW, 2002 p. 173).

O conceito de simultaneidade de opressões se constitui como um dos pilares para a compreensão feminista negra acerca de uma realidade política (SMITH, 1983) e social de mulheres negras; lidar com a interserccionalidade das matrizes de opressão é garantir que qualquer sistema que não passe por uma autocrítica avaliando essas intercorrências esteja fadado a incompletude e a não serventia na proposta de equidade.

(...) as feministas negras sugerem que todas as generalizações sobre grupos de trabalhadoras empregadas e desempregadas (por exemplo, gerentes, mães que sobrevivem auxiliadas pela assistência social do Estado, membros de sindicato, secretárias, adolescentes negras) que não levem em consideração as estruturas interligadas de posicionamento e opressão de um grupo dentro de uma economia são simplesmente menos abrangentes do que as que levam isso em consideração. De forma similar, generalizações sociológicas sobre famílias que não levem em consideração as experiências das mulheres negras vão falhar ao observarem como a cisão entre o público e o privado que molda a composição dos lares varia de acordo com os agrupamentos sociais e de classe, como os membros raciais ou étnicos da família são integrados de maneiras diferentes no trabalho assalariado, e como as famílias alteram as estruturas do lar em resposta à mudança da economia política (por exemplo, formação de famílias agregadas, fragmentação da família e chefia feminina, migração em busca de melhores oportunidades) (COLLINS, 2016 p. 121-122).

Desenha-se da seguinte forma: tem-se um grupo de mulheres e dentro deste grupo temos mulheres negras e brancas; existem diversas ramificações de pensamentos, posturas, entusiasmos, vivências e objetivos entre as mulheres negras e brancas. No entanto, às mulheres negras afro-americanas têm sido atribuídas as metades inferiores de diversas dualidades (COLLINS, 2016). Sueli Carneiro (2003) também aponta que esta desmedida articulação entre o gênero e a raça imputa, às mulheres negras, um lugar de vulnerabilidade e precarização psicológica, material e comportamental.

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas o mito da fragilidade feminina, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... (...) fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. (...) Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas (CARNEIRO, 2003, p. 2).

Para dar conta dessas várias barreiras sociais a que são acometidas, essas mesmas mulheres, em reflexo e reatividade, autodefinem-se e autoavaliam-se, firmando novas propostas culturais e outras saídas para as sinuosas e escorregadias malhas da submissão.

4.2 COMPLEXIFICANDO O TERMO SUJEITAS - PARA NÃO OBJETIFICAR

Pela trajetória que tenho em movimentos sociais, no qual o diálogo com sujeitos mais vulneráveis é costumeiro, percebi a importância e a necessidade de não se aplicar o termo “objeto de estudo” às pessoas com as quais eu viesse estabelecer contato nas entrevistas. Quando me proponho estudar as dinâmicas sociais que se interpõem nas vidas de mulheres homoafetivas e me utilizo de declarações de outras pessoas que estão nessas ditas experiências diárias, fazer valer seus depoimentos não pode ser, ao final, um compilado de informações.

O termo objeto dá um caráter engessado e passivo aos sujeitos que relatam seus discursos; transfere a eles um caráter de minimização frente a uma ciência positiva e verticalizada.

As relações entre as práticas e discursos de violência heterocisnormativas, contra mulheres jovens cis ou trans, e suas resistências na construção de manifestações de afeto homoafetivo no Distrito Federal tornam-se o mote das minhas investigações a partir das entrevistas.

Proponho-me não a apenas estudar a construção dos afetos por parte dessas mulheres. Considero que seja importante compreender também como nossas formas de afeto estão marcadas pelas violências dos discursos e as práticas sociais que incidem sobre nossos corpos.

Não estou preocupada em estudar todas as formas de resistência, mas uma específica que diz respeito ao afeto – a resistência pelo afeto. Não estudo a afetuosidade em si como uma dimensão interior desconectada, de comportamentos explícitos; proponho estudar as manifestações desse afeto homoafetivo e sua relação com os diversos espaços que podem ser ocupados por nossos corpos.

Segundo Goffman (2015), a nossa identidade tem a ver com nossas práticas sociais. E, obviamente, as dificuldades que essas práticas têm na manifestação concreta desse amor e afeto são particularidades sobre as quais cada pessoa terá que lidar para superar seus estigmas, se é que escolherão este caminho.

Considero, como explicitiei anteriormente, que as dimensões desse poder se refletem de forma interseccional na vida dessas sujeitas. Logo, estudo como essas circunstâncias, especialmente o pertencimento racial e a determinação de classe, condicionam ou transformam os discursos e as práticas de violência e as formas de resistências.

Portanto, estudo as relações entre manifestações de afeto homoafetivo e como as práticas e discursos do poder heterocisnormativo atuam socioespacialmente em nossos corpos e de forma interseccional, em relação à raça e à classe.

V. OBJETIVOS DA ESCRITA – UMA RELAÇÃO DIFÍCIL ENTRE DEFINIR OBJETIVOS E VIVENCIAR A PESQUISA

Desde que entrei no mestrado, muito embora já tivesse uma ideia sobre o que pretendia pesquisar, fui percebendo as dificuldades de tematizar algo que se identificava com minha trajetória de vida, desde minha experiência pessoal e opções ético-políticas. Os objetivos que encontrei nesse momento foram reorganizados conforme o percurso da própria pesquisa. Creio ser importante dizer isso, pois a ideia de objetivos pré-determinados, antes do próprio caminho, contrasta efetivamente com os dilemas que apresentei no prólogo desse trabalho. Ao final, identifiquei os seguintes objetivos gerais e específicos:

Gerais

- Compreender como as epistemologias feministas, do feminismo negro e queer descrevem a relação entre espaço, manifestações de afeto, presença dos corpos de mulheres não heterocisnormativas.
- Compreender como as manifestações de afeto por parte de jovens mulheres não heterocisnormativas ocorrem em relação ao espaço e como esta relação está marcada por formas de violência e de resistências, e, em que medida estão condicionadas por opressões interseccionais de raça e classe.

Específicos

- Identificar por quais estratégias jovens mulheres não heterocisnormativas demonstram afetos no Distrito Federal;
- Identificar como outras opressões interseccionais de raça e classe impactam essas estratégias e como trazem à compreensão novas dimensões do problema das violências do poder heterocisnormativo;
- Possibilitar que experiências de mulheres não heterocisnormativas e excluídas por serem negras e pobres sejam consideradas como relevantes para pensar problemas relativos ao uso dos espaços no Distrito Federal;
- Demonstrar a violação do direito à cidade e à própria identidade de mulheres não heterocisnormativas por discursos e práticas de violência heterocisnormativa no Distrito Federal.

- Problematizar o debate sobre a condição “eu sou, mas não pratico”, uma vez que o direito à cidade é poder estar na cidade e poder ser quem se é.

Estabelecidos os objetivos, tentei vivenciar a pesquisa sem as angústias próprias da investigação científica. Ative-me ao campo e às suas demarcações. Estudar o urbano, o cotidiano, os códigos sociais e interações socioespaciais me permitiu ter um vislumbre do direito ao usufruto da cidade e, neste caminho, analisar também o seu desordenado movimento que o leva a não ser realizável para todos.

O direito à cidade está em um cenário caótico para alguns estratos sociais; a pobreza, a especulação imobiliária demonstra que a (re)produção de leis não é o suficiente para resolver essa questão. Entender a conjuntura social e espacial que está por trás das normas e das ações políticas que interferem no planejamento urbano é também interpretar como se dão essas linhas de poder que cerceiam ou promovem o trânsito de pessoas LGBTs pela cidade.

De forma objetiva, pode-se dizer que quem tem poder determina o espaço a ser ocupado e os meios para que suas garantias individuais sejam proporcionadas; em contrapartida, os mais vulneráveis economicamente, por medo e poucas condições que os habilitem a uma disputa por garantias, evitam se expor. O respeito à diversidade e à dignidade humana é facilmente convencionado à expectativa de costumes e crenças da heteronorma, embutida, sistematicamente, no padrão dominante de legalidade e ação estatal.

5.1 BREVE BASTIDOR DO PROCEDIMENTO DE PESQUISA – UMA TENTATIVA DIÁRIA POR INTERAÇÃO FRENTE AOS CONDICIONANTES E ESQUIVAS EM RELAÇÃO À CIDADE

Abordar mulheres nas ruas não foi tão fácil. Não é simples abordar quem se relaciona com outras mulheres se estamos imersas em um contexto em que tal afeto é condenado. Assim, pequenas investidas como interrogar se são um casal, ou se aproximar e insinuar que, tal qual a elas, eu também era LGBT, por vezes me trazia o desconforto por não saber como seria acolhida. Muitas as quais interpelei, após esboçarem um sorriso constrangido, ao perceberem que se tratava de uma aluna do mestrado da UnB, permitiam-se conversar um pouco mais de forma desinibida. Das pessoas e casais que conversei no metrô e nos ônibus eu estabeleci a ideia de apenas dar informativos acerca da pesquisa e pedir seus contatos telefônicos para que, posteriormente, eu as convidasse para uma entrevista. Algumas se sentiam à vontade e muitas outras preferiam não participar. Até mesmo por esta obstacularização, favoreci-me de minhas

redes, posto que também sou pertencente a este grupo. Fiz uma chamada no Facebook explicando o contexto da pesquisa e procurando voluntárias em contar suas histórias em uma “entrevista longa”. Tive como resposta um grande número de mulheres dispostas a falar. Os motivos eram variados: desde ato político, disseram algumas, até ter alguém para conversar a respeito de seus amores e prazeres – outras chegaram a pontuar que na ausência de uma terapia, aquele processo de fala com alguém da mesma orientação sexual gerava um conforto e poderia surtir os efeitos terapêuticos. Dentre as moças escolhidas, e das que se propuseram à entrevista, consegui quatro pessoas – ainda que o assunto fosse pertinente a muitas, diversas complicações se interpuseram ao nosso diálogo, dentre elas: as estratégias para ir à entrevista (muitas estudavam e só podiam ir aos finais de semana, mas ao final de semana precisavam justificar suas saídas e algumas tinham receio de serem pegas na mentira por seus pais); outras mulheres não possuíam carro para vir até a mim e se eu propunha que fossem as suas casas elas também refutavam a ideia porque dividiam a estada com pessoas que não sabiam de suas sexualidades; com pelo menos três delas tentei propor um shopping ou espaço público, mas o receio de que alguém de suas famílias ou amigos e/ou amigos de amigos pudessem nos ver também foi um impeditivo; as que evidenciavam expressões de gênero masculinizada preferiam shoppings como o Conjunto Nacional, por exemplo. Ainda que a empatia por mim fosse elevada, algumas moças, no decorrer da entrevista voltavam atrás e preferiam não continuar; e, por fim, cataloguei também outro viés: algumas mulheres não tinham como estar na semana devido ao estudo e trabalho e aos finais de semana também era difícil por conta da igreja (algumas adventistas – guardavam o sábado, e, aos domingos ficavam com suas famílias, e algumas católicas e evangélicas aos finais de semana, por muitas vezes, estavam envolvidas com as atividades da igreja).

A epistemologia do feminismo negro e as formulações de Stuart Hall (1997) aguçaram meu olhar para uma dimensão mais micro e subjetiva da história de vida das mulheres. As entrevistas longas que realizei inspiradas na metodologia proposta por Grant McCracken (1998) permitiram acessar suas intimidades, posturas, ideias, medos e uma gama de subjetividades que eu sequer pensei que fossem estabelecer indicadores tão robustos em minha pesquisa.

VI. AS CONTRADIÇÕES DE UM ESPAÇO PÚBLICO NÃO VIVIDO E UM ESPAÇO PRIVADO NÃO GOZADO

É importante expor que meus relatos demarcam uma trajetória a qual não pretendo dizer unânime – há outras mulheres homoafetivas e também negras que podem ter outros olhares a partir das minhas inquietações – no entanto, minhas narrativas servem como norte para evidenciar alguns comportamentos que podem ser recorrentes e que precisam ser complexificados e compreendidos.

Este trabalho, portanto, não tem o condão de estabelecer, frente às entrevistas que posteriormente serão colocadas, um panorama único sobre todas as mulheres homoafetivas; contrariamente a isso, visa-se promover uma linha mais intimista e, por isso, complexa, entre vivências específicas de mulheres homoafetivas na urbe e as negociações corporais e simbólicas que cada uma passa dentro de um espaço corriqueiramente opressivo, patriarcal, sexista e lgbtfóbico.

Frente ao dinamismo e subjetividades que mulheres têm, elenquei como base de minha pesquisa duas categorias principais, as quais percebi ser a tônica entre a homoafetividade e o espaço público – expressão esta que substituo por urbe/cidade, uma vez que identifiquei um ruído em suas determinações.

As categorias de armário e segredo estarão implicadas nos registros subjetivos de cada entrevistada, assim como também pontuei em meus relatos.

Dedicar um capítulo para explicar o que seria espaço público não é o mote dessa dissertação e, por isso, eu não o farei, mas sinto, no entanto, a necessidade de evidenciar que a cidade tem por premissa ser um espaço de convivência e usufruto equânime entre as pessoas, tal qual no excerto abaixo:

Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual (...) O Direito a Cidade é definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado (...) Inclui também o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural, e o respeito aos migrantes CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE, 2006).

Diante do exposto, acredito ser conveniente explicar a necessidade do novo e complexo conceito de direito à cidade³⁸, ao qual esta dissertação também se refere. Existem alguns estudos

³⁸ Ver LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

acerca desse novo tema e alguns estudiosos/as e escritores/as já consolidam parte de suas ideias acerca.

A polis, dentro de uma conjuntura de construção e fruição social da vida humana, preconiza o que Henri Lefebvre convencionou ser o Direito à cidade; não há como analisar a cidade sem que se conjugue a ela a convivência de díspares ideologias, políticas, costumes e estilos de vida. Há, no entanto, o vigor de uma estrutura capitalista, a qual legitima um consumo desenfreado e que, por fim, rege a dispersão de pessoas menos abastadas para lugares mais longínquos e precarizados.

Para Lefebvre, o estudo sobre o direito à cidade permite a interlocução entre as agendas urbanas, ademais de um aporte maior no que tange a criatividade de como lidar com as diferentes demandas sociais.

Quando vemos este mesmo conceito com o viés jurídico, tem-se que tal direito seria uma expansão de outro maior – a coletividade – esbarrando, incidentalmente, na manutenção dos direitos coletivos e individuais, e, para tal ligação, espera-se uma cidade justa para com os seus cidadãos.

Mello, jurista, vê o direito à cidade como uma epistemes nova e, por isso, bastante enviesada em seus usos e destinações; para ele o direito à cidade deve partir da premissa de que é um direito de todos.

Em contrapartida, outros autores como Rolnik e Klink (2011), percebem a urbe como um espaço que é transversalmente provocado por intercorrências econômicas, as quais conformariam o crescimento urbano a partir de uma discursividade econômica, que opera na distinção sócio cultural e sócio espacial de seus integrantes.

Entretanto,

(...) a cidade não é só um terreno físico, ela vive por meio das movimentações e das afetações entre os sujeitos – a cidade é cidade-corpo, isto é, o nosso corpo é atravessado pelo corpo da cidade, o qual se molda por instituições, práticas e (des) encontros (HISSA; NOGUEIRA, 2013, p. 56-58).

A partir dessa definição, há que se tensionar outras modulações de vivências e comportamentos; digo isso porque não temos de interpretar que o processo de segregação no espaço dito público ocorre apenas por razões materiais ou geográficas, ao contrário, há que se entender que as construções culturais e simbólicas operam conjuntamente. Aqui coloco que o direito à cidade deve ser interpretado em sua dimensão mais ampla para que se consiga destrinchar os meandros que sua falta causa, tendo em vista que a segregação se dá por diversas

maneiras e a falência desse direito permite o recrudescimento no afastamento de alguns corpos do espaço da urbe.

Deixar de utilizar a expressão espaço público não é apenas uma escolha política, é também um tensionamento acerca da apatia estrutural admitida pela falta de linguagem que peca por não ser específica em seu termo e deixa de ser entoada como manifesto de “possível a todos” os corpos. Quando a linguagem promove significados que se modificam em consonância aos estímulos culturais e mudanças de uma sociedade, há que se por atenção em quais novos significados simbólicos aquela nova conjuntura propõe. Hoje, espaço público não tem o valor de significância ao qual se havia preconizado – que serve para o uso de todos – contrariamente, existem engrenagens suficientes para se estabelecer assertivas condições de marginalização aos espaços e,

(...) sobre isso, as mulheres constroem sua resistência pela solidariedade: puxadinhos, improvisos, coabitação, diversidade, laços fortes de vizinhança que são fundamentais - apesar de alguns desses aspectos serem vistos pelo senso comum, basicamente, como problemas. Nesse sentido, valorizar esse ponto de vista da segregação, tenciona inclusive o debate clássico do feminismo sobre o antagonismo entre espaço público (masculino) e espaço privado (feminino) (FRANCO, 2016, p. 11).

Até mesmo para não me aprofundar no caráter entre público versus privado, embora que, de antemão, coloco como premissa que o espaço público sempre foi possível ao homem e o privado, por se observar doméstico, sempre foi atribuído às mulheres, preferi atribuir ao espaço público à expressão urbe e destinar ao privado a expressão, espaço seguro. Particularmente, notei, nesse tempo de pesquisa, que as falsas delimitações do que é público e do que é privado dependem de quem é o possuidor/frequentador daquele espaço. Analogamente à construção de um gosto a qual Bourdieu propõe ser moldada a partir da categoria habitus, o espaço também sofre variações e estigmatizações a partir do grupo que o está utilizando ou vivenciando. Ora, quero dizer que assim como um grupo marginalizado determina marginalização a um estilo de música, vestimenta e condutas que assumam, assim também o é se este mesmo grupo marginalizado frequenta determinado espaço; logo, depois de ver que a orientação sexual influencia na conduta que as demais pessoas terão frente aquele espaço considerado privado³⁹, a partir da decodificação de seus usuários serem ou não homoafetivos, não consigo achar plausível a utilização de termos que são tão herméticos e condizentes apenas com a vivência da heteronorma.

³⁹ Casal gay tem sua fechadura de casa trocada por vizinhos que não aceitavam que eles estivessem na mesma vizinhança. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/casal-gay-nao-consegue-voltar-para-casa-apos-espancamento-na-tijuca-21277056>>.

(...) é plausível dizer que os cidadãos brasileiros aceitaram um padrão de dominação cultural tal que esteriotifica pessoas pelo seu habitus. Daí que não somente a cor da pele estará no rumo das suspeições penais, mas tudo o que lembrar um status quo que imprima a subjetividade do hip hop, do candomblé, das músicas de funk, dos cabelos revolucionários dos The Black Panthers, bem como outros tantos trejeitos que lembrem e retratem a negritude (OLIVEIRA, 2016, p. 34).

VII. ARMÁRIO E SEGREDO – FACETAS DE UMA PERFORMIDADE CLANDESTINA

Esse momento da dissertação me traz não somente um entusiasmo pelas narrativas que irei expor como também me envolve em uma série de sentimentos confusos e tristes devido ao momento político em que o Brasil vive. Minha dissertação começou com o propósito de mostrar as estratégias utilizadas para que mulheres homoafetivas tivessem a possibilidade de se relacionar em espaços que não fossem apenas os domésticos, e também se estruturou a partir desse problema.

Quando fiz as entrevistas, entretanto, estávamos ainda vivendo em um Brasil que, por mais que fosse deficitário em diversos aspectos, sejam nos sociais e econômicos, sejam nos educacionais e políticos, tinha um panorama diferente do vivenciado por nós agora com a chegada do novo presidente eleito Jair Messias Bolsonaro.

Por óbvio, o meu olhar é o de minoria e o de minoria que atrela duas ou mais opressões em um mesmo corpo; alguém que, conscientemente, sabe das dificuldades que negros, LGBTs, mulheres, nordestinos, indígenas passarão. Não se trata de uma conjectura – trago à luz desse texto esses receios devido às falas de nosso próprio presidente, nas quais se mostrou desde sempre intolerante com essas vertentes.

Não há como escrever a dissertação neste instante sem fazer alusão ao momento político, porque não há como ser purista o suficiente e estreitar os laços acadêmicos de minha escrita com a neutralidade – algo que desde o princípio afirmo que não é minha pretensão, até porque em minha opinião há que se fazer da escrita acadêmica a necessidade imperiosa de ser um manifesto frente aos descabidos momentos de desigualdade e opressão.

Como manifesto, e, além disso, como escrita que registra perspectivas e eterniza vivências, a minha missão se tornou ainda maior, uma vez que faço parte de um grupo que desde o resultado das eleições de 2018 tem chorado, tem andado receoso pelas ruas, tem pouco dormido e tem lastimavelmente muito medo do futuro.

Como forma de resistência, mas também poesia, apresento as vidas de minhas entrevistadas.

7.1 SUJEITAS: EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS DE MULHERES LÉSBICAS SOBRE SEUS AFETOS E O PODER HETEROCISNORMATIVO NO DISTRITO FEDERAL

7.1.1 “Eu era apaixonada pelas atrizes e pelas professoras”

Vimos conversando, fui me apresentando e dizendo algumas coisas de mim para quebrar o possível constrangimento inicial. Depois de algumas tentativas de encontros conseguimos, enfim, marcar a entrevista. Era de tarde. Os desencontros anteriores tinham a ver com o fato de que ela mora basicamente em uma cidade distante – Paranoá – e a conversa se daria no extremo oposto: Ceilândia.

Ela tinha recém entrado no mestrado e me contou logo no início de nossa conversação. Pareceu ser algo muito importante na vida dela – não somente pelas questões óbvias das esperadas (ou não) empreitadas acadêmicas tão legitimadas e postuladoras de sucesso – mas por questões que, à primeira vista, eu não soube identificar. “(...) eu não tenho uma consciência vivida, mas tenho uma consciência dialogada de que não vai ser fácil esse momento acadêmico do mestrado, mas eu estou bem feliz de ter conseguido” (M., 2018).

Ainda na pré-conversa, e assim identifico o momento anterior ao das minhas perguntas sabatinadoras do questionário, soube que ela era egressa do curso de Letras (ao qual não chegou a terminar).

Tinha estatura baixa, sorriso tímido, compleição física delgada, cabelos curtos. Falou que tinha nome composto, mas que há algum tempo estava usando apenas o primeiro nome. Contou-me que, em outro momento, na busca por recomeçar uma vida e esquecer passados, preferiu adotar apenas um dos nomes, e, coincidentemente, o mais simples e comum deles: Maria.

Iniciei algumas perguntas de praxe – fechadas – já assumindo o processo talvez mais formal de campo e pesquisa. Era necessário ter um primeiro esboço-diagnóstico de quem era aquele ser a minha frente com um sorriso e um rosto tão pacífico, que agora eu já sabia ter 30 anos.

Monitora da Secretaria da Educação, precisamente no Ensino Médio; convicta de sua orientação sexual: “sou lésbica”, ela disse, e com uma família também ciente dessa sexualidade, foi assim que se apresentou.

Foi interessante analisar que ela fez uma distinção entre o que seria a família próxima (mãe, pai e dois irmãos) dita por ela nuclear, e as demais pessoas: “a família grande com os meus mil tios e os demais, não sabem de mim, mas também não me importa se sabem ou não” (M., 2018). Seus amigos também sabiam de sua orientação e ela ainda disse – “eu não escondi de ninguém isso” Notei que a expressão “ninguém” se destinava a quem ela gostava e estava mais em seu convívio, já que alguns minutos antes ela havia dito que alguns de seus familiares não sabiam.

Ora, a expressão “ninguém” não retratava, de fato, a sua denotação. Naquele momento constatei que o “todo” para ela se tratava de algumas pessoas que, talvez por consideração, ela computava como a totalidade necessária e importante a estar ciente de seu processo subjetivo.

Moradora do Paranoá, divide a casa com sua cachorrinha. Portadora de nível superior completo e, a este momento, solteira há seis meses mais ou menos.

Conversamos como se deu a sua iniciação sexual, um dos pontos ao qual atribuí importância em meu questionário por achar que, desta forma, seria possível dar vozes a estas mulheres e, em contrapartida, tratar de um assunto tão tabu na sociedade, quem sabe com mais profundidade e leveza, talvez.

Ela relatou que sempre se achou diferente no que tangia às práticas sexuais, mas que ao conversar abertamente com outras pessoas, certamente haveria de pensar que não era tão diferente assim.

A conversa anterior às perguntas fechadas, momento ao qual me predispus não só a falar de mim, mas também abrir minha sexualidade (tirá-la de um possível status de segredo e armário), contando a ela uma parte da minha vivência, foi traço fundante para que o entrosamento se desse de forma a deixar essa relação entrevistadora/entrevistada muito mais fluida e emotiva.

Ao reconstruir como se deu o início de suas práticas sexuais, ela abordou a questão da infância e trouxe para a entrevista, provavelmente por ter prejulgado que eu diria/pensaria algo, que crianças têm também uma vivência sexual e que, muitas vezes, deixar isso velado traz consequências porque, ainda que moralmente seja refutado, no dia a dia, acontece.

O assunto me pareceu extremamente pertinente, mas, por naquele momento não fazer parte do meu objeto especificamente, apenas tomei nota.

Exponho, no entanto, que quando falamos de práticas sexuais e homoafetividade, muitas vezes, os momentos da infância são fontes inescapáveis dessas experiências incipientes

Maria contou-me que se iniciou com uma menina estranha que conheceu na rua: “(...) eu não lembro de fato o que aconteceu, mas lembro que foi quando iniciou essa questão da

genitália e lembro de ter estado com outra menina aos 9 anos de idade (...) Nesse meio tempo, dos 7 aos 10/11 anos, eu fui abusada por dois homens” (2018).

É sempre marcante quando relatos deflagram abuso, sobretudo infantil, e, neste momento, de abrupto, interrompi a gravação e perguntei se ela estaria cômoda para relatar e para dizer – sempre deixando bastante enfatizado que aquele processo de escuta se dava na medida do que era permitido pela interlocutora.

De forma aparentemente tranquila para tratar de algo tão complexo, ela continuou e disse: “Ele era próximo à família, mas, não tão próximo assim, e eu não vou contar mais porque isso ainda me dói, este caso, ao menos”.

O outro caso foi com um vizinho mais distante que ela não conhecia e era um pouco mais velho. Ela relatou ter por volta de uns 10\11 anos. Neste segundo caso de abuso, Maria me contou que, por já ter passado por uma experiência anterior, conseguiu ter forças para contar a sua mãe e se desvencilhar do rapaz antes que algo grave pudesse acontecer.

O caso anterior, minha mãe soube apenas quando eu já era adulta e aconteceu em Manaus. Já o segundo caso aconteceu no Jardim Ingá; me recordo que eu deveria ter uns 9 anos e depois de um tempo soubemos que ele morreu – foi uma alegria, todo mundo adorou a notícia e ainda que seja bizarro dizer isso, foi este o sentimento. Ele tinha uns 70 anos, a gente não sabe quantas pessoas não passaram nas mãos desse cara e não conseguiram sair como eu saí, enfim... e depois disso houve a minha iniciação sexual, de fato (M., 2018).

Esta frase, especificamente, ficou reverberando em minha cabeça por longos tempos, e, mesmo que a entrevista continuasse e Maria seguisse a me contar o que se passava, fica aqui um registro de que na hora senti-me triste por meninas tão jovens terem sua iniciação sexual de forma tão violenta, a ponto de terem de relativizar o seu início, como que em um processo autêntico, porém (talvez) não consciente de sublimação do horror vivido. Na continuação do enredo ela confidenciou:

Namorei um cara, foi um namoro conturbado porque não era um relacionamento que eu queria, não tinha perspectiva de transar, ele me levou ao motel e acabou forçando, ele forçou algumas vezes, então meu primeiro relacionamento foi baseado em estupro e durou quase 2 anos (...) Eu tinha 21 anos, fazia cursinho para entrar na UnB, ele era professor de cursinho (ele vivia dando em cima de mim e de todo mundo e tal) e eu nunca tinha tido um namorado, nunca tinha me relacionado, eu só tinha dado um ou dois beijinhos, porque eu sempre fui muito na minha, não saía muito de casa, não tive adolescência, sempre obedecendo minha mãe, sempre tive essa rotina de recatada e do lar.

(...) fui cedendo sem saber dizer não e ele disse que estávamos namorando e eu disse que não, mas ele veio pelas beiradas e aconteceu da gente transar no motel, como eu te falei. Depois que a gente transou ele sumiu, desapareceu sem deixar rastro... eu me envolvi com outro cara, e aí fiquei 4 ou 5 meses com esse cara que era hiper gente boa; perdeu a virgindade comigo inclusive, e, quando eu estava bem com esse cara,

esse primeiro reapareceu e aí tinha muita história inacabada e, sem saber lidar com isso, eu voltei pra ele e nisso ficamos mais 1 ano e pouco, com as mesmas histórias de sempre, traições e enfim..., quando eu consegui me desvencilhar dele, naquele período de solteira, sabe? Aí fiquei com mais um carinha... **só que na real, eu sempre soube que gostava de meninas**, mas também sempre soube que minha mãe era homofóbica, porque eu tenho duas tias lésbicas, uma casada e a outra ex-lésbica, que teve filhos e se casou com um cara e sempre ouvindo as histórias da minha mãe sobre elas eu já sabia o que me esperava. E morando no interior... Jardim Ingá não tinha várias coisas, hoje está melhor, você vê muita sapatão por ali, mas antes... como é que aflora? Você não tem espaço, você não tem gente pra conversar, pra minimamente dizer que achou aquela ou outra menina bonita, se você falar isso é um risco que você corre (M., 2018, grifo meu).

Ainda que eu tenha feito uma transcrição longa, esse trecho me pareceu de extrema importância a partir de um olhar crítico sobre os reiterados momentos de infortúnios nos relacionamentos: o não saber dizer “não” frente às colocações abusivas e a tentativa de se enquadrar no conceito já explanado nesta dissertação de heteronormatividade compulsória.

É importante realçar, e assim o fiz em negrito, que ela já se percebia gostar de mulheres, porém, ao mesmo tempo, além de não ter com quem conversar ou referências acerca daquele fenômeno, tinha um contexto conturbado com relação às lésbicas mais próximas a ela, suas tias; uma delas, inclusive, sendo considerada como ex-lésbica e, atualmente, com filhos e casada com um homem. Então, mesmo em face de se entender gostando e sentindo atrações pelo mesmo sexo, ela se permitiu conhecer um rapaz, o qual ela pontua que não tinha o interesse em transar, mas que fora forçada à prática.

A heteronormatividade compulsória trazida por Adrienne Rich (2012) retrata exatamente a necessidade de se enquadrar em um espectro social que é hegemônico e, portanto, não refutado, que é a sexualidade hétero. Ademais, pontuo como um traço de grande importância o espaço geográfico, colocado como grande dificultador uma vez que, por ser no interior, Jardim Ingá, cidade do entorno aqui do Distrito Federal, imprime um risco iminente só de se falar no assunto, conforme Maria pontua.

Maria apresentou um êxodo bem peculiar em sua trajetória de vida. Ela é cearense, viveu alguns anos em Manaus, veio para o Goiás, precisamente Jardim Ingá (onde seus familiares vivem) e, hoje, mora no Paranoá, aqui no Distrito Federal.

Aos 16 anos, no estágio do CNPq, teve contato com outras estagiárias que falavam sobre a possibilidade de fazer uma graduação na Universidade Federal.

(...) eu não tinha conhecimento do que era Universidade, do que era fazer faculdade, morando no Jardim Ingá; isso não é a perspectiva de quem mora lá. Foi quando eu entrei no cursinho e entrei pra UnB, em 2008, e fui morar na casa do estudante, saí, então, de casa em 2008 (M., 2018).

A trajetória de mulheres periféricas que crescem sem ter na universidade ou nos estudos o seu rumo tácito se evidenciou nesta fala. Conforme diz Sueli Carneiro, “grupo de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher” (CARNEIRO, 2003, p. 119). E não há que se determinar que pessoas vulneráveis socialmente não têm ciência ou acesso aos estudos, de forma indiscriminada, mas é imperioso dizer que os obstáculos para se alcançar, os silêncios sobre como conseguir e as escassas empreitadas financeiras são fatores concretos para dar fomento a este grande hiato entre as camadas sociais pobres e a academia; nesta baila, mulheres negras ficam à mercê dos processos de subalternização, uma vez que a “tomada de consciência da opressão, ocorre antes de tudo, pelo racial” (apud BAIROS, 2000).

Na casa do estudante eu fiquei com uma menina, beijei na boca – foi a primeira vez que eu beijei na boca de uma menina. Morando ainda na casa do estudante, foi a primeira vez que eu fui pra uma festa gay e fiquei com uma menina que hoje é minha companheira... E foi massa, porque três dias depois de termos nos conhecido, ficamos juntas e eu gozei de primeira (M., 2018).

Nesse trecho nota-se a universidade exercendo um protagonismo e sendo ponte para vivências e, também um espaço para descobrimentos sexuais. Essa fala de Maria me remeteu ao momento impulsionador que apontei no capítulo 1 dessa dissertação, quando menciono as aulas, os projetos de extensão e o ambiente que a academia me proporcionava – tão diferente dos lugares “lá de fora”, aos quais eu estava sempre ou quase sempre em segredo e/ou suspeição na minha sexualidade. Também me ative ao fato de que ela, sorridente, falou ter ficado com a moça, que hoje é sua companheira, e ter “gozado logo de primeira” – achei não só genuíno o entusiasmo dela como também fiquei feliz por ela, enfim, ter se encontrado no amor. Um amor diferente dos abusos e longe das forçadas práticas sexuais que ela vivera.

Perguntei quando se descobriu lésbica, já que sua iniciação sexual havia sido experienciada por homens. A resposta veio de forma um pouco pausada e depois de uma grande reflexão ela prosseguiu:

Depois que eu sofri o abuso desse cara em Manaus aos oito anos de idade... eu sou a filha mais velha, sempre fui muito próxima a minha mãe, a gente sempre conversou, nunca cheguei a falar nem sobre ser lésbica nem sobre esta violência em si, mas sempre estive próxima a ela até mesmo pelas violências que ela sofria e sofre com o meu pai até hoje – tem todo um contexto, né? Eu lembro de estar presente em uma conversa dela com uma amiga em que esta amiga relatou uma situação de estupro, eu tinha por volta dos 7/8 anos de idade e eu lembro de ter pensado **eu nunca vou me relacionar com homens, eu vou me relacionar com mulheres – eu sempre fui apaixonada por minhas professoras; eu tenho isso como um estalo, entendeu? Como o momento que eu entendi que eu era lésbica, mesmo sendo tão pequena,**

mas que por um outro lado tem a ver com a violência que as mulheres sofrem com os homens; apesar disso eu tive relacionamento com homem. E apesar de eu ter vivido muitas coisas ruins, eu também vivi com um cara que eu achava que era uma mulher em um corpo de homem porque ele era muito fofo.

(...) eu me digo lésbica porque não me vejo tendo um relacionamento com homens, mas também me vejo assim por uma questão política. Espero que um dia não precise mais ter que dizer, mas hoje em dia, por uma questão política e de vivência, eu sempre me coloco como lésbica (M., 2018, grifo meu).

A partir do momento em que pontuamos sobre sua sexualidade e como se deu esta consciência, perguntei sobre onde ela se relacionava afetivo-sexualmente com sua parceira e como se dava a questão do segredo e do armário, categorias que aponto como decisivas e pertinentes na vida de mulheres lésbicas.

A mim, me parecia mais interessante conhecer e me aprofundar em como se davam as estratégias; se havia temor, como era que se organizava a premissa de que se - sou lésbica, talvez eu não possa andar de mãos dadas em alguns espaços.

Confesso que fui esperando por uma possível colocação de temor e esconderijo das práticas afetuosas, mas me surpreendi com uma posição atrevida e ousada. Maria me falou que se achava um pouco doida porque ela não se preocupava muito e se ela estava com uma pessoa, não importava onde estivesse. “Geralmente as pessoas que estão comigo tem medo, mas eu não tenho muito medo do perigo, sabe?” (2018). Indaguei como se dava, então, este processo de ela não ter um receio, mas, eventualmente, suas parceiras, sim.

(...) eu acho que a gente sente quando a pessoa não quer, a gente chega perto ela já não chega muito, você tenta dar as mãos e a pessoa já não quer porque ela está em espaço público... com minha companheira foi bem difícil até ela conseguir se soltar e a gente poder andar como um casal na rua (M., 2018).

Pensar sobre esta questão do temor em dar as mãos na rua ou a dificuldade em exercer práticas simplistas de afeto quando se trata de amor entre mulheres, é também pensar como se constrói o taxativo estereótipo de promiscuidade à população LGBT.

Estava refletindo sobre isso, porque há muitos anos ouvi de minha mãe uma frase que me deixou bastante inquieta (eu nem sabia que algum dia viria abordar este tema academicamente em uma dissertação de mestrado), mas recordo-me de minha mãe dizendo que “entre gays (e aí ela utilizava esta expressão como guarda-chuva para caber todas as demais identidades) não existia relação de mãos dadas”. A pejoração daquela frase era justamente em se pontuar que o veio romântico atribuído aos casais héteros em seu início de relacionamento e todas aquelas projeções de encontros, beijos e o namoro em si, para nós nos era negado porque

éramos pervertidos o suficiente e atravessávamos esses momentos preliminares e puros, para a parte sexual.

Foi-me dito como se deu o processo até se comportarem como casal em público e que muitas vezes a companheira dela sentia-se acuada e indisposta; fiquei pensando em como os casais, uma vez impedidos de trocarem beijos de forma recorrente, lidariam com o momento em que estivessem em algum lugar mais reservado – seriam comedidos e castos ou eufóricos e sexuais? Fui além, perguntei-me se uma vez neste lugar reservado/afastado, talvez escuro (para evitar serem vistos) não acabaria acontecendo algo a mais que uma simples pegada na mão e beijo no rosto.

Particularmente, vi-me também imbricada em todo esse contexto de esconderijo (segredo) nas ruas e nos manejos das mãos dadas, que Maria relatou. Lembrei-me de como era complicado imaginar que alguém pudesse me ver de mãos dadas com uma menina – como isso chegaria a minha família? A ação de dar as mãos que no campo da heteronorma é conclamado com romantismo e respeitabilidade é a mesma que, no meio homoafetivo, é mal vista e pouco incentivada. Em todo caso, existe uma geografia complexa a ser percorrida por detrás do simples ato de dar as mãos. A quem este direito tão simples é permitido, enfim?

Continuamos a explanação e a conversa ainda rumava para o esconderijo e as várias instâncias que podiam dificultar a relação delas. Maria comentou que:

(...) no início era difícil por conta da família, né? Nem a minha família sabia nem a dela (embora a família dela não seja de Brasília), ela é de Boa Esperança. Mas muita gente veio de Boa Esperança para Brasília, então você nunca sabe quem está te vendo na rua. Meus pais são donos de bar, lá no Jardim Ingá, mas as pessoas caminham, né? Andam por aí e aí tinha esse problema... de ter medo que alguém visse e relatasse e não chegasse na família do modo mais adequado (M., 2018).

Perguntei quais eram as estratégias para isso, não sem antes notar que mesmo que Maria por si só estivesse mais tranquila com uma possível exposição, isso facilmente tinha outras implicações a partir do momento em que se relacionava com alguém que não tinha a mesma possibilidade ou temperamento ousado. Consequentemente, também foi significativo perceber que nossa sexualidade, em essência, pode ser delimitada a partir do outro que nos julga e, também, por aquele que nos ama. Ponderar todas estas dimensões é se perceber em um expressivo momento de bifurcações, escolhas e adoecimento de um “eu subjetivo”, já que, por vezes, assumimos papéis mascarados de uma performance que não é nossa.

Erving Goffman (2015, p. 29) já traria à luz de seus textos o termo fachada, ao qual se predispõe a enfaticamente anunciar que seria “o equipamento expressivo de tipos padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação”.

Ao passo que Butler (2003), defenderia a performance como sendo uma categoria necessária para as interlocuções do corpo com o campus político e social que ele emana, no caso enfocando os corpos dissidentes, que necessariamente estariam dispostos a tais performances para serem inteligíveis frente a uma organicidade padronizada.

Se o corpo não é um “ser”, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significativa dentro de um campo cultural de hierarquia do gênero e heterossexualidade compulsória, então que linguagem resta para compreender essa representação corporal, esse gênero, que constitui sua significação “interna” em sua superfície? (BUTLER, 2003, p. 198).

Pela segunda vez, a UnB era apontada de forma positiva, não somente como uma possibilidade de ascensão intelectual, conforme Maria já havia pontuado quando, aos seus 16 anos, enxergou a possibilidade de fazer graduação em uma federal, mas, agora, também era citada como um lugar, um espaço seguro. A aparição desse termo “espaço seguro” trouxe um viés de otimismo à vivência na universidade e elencá-la como este ponto protegido, trouxe uma realidade a qual eu, enquanto lésbica e aluna da mesma Universidade, por vezes, entendi-me segura no meu processo de segredo e armário.

(...) a UnB é um lugar seguro para isso, dificilmente vou encontrar alguém de Jardim Ingá ou de Boa Esperança lá dentro, era um lugar super seguro pra gente fazer isso... já fora, em outros lugares era mais difícil, ir para um restaurante, ir pro Conjunto, né? Que é um lugar que as pessoas sempre vão – acessível a todo mundo. É tão acessível que tem gente de toda parte lá, né? Daí a gente tinha um pouco mais de cuidado. O Conjunto Nacional não seria o lugar mais adequado, mas acaba que é sempre um lugar que a gente vai porque é próximo à Rodoviária – é um ponto de encontro de fácil acesso (M., 2018).

Ainda me atendo a esta fala, analisei que minha entrevistada reivindica, à universidade, um local de comodidade e seguro para elas, em relação à família e à vizinhança a qual ela pertencia. No entanto, ela está justamente contando com o fato de que pessoas da vizinhança e da família dela não tem acesso à universidade e assim é, porque tais pessoas são do interior e tal qual a ela já foi, não têm perspectivas de estudar em uma federal, em outras palavras: não frequentariam aquele ambiente.

É dizer: a fresta que a permite ascender é a mesma que se fecha para outros (no caso, familiares e pessoas conhecidas que poderiam ser contra a sua sexualidade), e, ainda que desigual e injusta, promove a tranquilidade e a manutenção de sua sexualidade.

Uma linha de raciocínio perversa e contraditória na qual, ao mesmo tempo, em que se luta por espaços equânimes, em que todos possam estar, percebe-se que se todos adentram, esse segredo fica com a possibilidade de exposição. Análogo a essa articulação de pensamento é o

shopping Conjunto Nacional – que se torna um lugar menos viável a partir do momento em que se mostra acessível a todos e, justamente por sua maior acessibilidade, deflagraria um limite corpóreo de algumas pessoas que procurariam não ser vistas em prol da segurança de seu segredo homoerótico.

Este modo vivencial, ao qual ser a si próprio evidencia um modo comportamental de fachada-performática, ao passo que limita ações e subjetividades frente a alguns espaços da cidade, tende a evidenciar sentimentos que me parecem de fronteira, fazendo uma comparação com esta categoria, que é trazida por alguns autores quando no estudo da urbe.

A categoria fronteira, que em breve discorrerei, me pareceu análoga ao: estou resolvida com minha sexualidade, mas dependo do consentimento do outro; gosto do Conjunto Nacional porque ele é mais acessível, mas este maior acesso também me impede de ser livre; quero frequentar alguns lugares da cidade, mas se estou naquele lugar, contribuo para que ele seja estigmatizado devido a minha autoimagem.

Em minhas leituras e estudos sobre a cidade, vi o termo “fronteira” ser utilizado com veemência para designar um limiar do qual se partiria para antever os arredores, os ambientes periféricos e a urbe em si – a categoria fora posta para delimitar de onde se partiria os olhares para chegar a um total, uma vez que determinado pelas margens.

Michel Agier (2015), antropólogo francês, desenvolveu o conceito “homens-fronteiras”, que segundo ele “são aqueles submetidos a uma desidentificação, resultado do afastamento e da perda de laços, de bens e dos lugares que formavam sua identidade” (apud SANTOS, 2016, p.150).

A ideia de fronteira, ao mesmo tempo limite e passagem, confronta-se com a noção de muro, sinônimo de fechamento recíproco onde sua multiplicação, sua proliferação nada mais é que um endurecimento, uma violência. Agier discute a capacidade humana de transpor esses limites, materializados ou invisíveis, e pensar a possibilidade de um “mundo comum” (SANTOS, 2016, p. 150).

Angier acredita que a contribuição da Antropologia está assentada no estudo deste “homem-fronteira” como uma análise de entender homens e mulheres que estão em não-lugares e, por isso, iniciar um estudo partindo de lugares fronteiriços e da desidentificação é, ao fim, estabelecer maiores variáveis e indicadores para se analisar o todo, no qual tem-se que mediar a visão do outro para se buscar a possibilidade de um mundo comum.

Assim vejo este sentimento que Maria expôs sobre o shopping: um muro com roupagem diferenciada, na qual a liberdade parece, às vezes, ser a prisão. Um tipo de “muro líquido”, termo também utilizado por Michael Angier (2015).

De volta à narrativa: soube que Maria morava na Casa do Estudante. Ela apontou como sendo algo positivo porque não precisava aparecer com tanta frequência para a família. Afirmou que só tinha medo da família dela saber, mas fora essa questão, não havia esconderijos de sua companheira com os amigos próximos e os colegas da UnB.

Inicialmente a família dela não sabia, mas em uma visita à casa da mãe, no Jardim Ingá, na qual foi com um amigo e com sua companheira – a intenção não era fazer nenhuma apresentação, era tão somente ir para pegar algumas coisas e sair – a mãe dela percebeu algo diferente, como ela retrata em:

“Minha mãe percebeu na hora que ela era lésbica, já entendeu... e minha mãe falou um monte de merda pra ela e pro Artur, porque o Artur era gay, mas ainda não tinha assumido, nem eu sabia, mas minha mãe já notou, né? (...) eu saí de casa, fui pra casa de uma tia no Guará, (...) comecei a procurar apartamento pra morar juntas porque a irmã dela que morava com ela foi trabalhar em Curitiba e ela ia ficar sem lugar em Brasília e aí a gente uniu o útil ao agradável e fomos morar no Varjão.

(...) minha mãe não sabia, ela achava que eu morava sozinha, então quando minha mãe queria visitar a gente, era todo um rolê pra ela sair de casa e minha mãe achar que eu morava só, em algum momento minha mãe percebeu e proibiu a minha irmã de falar comigo, eu passei algum tempo sem falar com minha mãe, minha irmã sofreu, tentou suicídio inclusive (M., 2018).

Remontar a história da sexualidade de Maria foi um ato ao qual trouxe à luz diversas circunstâncias de omissões, violências, promessas e, sobretudo, a necessidade de sair de um ciclo vicioso de desamor e dores. O itinerário de sua subjetividade não estava apenas circunscrita às suas decisões e vontades; havia que sobrepesar algumas inquietações e outros hábitos tortos, já incutidos em seu seio familiar. “(...) é difícil... as coisas, elas não acontecem de forma separada, não dá pra falar sobre essa questão da minha sexualidade e a minha relação com a minha família sem retomar na situação de violência que minha mãe sofre com meu pai desde que eu me entendo por gente” (M., 2018).

Houve o registro de que seus pais sempre trabalharam com bar, o que ela pontuou ser uma grande ironia, já que o pai dela era alcoolista; desde criança, ela sempre via o pai dela batendo na mãe e sua mãe sempre com ele, ainda assim.

Esses momentos de violência, não só, mas também, sempre a deixou mais perto de sua genitora, relatou. Também disse que o pai dela não era o biológico e que a mãe sempre contou que se casara para dar um pai a ela porque era muito difícil ser mãe solteira “ela casou com ele para dar um pai pra mim (...) de onde ela veio qualquer coisa que uma mulher fizesse era motivo de muito julgamento”. Maria disse que esse processo sempre foi muito pesado, pois não

conseguia conceber e se sentia culpada por ter sido o motivo de a mãe estar com aquele homem que, recorrentemente, a violentava.

Maria, neste momento um pouco emocionada, descreveu que:

(...) houve grandes promessas de que quando eu crescesse, estudasse, trabalhasse eu iria tirá-la daquela vida e ia pegar o dinheiro e arrumar um apartamento para a gente morar juntas e ela sairia daquela vida de violência, só que quando eu conheci a Fernanda eu falei: “velho, eu tenho que viver isso” – não pela Fernanda, não por nossa relação, mas por mim, por eu ter o direito de eu amar com quem eu quiser amar (...) seja uma pessoa negra, porque embora minha família seja muito mestiça e minha mãe seja negra, ela não se considera/reconhece e sempre pontuou que não aceitaria que a gente se relacionasse com negros (...) e por este motivo, de lutar pra ser quem eu sou, pra eu ter direito de amar quem eu quisesse amar, eu lutei para estar com a Fê, para minha mãe entender que eu era lésbica e que não era um momento, uma fase que eu estava curtindo e que iria passar, era o que eu queria ser e se eu quisesse terminar com ela e ficar com um cara também seria problema meu, mas que dificilmente iria acontecer (M., 2018).

É honestamente interessante o exposto, no que tange a possível relação afetivo-sexual com os homens e a ênfase em dizer que, se isso acontecesse, seria algo relativo apenas ao seu foro íntimo e fazendo tais pontuações de forma tão enfática. Em relação a isso, Luiz Mott (1987) dizia, em *O Lesbianismo no Brasil*, que, em geral, poucas lésbicas conseguem revelar-se aos amigos e familiares e também são poucas as que atingem a maturação de auto-aceitação; em contrapartida, ele presume que, devido a isso, as mães de mulheres lésbicas teriam dificuldades em pensar que não se trataria de uma fase, um momento – a sexualidade das filhas, esperando câmbios na orientação sexual. Vê-se a esta altura da narrativa uma posição enérgica em demonstrar controle de sua sexualidade justamente por haver este histórico de descrença quando mulheres se dizem lésbicas. O pensamento de que é apenas um momento, uma fase, é reiteradamente processado.

Em atenção às promessas feitas por Maria à mãe, notei que sempre houve uma cobrança interna muito forte sobre a possibilidade de transformar o cenário junto a sua família, e, unido a esse cobro, uma esperança gigantesca de que, um dia, as coisas melhorariam. Coloco-me também em acordo e empatia por ter me identificado com suas palavras, e mais, por também ser servidora pública e saber que, quando não temos um alicerce financeiro suficientemente estruturado na família, aquela ascensão por meio do servidorismo público se torna, muitas vezes, a única fonte provedora de todo um arranjo familiar que já vinha com inúmeras quebras e má saúde financeira.

Não há como pensar nestes momentos tão bifurcados e difíceis sem também atribuir importância à questão: como seria se a protagonista desta história não fosse lésbica?

De outra sorte, quando a alegria de passar em um concurso público ganha status de desânimo, uma vez que aquela notícia tão esperada não muda as bases que se pretendia modificar, assim como tudo que se põe expectativas e não se alcança, é bastante desolador; de toda sorte, um ponto em específico que não pode ser relativizado é que tal qual defendo que lugares são estigmatizados a partir de quem os frequenta, e esse lugar passa a ganhar um *tonos* de “não é de bom tom que estejamos lá” em consonância com a ojeriza social das pessoas que o frequentam. Assim, o dinheiro também pode ser fruto desse preconceito e, em vez de garantir a possibilidade de um respiro, pode ser também o algoz e o culpabilizador uma vez que a fonte provedora tenha traços, vontades e vivências homoafetivas, conforme se esboça nesta passagem:

Eu tinha passado em um concurso da Secretaria da Educação, eu já estava namorando com minha companheira quando eu fui nomeada, e esse era o momento pra eu ajudar minha mãe, porque eu estava trabalhando, eu era servidora pública e eu tinha um salariozinho que eu podia ajudá-la, mas eu não podia porque eu estava morando com uma mulher e isso pra ela é inaceitável – eu não podia ajudar minha mãe com os problemas dela e ela me culpava por isso... ela não podia aceitar ajuda se eu estava vivendo uma vida que ela não aceita, não fazia sentido eu pegar uma parte do meu dinheiro e entregar na mão dela pra ela continuar vivendo em situação de violência com o marido dela, com meu pai, entendeu? – o que eu podia fazer? Tirar ela de casa pra ela morar comigo... era o que eu podia fazer, eu não recebia um salário bom, nível médio... eu recebia uns mil e pouco o que você faz com mil reais em Brasília? Mas ela nunca moraria comigo e com uma outra mulher (M., 2018).

As ponderações coloco a partir da confiança da minha entrevistada, e assim opto por fazer, por acreditar que, desta forma, trago uma leitura que se atribui, em essência, as minhas experiências já postuladas anteriormente, mas também porque acredito que a metodologia desse trabalho é muito mais profícua por ser em profundidade, e é, sobretudo, um relato que se permeia a tantas outras mulheres, também lésbicas.

Maria retornou ao ponto em que falava sobre a tentativa de suicídio da irmã. Contou-me que a tentativa foi por volta dos 13 anos, concomitantemente à época em havia se assumido como lésbica e que já não morava em casa com sua mãe.

(...) então quem ouvia tudo dentro de casa, quem sempre ouviu e viu as brigas, sozinha, era minha irmã e quem ouvia minha mãe fazer as lamúrias e o meu pai também (...) era minha irmã que estava sempre ouvindo tudo que eu não sei o que era, relacionado a mim, e aí numa dessas... porque minha irmã sempre me defendeu, ela era a única pessoa que sempre me apoiou dentro de casa, mesmo sendo tão pequena... a única pessoa que falou algo positivo dentro de casa, mesmo sendo uma criança foi a minha irmã e ela não podia me defender, como que ela iria defender?? Aí, depois de alguns meses eu soube que ela tinha cortado os pulsos, e a culpa foi minha, claro, ainda que eu tenha a consciência de que, pelo menos a minha consciência me diz que não é culpa minha a minha família não me aceitar do jeito que eu sou (M., 2018).

Assumi que toda a fala de M. foi mais que devida, pois construiu uma história de pertencimento e que, aos poucos, traduzia como se davam as suas práticas sexuais e onde aconteciam. Vi que em sua jornada, na maioria das vezes, ela narrava estar em cidades periféricas como Paranoá (cidade em que mora atualmente), Jardim Ingá, Luziânia (ia à cidade com frequência) e Varjão, que foi onde ela morou com sua companheira por um bom tempo.

O histórico das impossibilidades de ser lésbica ali, perto dos anos 90 para os anos 2000, para Maria ficou bastante enfatizado quando ela me explanou sobre a violência sofrida tanto nas ruas quanto também nas pressões sociais da família e conhecidos.

Sua adolescência foi marcada por uma necessidade de “se forçar a namorar com meninos”, o que fazia com que ela não tivesse uma brecha para minimamente deixar suas vontades acontecerem e sequer olhar para meninas. Maria também falou que não tinha referências de outras lésbicas até porque nem acesso à internet tinha para poder “teclar” em chats de bate-papo.

Quando pretendia ligar para os parentes do Piauí, marcavam hora e ficavam na frente do orelhão esperando o telefone tocar para conversar. Retratou que sentia medo de esboçar algum comportamento, mas que isso não foi o mais grave nesta época porque ela ainda não tinha a vivência lésbica, apenas desejava, em segredo, estar com mulheres.

Relatou aos sorrisos e de forma muito engraçada que se lembrava de quando viu uma lésbica passando em um Corsa preto no Jardim Ingá “ela tinha cabelo curtinho e eu fiquei babando por ela, queria ser como ela”. Os trejeitos da moça do Corsa preto, os cabelos curtos, a voz mais grave – foram estes os condicionantes e peculiaridades que fizeram Maria ter certeza de quem se tratava: “parecia que eu estava vendo uma aparição, não é que tinha alguém ali como eu?”

A entrevista continuou e soube que quando M. estava vivendo com sua companheira no Varjão (lugar em que elas viveram por cinco anos) elas ficaram por praticamente todos os anos sem conhecer os vizinhos.

(...) como eu sempre fui muito tímida e reservada, mesmo morando 5 anos no Varjão eu consegui viver 5 anos em um lugar sem conhecer vizinhos...tinha o medo, óbvio, eu chegar, morar com uma mulher num apartamento em uma periferia, ou mesmo que não fosse, acho que não importa o lugar, você lésbica ou gay, morando com seu companheiro ou sua companheira, a gente tá correndo risco, eu tinha esse receio (...) tanto que a gente procurou um apartamento porque casa eu acho que não seria um lugar mais tão seguro pra isso (...) ou estávamos dentro de casa ou circulávamos pela UnB, mas nunca lá dentro, por uma questão de ter cuidado mesmo. A gente precisava ir à padaria e tals, mas não andávamos de mãos dadas (M., 2018).

Perguntei se elas se beijavam, e ela disse que em hipótese alguma; ela sequer se recordava se alguma vez haviam se beijado por aquelas redondezas do Varjão.

Dando início ao processo de encontrar uma morada, elas optaram por apartamentos, necessariamente, porque existia um temor e a necessidade de ter cuidado em estar em lugares que fossem mais seguro. Em contrapartida, sua fala me comoveu porque ainda que ela procurasse um lugar “seguro” e elencasse tal local como o de um apartamento, tão logo ela disse que: “eu acho que o lugar próximo a casa é o lugar menos seguro para você se relacionar homoafetivamente, porque as pessoas estão te olhando todos os dias, elas estão controlando o seu horário, a sua rotina, então uma coisa que eu sempre tentei fazer foi não ter rotina”.

Esse trecho corrobora o quão tênue é a linha da segurança vivida por ela, a ponto de, a partir de sua porta de casa para a rua, em lugares próximos, já não se ter mais a concretude de proteção em função única e exclusiva de sua sexualidade. Alguns tipos de comportamentos tais quais se preocupar em não ter gestuais mais afetivos próximos de sua casa, ou procurar não ter rotina – passando sempre pelos mesmos lugares – passaram a ser corriqueiros.

Depois de estar morando com sua companheira em um apartamento e passado o receio de que sua família soubesse, como contou no início da entrevista, ela passou a achar os espaços movimentados e públicos mais atrativos, retornando, inclusive, a mencionar o Conjunto Nacional, agora como um ponto que para ela agora passava a lhe permitir mais segurança.

A gente ficava dentro de casa ou então entrava no carro e saía, às vezes na padaria, mas só (...) uma época ficamos sem carro, lembro uma vez de termos ido pra parada de ônibus e estávamos juntas, mas ficamos separadas, como se não nos conhecêssemos, teve este cuidado, mas são todos os cuidados de se morar em uma periferia sendo lésbica (M., 2018).

A saída do Varjão para o Paranoá se deu por pressão de Maria; que queria morar mais próximo ao trabalho e ir para um lugar mais espaçoso. No entanto, contrariamente ao que aconteceu no Varjão, ao qual elas não conheciam o proprietário e apenas efetuavam os pagamentos mensais, no Paranoá, elas ficaram em uma casa em que a irmã da dona morava nos fundos, e aí, a questão anteriormente vivida no Varjão – de não ter vizinhos –, de alguma forma, foi reconsiderada: não sem receios.

Fica bem nítido como as interações sociais moldam o caráter comportamental e psicológico dos sujeitos dispostos – é crucial tomar nota de que ter vizinhos, inquilinos ou, até mesmo, conhecer o proprietário de seu próprio lar pode ser uma situação nefasta para o bem-estar e permanência naquele mesmo lugar, a depender de quem estivermos falando.

Os códigos de sociabilidade e as interações informais dentro de uma vizinhança criam subculturas que predisõem novos mecanismos de marginalização e exclusão social. A naturalização da representação social de que pessoas LGBT são promíscuas, de má índole, possíveis pessoas em drogadição e outros vitupérios faz o condão da violência simbólica ser cada vez mais assertiva a estes segmentos sociais e a estrutura socioespacial não escapa dessa proforma porque vemos, por meio do relato, que questões práticas e burocráticas, como estabelecer contato com o locatário, é também mais um obstáculo às pessoas homoafetivas.

M. não soube pontuar se a inquilina dos fundos não gostava da presença delas por uma questão de lesbofobia ou simplesmente pelo incômodo em dividir uma área que já tinha sido privativa anteriormente, mas enfatizou que não foi a melhor das relações. Ao ser perguntada se a apreensão de morar em casa havia se dissipado – já que em outro momento ela me reportou sentir receios – ela contestou, pois pensara que, uma vez que fosse ter outra pessoa dividindo o mesmo espaço, no caso a inquilina dos fundos (irmã da dona da casa), seria mais tranquilo e mais seguro porque haveria movimento e pessoas na casa além delas, conforme se apreende neste trecho: “quando eu descobri que a mulher morava lá, eu pensei, poxa, tem outras pessoas morando no espaço então pode ser mais seguro porque a gente não vai estar sozinha, por mais que fosse negativo dividir o lote com outra pessoa, também sou positivo, neste sentido” (M., 2018).

Outra questão que me reteve, ainda que eu saiba que pessoas que vivem na condição de aluguel perpassem pela mesma situação, foi que Maria falou que, como vivia em mudança, ela não decorava a casa – esse momento ocorreu quando em uma breve pausa para ir ao banheiro, em meio à entrevista, ela se ateve a alguns quadros que tenho em minha casa e começou a falar da vontade que tinha de pintar e de ter adereços tais como os meus, mas, pelo fato de estar sempre se mudando, até agora não tinha conseguido. Esse nomadismo quase que compulsório, seja por desejar outra morada mais segura ou pelo coercitivo caminho de ter que se mudar por “incomodar” a vizinhança aponta para mais uma subjetividade emudecida – criar em seu lar um espaço de pertença – atributo que a decoração por vezes faz – não é uma possibilidade comum quando analisamos este segmento social. E lidar com mais este indicador é perceber que muitas são as quebras na titularidade de existência deste grupo.

Operacionalizei a entrevista focando, agora, na parte de espaços de convivência, ou seja, aqueles espaços que teriam outras pessoas compartilhando o dia a dia, tais quais bibliotecas, restaurantes, cinemas e afins; perguntei sobre lugares em que ela se sentia confortável para estar com outras mulheres de forma afetuosa. Eu pretendia com esta pergunta saber onde mulheres

lésbicas ficam ou se existe alguma tendência/recorrência por alguns lugares específicos. E ir além: existe algum espaço só para lésbicas? É preciso?

Tive uma surpresa ao me defrontar com a resposta de que não seria o lugar e sim, a presença de algumas pessoas. Maria falou que, de modo em geral, ela fica melhor em lugares em que não há presença de homens héteros, inclusive mencionou:

Criaram um termo para mulheres que não gostam de homens, né? Eu acho que sou isso aí... um pouco misândrica, porque eu não vejo a necessidade de ter homens por perto... eu já tive problemas com homens heteros várias vezes, os problemas básicos que a gente sempre ouve: coisas machistas que a gente não precisa ficar ouvindo ou então estes veados que tem nojo de mulher, eu também não tenho paciência não... eu não gosto de ir num lugar que só tem homem ou então que só tem veado, como na Victoria Haus, por exemplo, que só dá homem (M., 2018).

Segui a conversa e quis saber onde ela costuma ir em Brasília, talvez em uma tentativa de, a partir do relato, perceber algo que eu não havia notado ainda, já que também faço este mesmo movimento de sair a alguns lugares e nunca havia parado para, formalmente, pensar as motivações ou as esquivanças em escolher um ou outro estabelecimento.

A gente sabe que o samba do Cruzeiro é de boa, o Samba na Rua, que é liderado por umas meninas, já fomos algumas vezes (...) como eu conheço muitas mulheres lésbicas, então frequento os lugares que outras lésbicas frequentam. Eu frequentava muito o bar do Mendes e Os Simpsons, mas nestes dois lugares aconteceu homofobia (no Mendes inclusive foi conosco) e deixamos de ir...a gente vai ao Campinense também, basicamente bares. Vou ao cinema no Pier, ao Parque da Cidade, durante o dia perto do Nicolândia (...) quando saio eu vou aos bares e eu vou a estes outros lugares a convite de amigas que são também lésbicas (M., 2018).

É pertinente dar atenção ao fato de que o samba que Maria menciona, Samba na Rua, é uma proposta cultural da cidade e foi, aos poucos, ganhando espaço, adesão e público e tinha por premissa introduzir em Brasília um circuito de samba que ocupasse a rua, dentro da perspectiva de uso e do direito à cidade. Começou bem simples, intercalando aparições entre a Vila Telebrasília e o Cruzeiro e, hoje, tem lugar fixo no Círculo do Operário, no Cruzeiro. O grupo que compõe o evento é de meninas e tem alguns integrantes homens, inclusive alguns convidados, mas, ainda assim, o grupo é majoritariamente constituído e formulado por mulheres lésbicas.

Obviamente, a proposta por detrás de se ter um grupo majoritário de mulheres lésbicas tocando um samba não precisa ter como foco atrair outras lésbicas, contudo, inquestionavelmente, atrai. E um comportamento ainda mais interessante é perceber que atrai lésbicas; as lésbicas têm amigos gays, que acabam indo também, aí o lugar fica mais amigável aos sexodiversos; um termo muito utilizado é *gayfriendly* – pois bem, mulheres heteros se

sentem atraídas pelo lugar porque pensam que como há gays e lésbicas e as mulheres são mais respeitadas, não terão momentos de assédio ou de desgastes em uma festa. O lugar, por sua vez, passa a ter um grupo alto de mulheres héteros e isso chama atenção dos homens héteros, que se inserem na festa por acreditar que há muita mulher e pouca concorrência já que só dá gay (e aí, há um esvaziamento quase que total da ideia de que, inicialmente, a festa foi feita por lésbicas) e, em consequência, voltam alguns casos de assédio, desrespeito, homofobia, brigas, embebedamento das meninas, dentre outros pontos que me foram relatados na entrevista.

Ainda na ideia de lugares de convivência, quis saber como era o meio laboral:

Eu não fico falando da minha vida as para as pessoas... eu não falava nada que pudesse dar nenhum tipo de brecha; entrei no trabalho e no primeiro dia vi um caso de homofobia que me deixou muito impactada e sem reação (...) a professora da sala de recursos foi me apresentar alguns estudantes... era um menino, eu lembro bem dele, parecia um indiozinho, assim sabe? De pele escura, cabelo bem liso e pretinho; esse menino tinha pego uma tiarinha de uma colega e colocado na cabeça, aí a professora chegou no menino e falou: fulaninho, onde você pegou essa tiara? Tira esse negócio da sua cabeça agora, você quer que seus colegas te chamem de viadinho? (M., 2018).

Percebo aqui um fato, infelizmente, corriqueiro na vida de pessoas homoafetivas: a apatia em conseguir ter reação em um determinado momento de negação total de direitos ou vilipêndios incisivos a nossa condição. E me atenho também à questão de que mesmo que Maria tenha dito em outros momentos que a sua saída do armário já tinha acontecido, pois o seu maior receio era de que sua família soubesse de forma tresloucada sobre a sua sexualidade, agora ela se via novamente em uma outra faceta do armário, pois havia que se anular frente a um lugar hostil e homofóbico, posto que trabalhava e, por várias questões, também já contextualizadas, necessitava do dinheiro.

O psicológico de um profissional que se vê cotidianamente questionado ou em possível suspeição abala sua vida pessoal; reporto também que além da esfera laboral, em sua casa ela também vivia o momento em que morava com sua esposa e não conhecia os vizinhos, não circulava pela cidade, e, conforme ela mesma confessou, ir à padaria ou pegar o ônibus na parada eram circunstâncias que poderiam ser pesadas.

Estamos, aqui, circunscrevendo uma vida com diversas lacunas e deficiências sociais, permeada por demandas externas, que transversalmente se impõem e refreiam comportamentos que poderiam ser espontâneos e leves, convertendo-os em mecanizados e aflitos. Tal qual trazido por Goffman, uma total anulação do eu, em prol de ajustar-se aos padrões já existentes, a fim de não ter maiores embates.

Analogamente, Goffman diria ainda que:

Em nossa sociedade, quando o marido e a mulher aparecem diante de novos amigos para uma noite social, a esposa costuma demonstrar uma submissão mais respeitosa aos desejos e opiniões do marido do que a que se preocupa em mostrar quando sozinha com ele ou em companhia de velhos amigos. Quando ela assume um papel respeitoso, ele pode assumir um papel dominante, e quando cada membro da equipe do casamento representa seu papel especial, a unidade conjugal, enquanto unidade, pode manter a impressão que as novas plateias esperam dela (GOFFMAN, 2015, p. 77).

Aqui, tem-se objetivamente a mesma relação implicada: frente a um público conservador e preconceituoso, a fim de manter um ritmo menos tumultuado e combativo, evitando-se ter que, a todo o momento, dar cabo de sua sexualidade e se investir de empreitadas pedagógicas para o manuseio do olhar do outro sobre suas condutas, Maria e sua companheira se conformam em encenar papéis de falsa submissão para ficarem em conformidade com o grande cenário, aversivo às suas existências. O casal fixa seu papel respeitoso em assumir sua sexualidade, porém não beija em público, não anda de mãos dadas e não demonstra, afetiva-sexualmente, suas vontades; assim, suscitam a impressão que a plateia-vizinhança precisa, viabilizando a normalidade desejada.

(...) eu saí de lá, e eu não sabia que as pessoas sabiam sobre mim e nem que eu saí de lá por conta da minha orientação sexual (...) eu não falava, sempre resguardei muito minha vida, não conversava com as pessoas e como eu passava por estas violências dentro de casa, eu tinha muito medo de sofrer estas violências dentro do trabalho e não ter ninguém pra me proteger, entendeu?

(...) eu sentia que ser lésbica em uma escola era errado, entende? Como eu trabalhava trocando fralda das crianças, levando as crianças ao banheiro, eu achava que eu corria o grande risco de ser acusada de algum tipo de assédio dentro da escola por ser lésbica, então daí que eu sempre escondi isso de todo mundo; era como... se um pai sabe que eu sou lésbica ele pode dizer que eu estou fazendo alguma coisa com o filho dele, eu trabalhava com crianças muito pequenas e ainda com algum tipo de deficiências, então eu tinha muito receio... e na periferia também, e a gente sabe que a galera tem preconceito mesmo, a maioria evangélica, eu trabalhava no Paranoá – Escola Classe de lá.

(...) eu não falava que era minha esposa, mas eu sempre levava minha companheira nas festas da escola... obviamente eu não ficava de mãos dadas nem nada, mas as pessoas começaram a pensar... e houve um momento em que isso foi difundido no ambiente. Aí foram cinco anos na mesma escola, basicamente com as mesmas professoras, mesmo com a rotatividade da Secretaria da Educação, mas a direção se manteve e boa parte dos professores também, começaram a desconfiar, né?

(...) em um determinado momento entrou um professor que era pastor na escola e ele achava que tudo ligado ao meio LGBT eu tinha obrigação de saber e ele me perguntava umas coisas muito idiotas, acho que a necessidade das perguntas era só para implicar comigo (...) as perguntas eram sempre feitas com objetivo negativo, às vezes eu respondia outras eu dava uma patada pra ele se tocar (M. 2018).

Neste compilado de falas, fica manifesto o quão difícil e aturdido é estabelecer relações em ambientes em que a heteronormatividade se configura como a única via. Maria chegou a me dizer que, em algum momento, tomou decisões de se colocar como lésbica frente à

instituição, e pontuou que assim o fez, pois já se encontrava estável (o estágio probatório tinha acabado). Dizeres deste tipo revelam a primordialidade de que carreiras em que haja estabilidade – e aqui não estou entrando nos meandros do tempo e nem dos critérios – mantenham em seus mecanismos laborais a viabilidade da estabilidade de seus servidores; este recurso implica menor discricionariedade da gestão em estabelecer exonerações e afastamentos com base em critérios que estabeleçam violências e extrapolações. Ajuda, inclusive, na integridade cotidiana de muitos servidores que passam a poder barganhar alguns tipos de estruturas já engessadas com maior envergadura e desprendimento, tendo o devido resguardo jurídico. Certamente, não há de se dizer que a partir de uma estabilidade profissional não haverá outras bifurcações e inconvenientes relacionados à orientação sexual, mas, há de se atentar ao fato de que aparatos como este, propiciam maior vigor e autoestima à parte vulnerável, bem como a transparência e motivação dos atos dentro do departamento laboral.

Ainda no contexto laboral, Alessandro Silva, diria que a homofobia é um tipo de instrumental “psicopolítico de dominação” (2011) e fazer a manutenção de condutas que condicionem segmentos vulneráveis à marginalização, é explorá-los perversamente. Para Silva, “A manutenção da condição marginal à qual é relegada a construção do sujeito homossexual constitui um importante instrumento para a produção de múltiplas formas de homofobia, que atuam como elementos psicopolíticos de dominação-exploração” (SILVA, 2011, p. 130).

(...) eu fui pra outra escola, eu tenho três nomes, né? Sabe aquilo de nome composto? Então! Quando entrei nessa escola eu falei – eu vou mudar- vou me apresentar com outro nome e aquela pessoa do passado vai embora. Vou tentar ser um pouco menos tímida, vou tentar conversar com as pessoas, vou tentar ser eu mesma sem vergonha de ser lésbica (...) daí eu me apresentei como Maria e todo mundo lá me conhece como Maria e sempre que existiu a possibilidade de falar da minha sexualidade eu falava – eu já estava mais forte, eu já tinha passado pelo estágio probatório e aí eu já estava bem mais forte, apanhei bastante, mas venci (M., 2018).

Nossa entrevista terminaria aí, mas quis perguntar como reverberava para ela saber da existência de um site chamado Lesbocídio, que estava mapeando as histórias não contadas das lésbicas que haviam sido mortas e que, até aquele momento, início de 2018 (janeiro), já eram nove mulheres lésbicas mortas. “Eu fico pensando em quem nos mata, sabe? Eu sofri tanta violência dentro de casa, muito mais que na rua”, e emendou:

Tentei levar minha companheira na casa da minha mãe, já aí como namorada. Minha mãe falou que iria tentar e pediu pra eu levar ela pro final de semana, pra almoçar e tal. Foi um desastre, minha mãe não conseguiu lidar com a situação, foi super grossa... meu pai bebeu e durante à noite ele pegou uma faca para tentar ir lá, no quarto, mas ela trancou porta e deixou a gente trancada lá dentro e foi um final de semana bizarro. Fomos embora no outro dia, e minha esposa ficou mal e extremamente nervosa, deu dor de barriga e não era pra menos, e fomos embora no domingo. Nas outras vezes

que eu precisava ir ao Jardim Ingá pra pegar algo na casa da minha mãe eu sempre a deixava em algum lugar, num restaurante ou algo assim (M., 2018).

Terminamos a entrevista com muita alegria, apesar de toda a narrativa densa. Maria disse que se segurou em vários instantes para não chorar e que aquele momento tinha sido uma terapia para ela. Contou que momentos como este de uma conversa tão profunda sobre si eram raros, ainda mais com outra mulher – disse que mesmo se tratando de casos tão penosos e que ainda reverberam de forma ruim, foi menos pesado do que poderia ser acaso ocorresse com qualquer outra pessoa. Perguntei os pontos positivos e negativos de ser lésbica, no que ela de pronto disse:

Ah, os negativos? Risco de sofrer violência; ser um fetiche sexual para os homens, não conseguir ter uma relação livre com a sua companheira principalmente relacionado à sua família – não é tão simples levar a sua companheira a um churrasco no domingo, se fosse um companheiro seria muito mais tranquilo; mas eu gosto de ser lésbica.

E os positivos: dependendo do tamanho da sua companheira você pode compartilhar umas roupinhas, o sexo é bem melhor e aí eu posso comparar, eh...cara, mulher é um ser muito bonito, você vai ter a certeza de que você vai estar sempre com uma pessoa muito bonita do seu lado, tem diálogo, você consegue ser amiga da pessoa com quem você está se relacionando – os homens são muito podados a terem emoções, então os homens não falam, não choram, eles são os fortes e isso é uma coisa que a nossa sociedade impõe a eles, isso dificulta as relações (M., 2018).

7.1.2 “Para que eu fosse lésbica eu precisava estar em algum desajuste... então, eu não era”

Ela tinha 21 anos, Vitória era seu nome. Respondeu com muita rapidez e com firmeza praticamente todas as perguntas iniciais. Era lésbica. Falou e ainda continuou dizendo: “sou sapatão”, algo como que reforçando que não haveria outra possibilidade.

Comentou que sua família e seus amigos estavam cientes da sua orientação sexual e também se reportou a mim dizendo que era mulher cis, o que já denotava saber sobre identidade de gênero e suas categorizações. Compartilhou que dividia a casa com seis pessoas: sua mãe e seu pai, seu irmão, uma irmã e mais duas primas. Morava no Guará II e falou, com um grande sorriso, que tinha o nível superior completo. Naquele momento trabalhava na ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Social. Estava solteira, porém não sozinha, brincou.

Perguntei como tinha sido o processo de dizer que era lésbica em casa. Ela trouxe uma realidade muito apartada do que se costuma perceber – era uma história mais receptiva.

Nunca sentei com meus pais e falei que era lésbica, o que aconteceu é que minha irmã levou a namorada em casa e meus pais falaram: prazer! Por quê? Porque no meu

contexto familiar, eu tenho 9 primos dentre eles, 5 são LGBTs: dois são gays e 3 são bissexuais. Então, isso na família era uma questão de: ok, tranquilo. A estratégia que eu e minha irmã adotamos foi do tipo: não vamos aceitar que vocês sejam aqueles pais – a gente aceita vocês porque vocês não são nossos filhos(...) - quando eu comecei a namorar eu só levei e apresentei, mas mesmo diante de uma facilidade frente as outras famílias, com o meu pai foi mais difícil – ele demorou a falar com a minha ex. Depois aceitou. Chorou e disse que tinha muito orgulho de mim e da minha irmã, disse que estava aprendendo conosco a ser alguém diferente porque de onde ele vem era difícil (V., 2018).

Vitória me narrou que ela se assumiu primeiramente à sua mãe e, logo depois, ao seu pai, mas não disse ser lésbica. Ela se manifestou como bissexual. Isso me causou um estranhamento já que nas perguntas iniciais ela havia dito com tamanha firmeza que era lésbica. Ela, no entanto, disse que houve momentos na infância até um pouco da adolescência – 10 aos 14 – em que ela olhava para outras garotas e ficava se sentindo estranha: um tanto feliz, um tanto sem jeito e com desejos que ainda não sabia compreender, mas ao mesmo tempo pensava que não tinha como ser lésbica. Pensava:

Eu não sou lésbica, porque minha família é tranquila, eu não tenho problema com meus pais... ninguém lá em casa é desajustado; para que eu fosse lésbica eu tinha que estar em algum desajuste, esse era o meu pensamento durante a minha infância e adolescência e eu tinha um medo que... nossa, não é possível que... mas eu não sou, eu não sou (V., 2018).

A história de mulheres que vêm a se reivindicar como lésbica no futuro e que passaram por um longo período de segredo de seus desejos parece ser uma rotineira vivência, quase que um trajeto muito próprio e característico dessa subjetividade.

É forte a tendência em remontar uma história amorosa na qual haja homens como protagonistas ou cúmplices dessas relações afetivas. Tais evidências se mostram ser bem concretas em função de se tentar performar um cenário ao grande público de que não há de se falar em desejos por mulheres – ele, o desejo, na verdade, não existe. Este é o intento de uma grande maioria, não evidenciar e camuflar ao máximo sua sexualidade “desviada”. O desejo é, por vezes, suprimido e até esquecido, o que não tem como não configurar como violência a si mesma, quando em essência a pulsação, curiosidade, vontade e atenção querem estar destinados a outra mulher.

Depreende-se este desconforto, nos relatos abaixo:

(...) eu comecei a namorar um homem e um pouco antes de namorar ele eu fiquei com a primeira garota e aí eu falei: “Eita...! Tá bom, então!” E aí eu conheci a bissexualidade... essa questão de orientação sexual (...) minha mãe é muito militante e tal, mas essa pauta identitária não era uma pauta presente, né? Então, assim, quando eu entrei na UnB e entendi isso eu me permiti ficar com uma garota, mas aí depois eu fiquei logo com um cara por um ano e seis meses e neste relacionamento eu me declarava como bissexual.

Mas não foi um relacionamento bom, sabe? Foi um ano e seis meses achando que eu deveria estar com ele porque eu precisava de um cara como ele pra me autoafirmar enquanto mulher foda, feminista e ele era um cara, nossa, esquerdinha, legal, militante, sabe? Então eu estava construindo minha identidade a partir disso. Eu dizia que era bissexual, mas negava muito o meu desejo, não só o sexual, mas o afetivo também de me relacionar com mulheres, eu nunca tinha me permitido olhar pra mulheres durante muito tempo suficiente pra eu sentir alguma coisa – desejava muito, só que não conseguia assumir pra mim.

Era difícil sexualmente para mim também, sabe? Porque ele não era... tá, ele não era só homem, ele tinha muitos signos da masculinidade, muitos, ele era grande, ele tinha muito pelo, ele era alto, falava alto, chegava nos lugares e se impunha, sabe? Tinha muitos símbolos que na verdade eram pequenas violências pra mim, mas que eu tomava isso como algo meio que – tudo bem, ele tá aqui – eu construí a minha identidade durante um tempo a partir deste relacionamento (V., 2018).

Os signos de masculinidades trazidos à entrevista, claramente, conduziam violências à Vitória porque, ao mesmo tempo, eram próprias de seu namorado, que ela não queria magoar, também propiciavam embates à identidade lésbica que estava sendo camuflada. Esse conflito que só acontecia para V., de acordo com seu relato, era extremamente dolorido. Perguntei em que época ela já tinha ciência de gostar de mulheres e ela me reportou que, embora só tenha beijado a primeira mulher aos 18, desde os 12, já sabia que gostava de meninas.

Assim como Maria, Vitória afirma já saber que seus impulsos afetivos se voltavam a outras meninas, mas não sabia o que fazer com esse sentimento. Lembrei-me de que nossa condição de lésbica nos traz algumas verdades que só são inteligíveis como verdadeiras por nós mesmas, muito tempo depois. Eu, aos meus seis anos de idade, já me sabia inclinada a gostar de meninas; meu primeiro beijo, no entanto, ocorreu aos 19 anos. Esse lapso temporal, de 13 anos, no qual eu assumi papéis e posturas, comportamentos e crenças distanciados de minha real essência é um caminho que percebi em maior ou menor escala, nos discursos de Maria e Vitória.

Em minha experiência, atribuo o meu acesso à universidade como um impulsionador deste processo de emancipação ao qual passei a ter outras referências lésbicas e que, de alguma forma, iniciei a naturalização das práticas homoeróticas que, até o ingresso à Universidade de Brasília, era percebido por mim de forma ruim, sujo.

Voltei-me para Vitória e continuei a perguntar, me interessando por saber quais estratégias foram utilizadas para que o desejo de estar com mulheres, já compreendido desde os 12, houvesse sido contornado até o primeiro beijo, aos 18; minha ideia era saber se ela recorria a algo para se aproximar deste universo lésbico pelo qual nutria desejos latentes desde antes.

Ela me confidenciou, um pouco sem graça, que se masturbava, e que, para além disso, forjava perfis fakes no Orkut – criava perfis de homens para se relacionar com mulheres, disse que nunca conseguia criar perfis de mulheres com este intuito; ao contrário, eram perfis masculinos, sempre. “Conheci várias garotas que a gente conversava muito e era só lá que eu me realizava; que eu construí afetividades com outras mulheres, mas eu só conseguia se elas achessem que eu era homem e isso era escondido” (V., 2018).

Até por uma questão de cumplicidade, e sabendo que a irmã de Vitória era lésbica, quis saber se estas questões que ela relatava viver solitariamente não eram conversadas com a sua irmã.

Durante muito tempo na minha cabeça eu construí que: “agora eu tenho que ficar com um cara porque a minha irmã já tá ficando com uma garota”, mas era algo muito enraizado em mim porque meus pais, minha mãe, sobretudo, não tinha problemas com isso... e eu ainda sou a filha mais velha... e aí “Vitória isso, Vitória aquilo”... Então, estar com um cara era mais uma obrigação de ser uma filha perfeita, dentre as obrigações que eu colocava pra mim, porque eu achava que não era justo com meus pais, já que minha irmã já era lésbica.

Existia uma certa cobrança com determinadas brincadeiras aqui e ali. Minha mãe quer muito ser avó logo... Até ela realmente entender que mulheres que se relacionam com mulheres são capazes de ser mães do mesmo jeito, ela fazia umas brincadeiras e, durante o relacionamento com o cara, ela fazia essas cobranças de – você vai ter logo, né? Minha avó também sempre falava: “eu só tenho neto veado, quem vai me dar os netos agora?” (V., 2018).

Ao fazer uma análise de como eram vistas as “famílias gays e lésbicas” (termo que ela também reconheceu não ser o melhor para estas famílias, mas que o momento havia nomeado), dentro da mídia brasileira, Mirian Pillar Grossi abordou esse entrave familiar de consanguinidade/conjugalidade, na qual muitos familiares expõem sua vontade por netos/filhos e unem a sexualidade de seus filhos(as)/netos(as) à impossibilidade dessa realização.

(...) neste contexto, a temática das famílias gays e lésbicas se restringe ao pólo da conjugalidade e da tensão na relação com a mãe de uma delas, que não “aceita” a escolha da filha porque teme, entre outras coisas, não ser avó. No plano do parentesco a tensão está no clássico conflito aliança/ consanguinidade (GROSSI, 2003, p. 268).

Vitória me disse que nunca havia morado sozinha. E conforme havia disposto desde o início da entrevista, sempre teve família nuclear grande. Perguntei como se deu a possibilidade de estar sexualmente com outras mulheres, uma vez que me pareceu ser difícil haver espaços desde os domésticos até os de fora a sua casa para estar tranquila com alguma mulher.

A questão na minha casa era a superlotação, sempre teve que ter um rodízio... Fora isso, na minha casa era tranquilo; mas na casa da minha ex... Primeiro que a gente não era namorada, nós éramos amigas e a casa dela não era dela, porque na verdade ela

tinha que obedecer regras e respeitar um espaço que não respeitava ela, então, era a casa do pai e da mãe dela e ela dormia lá. Ela não podia me dar a mão, me dar um selinho, me chamar de amor, meu Deus se chamasse de amor... doideira! A gente não podia dormir na mesma cama, ou ficar no mesmo espaço só nós duas porque se o pai ou a mãe dela passassem ia achar alguma coisa, eu sempre era a melhor amiga dela pra família, só ficamos juntas ou super mega escondido, quando os pais dela não estavam em casa, ou então rolava na minha casa... ah! ou no carro (V., 2018).

Vê-se nesta afirmação o quanto para além do espaço a se buscar para ficarem juntas, havia outro incômodo também: a expressão “amiga”. O quanto era invisibilizadora e camufladora aquela condição. E mais, condição esta que era a única para que ela fosse aceita na casa da namorada, à época. Precisou-se encontrar uma palavra que expressasse um condicionante para a existência daquela relação perante a família e eventuais amigos. Ela não era a namorada, era a amiga.

Continuei com as minhas sabatinas e perguntei se havia mais lugares em que elas se encontravam, já que existia essa dinâmica familiar complicada em ambas as casas – ainda que na de Vitória, a questão fosse, literalmente, o problema de espaço, somente.

Lugares escondidos da UnB – banheiros do subsolo. No banheiro não passava ninguém, nenhum cara que podia nos olhar e enfim, porque ainda tem o rolê de fetichizar, né? A gente está lá escondida mas o cara passa e vê e aí ele vai ficar olhando, o que já aconteceu.

Primeiro que a galera não usa muito lá no subsolo, e a gente ainda ia em momentos com menos gente, lugares que, geralmente, a gente sabe que não tem risco de muitos homens passarem por perto, porque era um grande receio, a gente já tinha passado por situações muito ruins (V., 2018).

A UnB novamente como alicerce e ponto crucial nas dinâmicas afetivas de mulheres homoafetivas. Importante ressaltar que, nestas entrevistas, visualizei a universidade como ponto não somente de fomento ao não preconceito e investidas a uma vida mais plural, mas também como um pilar concreto, um espaço ao qual muitas pessoas de sexualidade dissidente recorriam para ter um mínimo conforto, ainda que em lugares dos mais esdrúxulos, como o banheiro.

Manter o segredo e perpetuar o armário, dentro do perímetro da Universidade de Brasília ganhava brechas. Era possível sair do armário em festas e algumas aulas, por exemplo, ao passo que em outras alturas o esconderijo e o segredo tornavam. Não havia como converter o armário em um ato binário: me assumi e não me escondo de ninguém ou não sou assumida e ninguém sabe. As nuances eram exigentes – havia esconderijos sim, e, ao mesmo tempo, o que era segredo para algumas pessoas podia se manter ou sobrevir a partir de um conjunto de flancos que se abria a cada “contar” ou “esconder” das sujeitas envolvidas.

Pra você ter noção, quando a gente estava em lugares não-LGBT e eu não gostava de beijá-la mais profundamente porque eu tinha agonia quando os caras estavam olhando... uma coisa que eu nunca tinha percebido e que ela me falou é que, por exemplo, às vezes a gente estava de mãos dadas, se abraçando e se tinha um grupo de homens passando eu soltava a mão dela – era um receio que eu nunca tinha analisado e que ela me falou.

O que é engraçado, porque no início da relação era eu que ficava falando que a gente tinha que estar de mãos dadas, eu dizia: “a gente tem que mostrar”. A gente foi construindo essa relação muito por mim, e eu era muito pública – tentava ser como um casal heterossexual, afinal se eles têm esse direito a gente também tem (V., 2018).

A necessidade subjetiva de ter que “se mostrar”, fazer a divulgação das relações homoafetivas como ato político, por vezes, perpassa campos subjetivos de receios e sofrimentos. Se por um lado fazer-se visível é uma arma para que sejamos vistas de forma natural e a recorrência disso se configura em uma ação corriqueira e banal; de outro, expor-se também é lidar com as barreiras de uma sociedade que fetichiza, pretere e mostra, recorrentemente, que pessoas homoafetivas estão em desajuste social.

O meu receio era 100% fetichização. Tem também a questão da violência, mas comigo era mesmo o fetiche. Eu cresci ouvindo que eu iria ser uma gostosa... e aí imagina agora eu e outra garota? Esse cunho sexual, sobre o meu corpo sempre me deu muito mais medo e receio. A minha primeira experiência com homem foi muito abusiva, então essa questão sempre me deu muito repulsa (V., 2018).

Vitória apontou que banheiro era um lugar interessante e seguro – o que é extremamente contraditório, porque se falamos em segurança deveríamos pensar tal conceito em sua integralidade e, até mesmo por isso, pensar que banheiros, de modo geral, podem assumir a possibilidade de contágios diversos; pensar em segurança em um local de extrema vetorialidade para doenças e demais ordens é mais uma vez perceber a vulnerabilidade que certos grupos dissidentes passam tentando exercer um direito banal que é o de relacionar-se.

Mary Douglas (2012), antropóloga social, em *Pureza e Perigo*, faz uma associação entre a ideia que se tem sobre o que é puro e por isso limpo, com aquilo que causaria abjeção, por ser sujo e com menos higiene. Suas análises estão vinculadas aos rituais religiosos, mas suas pontuações me intrigaram, maiormente, por eu ter visto um encadeamento interessante na prevalência dessa dicotômica questão: pureza *versus* sujidade.

A nossa ideia de impuro é fruto do cuidado com a higiene e do respeito pelas convenções que nos são próprios. Certamente que as nossas regras de higiene evoluem com os conhecimentos que adquirimos (...) Para nós os objectos e os lugares sagrados devem ser protegidos das impurezas. O sagrado e o impuro são polos opostos. Não podemos confundi-los, como não poderíamos confundir a fome com a saciedade, o sono com a vigília (DOUGLAS, 2012, p. 10).

A autora confere um patamar de pureza ao que é considerado sagrado e evidencia a antítese entre o que seria sagrado e profano ao dizer que o sagrado e impuro vinculam polos opostos. De tal maneira, vi muito objetivamente que a condição que faz duas mulheres lésbicas dizerem que o banheiro seria um lugar de segurança, sem menosprezar que não é o lugar ideal, mas, ainda assim, em conformidade dizer que é um lugar seguro, pode demonstrar que (inconscientemente ou não), os pares homoafetivos já se preveem em um nível de abjeção tão forte, que suas razões ligam suas práticas ao estado impuro e de sujidade que um banheiro público culmina.

A homossexualidade tendo sido pautada desde os primórdios por um tripé de opressões nas quais o crime, o pecado e a patologia auferiram a esta sexualidade um caráter de repugnância, que mobiliza as ações do homoerotismo a um condão de pecado e heresia, frente às instituições religiosas, conforme afirma Denilson Lopes (2002).

Esse cartesianismo entre o maculado e o ímpio remonta, em essência, uma fragilidade a mais a estes corpos dissidentes; e não obstante, vê-se no comportamento, nos relatos, na forma do discurso dessas moças, as atribuições pejorativas à sexualidade que, por sua vez, é permeada por violências simbólicas autoeditadas pelas próprias personagens lésbicas, ainda que sem consciência disso.

Depois deste giro volto à narrativa. Confesso que com a mente fervilhando e, a cada momento, me sentindo na obrigatoriedade de academicizar essas vivências, na intenção de revelar meandros e análises que fazem de mim tão mais próxima de outras mulheres lésbicas.

Vitória contou que praticamente passou cinco meses apenas transando dentro do carro, ponto este que não há como não se denotar certo privilégio, porque não são todas as pessoas que dispõem de um carro, ainda que ele não seja a idealização do melhor lugar para uma relação sexual. Ao relatar onde ficavam, notei que o estacionamento que elas se encontravam não tinha poste de luz (e por isso foi escolhido) e que estava mais voltado para um descampado em que não se via prédios residenciais (outro ponto que também contemplou a escolha), nem muita gente passando, e, ainda assim, quando alguém se aproximava elas conseguiam perceber pelo barulho; no entanto, ainda que ermo e perigoso, era o local que elas tinham e podiam estar juntas.

Considerar que, mesmo sem achar seguro, o estacionamento era e foi frequentemente o lugar de prática sexual de duas meninas que estavam expostas a todo e qualquer tipo de fragilidade, é lidar com a situação de que o preconceito propicia caminhos de perigo a todo o momento. E mais, notar que mesmo frente a este iminente perigo, as pessoas continuam por não ter outra possibilidade, assevera a fragilidade da situação.

A gente estava lá, mas eu estava totalmente alerta o tempo todo – já deixa a chave aí que qualquer coisa a gente só vai embora e pronto, eu dizia. Esse pensamento de que poderia acontecer alguma coisa, sabe? A gente sempre teve esse medo, mas também tem a questão do recorte do lugar – era no Plano, no eixinho – então a gente tinha que ficar ligada, mas tava tudo bem. Tentamos, por exemplo, no Recanto das Emas, mas não rolava; Em Águas Claras, muitos postes e muitos homens passando, muito homem de Águas Claras que é um tipo de homem que me parece mais “heteronormativos lascadões” que só de ver eu já quero passar longe (V., 2018).

Vitória estabeleceu um traço comparativo entre a relação dela e a da irmã com suas respectivas companheiras. Ao fazer esta comparação, algumas coisas foram se introduzindo de uma forma ainda mais chocante porque se Vitória dispunha de um carro, por conta da companheira, sua irmã, não dispunha e sequer tinha carteira de motorista (nem ela e nem sua parceira); sua irmã e a parceira não tinham trabalho fixo, então pagar táxi/uber para levar para motéis também não aconteceria.

Até a mobilidade para se encontrarem era difícil – porque uma morava em Águas Claras e outra em São Sebastião – relatou que a mãe da namorada de sua irmã vetou seus passes de ônibus como forma de retaliação ao casal e as duas não tinham como se encontrar. Ao final, respirou fundo e falou que, sim, o carro tinha sido importante para a manutenção da vida sexual que ela teve.

Sua fala final vem ao encontro do que pondero nestas próximas linhas.

Minha pesquisa tem por intuito saber dos usos e dinâmicas desses subcódigos sociais que as entrevistadas utilizam quando estabelecem estratégias para lidar com seus armários e segredos. Entendendo que muitos desses lugares são bastidores de suas práticas sexuais, é extremamente plausível um olhar atento ao viés de classe. Dimensionando a importância de tal indicador, consigo evidenciar e contrastar as interseccionalidades entre as exclusões de classe e sexualidade. Ter um carro, por exemplo, pressupõe um condicionante de classe que coloca Vitória e sua companheira em uma possibilidade menos desconfortável. Ponto que contrariamente, eu não tive.

Segui os ritos e quis saber se ela acreditava ou conhecia algum espaço de convivência onde sexualidades marginais como as nossas conseguiam estar. Ela afirmou que um espaço em que outros amigos também LGBT estivessem era um lugar ao qual ela conseguia ficar com menos receio de estar e demonstrar afetividade.

Eu não consigo imaginar um lugar assim, sem receio. Por exemplo, lugares que eu estou com meus amigos e também são LGBT, em qualquer lugar que estivéssemos reunidos. O receio sempre estará presente, eu não deixo de fazer as coisas por conta deste receio; eu já deixei de beijar e apresentar por receio, mas hoje eu utilizo ele para me impulsionar a continuar – quando eu estava no ambiente do meu trabalho, por

exemplo, eu levei minha companheira e foi difícil para mim anunciá-la – tive um receio de olhares, de haver algum distrato, mas não me impediu mais como já havia me impedido outras vezes, na verdade me impulsionou (V., 2018).

E continuou

Casa de amigos e com essas pessoas específicas, porque nós fazemos a segurança um do outro, mas se já tiver os pais, já vai ter um receio e eu tenho dificuldade com o verbal e os olhares porque, quantas coisas são ditas só com alguém puxando o filho pra longe. Fomos ao cinema, por exemplo, e a gente chegou, sentou, estávamos de mãos dadas e aí a mãe só olhou e tirou o filho dela de perto e depois aconteceu também pelo menos umas quatro vezes em outros lugares – e essa situação no cinema que era filme de desenho animado foi mais visível – as mães tirando seus filhos de perto da gente, foi bem triste.

Em Águas Claras passamos por umas situações chatas com vizinhos porque minha família toda saiu do armário junto comigo, mas quando chegava alguma vizinha, minha mãe chamava minha namorada de amiga, sabe? Lá dentro da nossa casa a gente dorme junto, se beija e todo mundo sabe e aí chega a vizinha e é aquela mentira toda pra fazer a apresentação? Eu desmentia, né? E falava que era minha namorada. Na segunda vez foi ainda pior porque a justificativa foi a de que o vizinho tinha sofrido um enfarto e aí minha mãe não precisava dar mais um desgosto, uma informação dessas.

O meu irmão é conhecido por Walter das sapatão porque tinha as irmãs sapatões; os porteiros falavam da gente como: “ah tá, as que têm namoradas”; “ah, aquela casa que tem muita mulher e vive chegando mulher, né?” (V., 2018).

Quando Vitória falou sobre vizinhança mencionou por vezes que sua família era uma espécie de ponto de referência no bloco não só por ter muita gente em casa sempre, mas, também, por ter mulheres que já haviam se assumido como sapatão. Deixou enfatizado que, por mais que ela e a irmã estabelecessem diálogos diários com seus pais e sua família fosse receptiva à questão LGBT, por vezes se sentia muito vigiada e controlada dentro das estruturas do prédio. Como se seus comportamentos fossem sobrepesados a partir de uma expectativa social a que tivesse determinadas atitudes.

Um dos pontos que ela colocou, com um riso nervoso, é que os porteiros sempre mencionavam a casa como sendo um lugar em que “sempre chegava mulher”, e ela não entendia, já que passou mais de ano com a mesma namorada, e a irmã também; eram sempre as mesmas mulheres que chegavam e eles davam a entender que todo dia chegava uma nova.

Vê-se que, em visões diametralmente opostas, enquanto Vitória tinha um contato com a vizinhança, Maria não tinha. No entanto, ambas passavam por circunstâncias vexaminosas ou temerosas com relação aos seus vizinhos. Uma vez mais, nota-se a inversão de valores. A ambivalência é nítida no tangente à heteronorma: se dar as mãos é para um casal hétero sinônimo de afetuosidade e amabilidade, para o casal homoafetivo tal ação ganha caráter de promiscuidade; ao passo que se ter vizinhos é uma ideia amplamente colocada, inclusive

mediaticamente, como uma possibilidade de interação e/ou amistosidade, no que cabe aos LGBT, tem-se um verdadeiro e típico “pisar em ovos”, estabelecendo-se códigos e proformas nas relações sociais afim de que se haja uma tolerância.

Já no final de nossa entrevista, perguntei como era a questão laboral. Contou que os estágios foram tranquilos, pois como tinha apoio dos pais, sentia-se forte para enfrentar quaisquer problemas, conforme narra neste trecho: “(...) se algo acontecesse no meu trabalho eu tenho certeza que eles me ajudariam a denunciar e neste sentido eu tentei viver na maior tranquilidade possível” (V., 2018).

Ela contou que tentava agir naturalmente frente à questão de que, no início do estágio, ela namorava um rapaz e, no meio do estágio, apareceu namorando uma moça. A estratégia foi assumir a sexualidade da forma natural que é e deveria ser encarada, sem esboçar importância ou lamentações.

Eles sabiam que eu estava namorando um cara e depois com uma mina, então eu agi naturalmente. Meu chefe era de boa, mas naturalizava muita piadinha então, quando ele falava algo e dizia “veado” eu já dizia: adoro! Quando ele chamava todo mundo pra sair e falava pra levar os namorados, eu dizia: posso levar minha namorada também? Então ou as pessoas se impactavam ou então tentavam dar um ar de tranquilidade e com o tempo, isso ficou.

Já no outro estágio, eu já cheguei chutando o pau da barraca e dizendo a todo momento que eu era lésbica e isso, não sei se por conta do ambiente ou das pessoas que estavam lá, também foi tranquilo.

No meu último estágio uma pessoa que era muito religiosa me tirou no amigo-oculto e aí quando ela foi me descrever ela veio dizendo que: eu não sei o que essa pessoa decidiu ser hoje, porque às vezes ela parece ser homem e outras, mulher...! E aí todo mundo já sabia que era eu a pessoa de quem ela estava falando e ela ainda veio com algo de ideologia de gênero – eu disse: amor, é sapatão que se diz, tem outro nome não e eu sou mulher mesmo! (V., 2018).

V., disse que estes foram os incidentes no lugar de trabalho. Mencionou que o fato de ela ter um ambiente familiar completamente favorável, permitia que ela não precisasse estar ou vivenciar armários e/ou segredos no trabalho e que isso era muito bom. “o meu ambiente familiar é completamente favorável, sei que eu tenho um suporte, caso eu sofra alguma violência fora e eu chegar devastada em casa eles vão me apoiar” (V., 2018).

Andar de mãos dadas para Vitoria era algo que para ela dependia muito do horário. Às vezes, no metrô, a depender do horário, ela já ficava um pouco temerosa – “o horário e a quantidade de pessoas é isso que vejo, se tiver muita gente e outros casais lésbicos, ainda que timidamente, consigo ficar de boas” (2018).

Analisar a importância da visibilidade que casais homoafetivos promovem, não somente como questão política, como já foi abordada antes, mas também no intuito de ser referência a

outros casais, é um processo de ressignificação nas interações sociais que se retroalimentam e incentivam o/os outro/os a se vestir/em de coragem para também demonstrar sua afetuosidade em público. Perguntei, já que ela tinha se referido ao metrô, como era que se dava a possibilidade de beijos e abraços neste transporte público e ela me relatou de pronto que andava apenas no vagão das mulheres, mas que mesmo neste vagão encontrava dificuldades com as demais mulheres:

Usamos o primeiro vagão sempre, nunca outro, mas nossos beijos e abraços também depende... Isso é horrível, mas, quando o vagão está muito cheio e a gente está muito próxima e era visível que éramos namoradas, tinha umas mulheres que ficavam incomodadas, pensando que iríamos assediá-las (V., 2018).

Vitória trouxe à entrevista um ponto que até então não havia sido abordado que foi a religião. Ela contou que era católica e que era bastante fervorosa a ponto de gostar de estar com o padre, estar na igreja todos os domingos e, de fato, ser atuante no espaço eclesial. No entanto, relatou que muito do “desajuste social” que ela acreditava ter e que foi colocado no início da entrevista, partia da condição de se ver católica em uma igreja que não abraçava esta causa. Vitória conta que foi no espiritismo que ela se viu com maior tranquilidade para exercer sua sexualidade em um espaço em que o viés da orientação sexual não era um tabu ou se era, lidavam de outra forma mais dialógica.

Perguntei qual era o ponto positivo em estar com outra mulher e Vitória colocou que, como mulheres eram moldadas histórico-culturalmente a serem mais afetuosas, estar com outra mulher era ter mais abertura para a intimidade, então, construir pontes e laços com mulheres era mais fácil e muito menos doloroso do que quando construiu algo com um homem.

(...) quando a gente entende que a gente merece determinado afeto e a gente pode e vai direcionar isso a outras mulheres é muito libertador, pra mim o ponto mais positivo de me relacionar com uma mulher é entender que ela passa por vários processos similares e iguais aos meus e que dar essa brecha para essa possibilidade é transgredir... Mulheres não têm sexualidade, né? – essa questão de duas mulheres se dando prazer sem um cara é muito transgressor, muito forte, porque se uma mulher não tem como, não pode sentir/ter prazer sozinha, imagina duas juntas? Isso constrói uma autoestima muito positiva (V., 2018).

Como ponto negativo veio muito forte a questão do medo diário, como se todos os dias houvesse a necessidade de se autoafirmar – “Às vezes eu só queria estar de boas, mas às vezes eu tenho que estar aqui, eu tenho que provar, eu tenho várias coisas antes de simplesmente estar ali tranquila” (V., 2018).

E, assim, nos encaminhamos ao final onde perguntei quais seriam as suas estratégias para estar no espaço urbano sem que sua integridade física fosse comprometida e ela me

reportou, um pouco tristonha, que as estratégias têm sido ficar atenta, saber que em determinados horários vai fazer mais ou menos coisas e por fim disse: “(...) mas a estratégia é sempre se privar de alguma coisa” (V., 2018). E, ao dizer isso, se emocionou.

7.1.3 “A depender da hora que eu saísse não tinha mais ônibus pra voltar... muito morador de rua já me deu papelão pra deitar em cima...”

Começamos a conversar, e ela já foi falando sobre softwares livres e computadores – essa conversa surgiu a partir de ela ter visto que o meu computador era bom, mas eu não estava sabendo fazer o melhor uso dele.

Com voz bastante postada e uma forma muito marcada de dizer o que pensava, ela foi logo dizendo que *ubuntu* era melhor, mas que tinha vírus também. Confesso que, aquele campo não me era atrativo, eu não sabia nada de computadores, porém achei interessante ver uma mulher com tamanha sapiência sobre o assunto. Ela estava suada, veio andando até chegar à minha casa.

Lena tinha 29 anos no dia da entrevista, faria 30 dentro de três dias. Trabalha em uma empresa de TI e contou que, por fora, também fazia suporte técnico em informática. Falou que era lésbica e convicta e que não tinha como não sê-lo. Revelou que já tinha ficado com homens, até porque em algum dia já tinha sido católica.

Um dia eu já fui católica, beem mesmo, aí você está ali na igreja e escuta um monte de gente falando um bando de coisa, porque a gente é criada pra ser aquela mulher que vai dar filhos e netos e baixar a cabeça pro homem, só que isso nunca passou pela minha cabeça, ser mãe, sim, mas casar com homens, não, aí, né? Eu comecei a descobrir outras coisas, mas fiquei com pânico e acabei ficando com homens... eles apanhavam sempre (L., 2018).

Novamente o condão religioso impera nas falas. A igreja demonstrando não somente censura, mas, também, sendo um motivador de mudança de credo, inclusive. Vitória que era católica, mudou de religião em virtude de sua sexualidade e sagrou-se espírita; Lena também aborda que o Catolicismo a fazia ter metas de vida que não eram as que almejava.

Perguntei se a família dela estava ciente sobre a sua sexualidade. Falou que, aos 16 anos, contou que era lésbica e disse que depois disso sua vida foi um inferno durante uns cinco anos e só depois melhorou.

Meus pais sabem, meu irmão também e aí tem o restante da família, ne? Meu avô e minha avó ficam naquilo de TFM sabe como é? Tradicional Família Mineira: eu sei, mas você não precisa falar nada, até porque determinadas coisas você não precisa

falar. E era isso, você vai vivendo; eu cheguei à conclusão que eles sabem – eles não conversam, não tocam sobre o assunto e a vida segue (L., 2018).

Novamente, é importante perceber a recorrência de como a homofobia familiar se coloca e se perpetua na vida de minhas entrevistadas. O caráter sempre recorrente de fazer de suas sexualidades, depois de reveladas, ser algo de extremo silenciamento e indiferença é um traço extremamente comum nos relatos, seja em uma investida mais violenta ou velada. Ademais, o fato de sempre haver essa separação por parte das protagonistas da família nuclear e o restante da família. O maior receio e o momento mais impactante é o de contar para esta família nuclear; se ela fica ciente, no entanto, ou os demais familiares ficam com importâncias menores ou simplesmente não há a menor questão de fazer o anúncio sobre a sexualidade – o que deixa bem evidente essa distinção familiar e as nuances segregacionais dentro do seio familiar, na intenção de evitar que mais pessoas se interponham e palpitem sobre algo que é tão íntimo e subjetivo.

Sobre os seus 15 anos, Lena me contou que neste tempo ainda achava que era hétero e, à época, era coroinha da igreja; acreditava que se casaria com um homem.

Tem dois irmãos e relatou que recentemente, estava na casa de sua mãe e deu um beijo em sua companheira “foi um selinho, coisa simples”. Sua irmã, nove anos mais nova que ela, falou que aquela situação de as duas se beijarem teria que acabar. Lena contou que ficou muito triste porque a criou e não esperava aquela reação. “minha companheira não queria mais voltar lá, eu não sabia o que fazer, mas tinha que ir, né? É minha família... ficou um clima tão chato” (L., 2018). Confessou que tinha muito medo de que sua irmã mais nova fosse eleitora de Bolsonaro.

Falou que estava casada, e pontuou que sua companheira morava na Asa Sul e ela morava na Ceilândia – estavam em união estável; tinham 9 meses de relação.

L. continuou sua fala e me disse que era muito difícil ser socialmente lésbica e ainda ser lésbica com outra mulher preta ao lado, uma vez que o corpo da mulher negra era olhado de uma forma sexualizada e uma relação entre duas mulheres negras e lésbicas atraía, ainda mais, situações de descaso e desrespeito. “(...) já tem aquela questão de que mulher preta a gente olha pro corpo e não pro rosto, né? Aí você se relaciona com outra mulher negra aí já vem aquela coisa, vocês gostam mesmo é de...” (L., 2018). A frase não foi terminada, mas houve uma sinalização de cunho erótico, como demonstrasse que só mulheres negras, no consciente social só desejassem sexo.

Ela contou que já tinha se relacionado sexualmente com caras e embora não gostasse, ficava por questão de status para poder dizer para as amigas que tinha ficado. “eles queriam uma coisa só e eu queria outras coisas com eles... e aí, às vezes, eu queria meter neles e eles

diziam que se eu fizesse algo iam me dar porrada... eu não sentia nada, fazia por fazer e a gente ficava dando porradinha um no outro” (L., 2018).

A primeira vez que ficou com uma menina aconteceu aos 16 anos e ela contou que foi a primeira vez que bebeu bastante. Estava no Parque da Cidade, havia saído da escola, Elefante Branco, e foram para o parque; depois de algumas garrafas se declarou pra amiga que estava com ela “era uma coisa especial, era diferente”. Lena me contou que antes deste episódio tinha acontecido algo com uma menina: “(...) ela tinha seus 13 anos e eu nove. Ela quis brincar de mamãe e papai e disse pra que eu tirasse a roupa porque eu era o papai, eu saí correndo porque eu sempre ouvia que se alguma menininha quisesse beijar na boca você corre dela” (L., 2018).

L. voltou a dizer que enquanto estava na igreja jamais havia pensado em mulheres. “eu era homofóbica, isso era estranho porque era falado pra mim e eu lia que dois homens e duas mulheres era errado” (2018). Relatou que seu padrinho era gay e que sua madrinha, psicóloga, também e que ela sempre se viu próxima as pessoas que eram lésbicas e gays, mas ela não sabia.

Durante todo o relato ficou sempre evidente que ela tinha uma repulsa por homens e que o máximo que ela conseguia era ter com eles brincadeiras mais agressivas e com trocas de palavrões; se eles tentavam agarrá-la ela já não conseguia.

(...) até porque aconteceu uma coisa comigo que quando era pequena demorei muito tempo para tratar isso, que foi um senhor que morava em frente à minha casa que fez sexo oral comigo... já perdi companheiras por conta disso, porque eu não queria fazer sexo oral. Eu lembro que eu tinha, acho uns sete anos e eu lembro de uma cena de uma cabeça no meio das minhas pernas, ele era mais velho... talvez acho que mais que 60. Ele era tão estranho, ele era o vizinho da frente e se aproveitava porque eu gostava muito de cachorro... ele me entregava uma nota de 1 real, eu lembro até hoje, aquela nota verdinha, e falava: não conta nada pra sua mãe, não. Isso aconteceu algumas vezes, sobretudo quando faltava água e só tinha na caixa d'água dele, isso aconteceu em Valparaíso de Goiás (L., 2018).

A todo o momento, Lena falava e demonstrava estar um pouco nervosa e gesticulava muito, no entanto, adverti que ela não precisava contar e que eu poderia interromper a gravação, mas ela me disse que já tinha trabalhado muitos anos em terapia essa questão.

Continuando a narrativa, a entrevistada disse que sua mãe até hoje vive em Valparaíso de Goiás e que ela ficou por 20 anos lá. Confidenciou que contou para a mãe dela apenas em 2017 e que a outras pessoas ela contava, mas elas não necessariamente acreditavam. Disse que, recentemente, outra menina foi também abusada por este senhor, mas que nesta história a menina o extorquiou ao máximo o que ele tinha.

A compreensão de Lena sobre o abuso sofrido veio com o contato com outras mulheres, sobretudo no momento das experiências sexuais. As negativas eram várias e ela sempre se sentia

um pouco mal ao fazer determinados atos sexuais e foi desta forma que ela foi se lembrando do que acontecera.

Entramos na questão laboral e Lena, muito sorridente, falou que entrou na TI sem maiores pretensões; antes fazia Direito, mas ficou, permaneceu e tem gostado dos computadores. Explicou que no trabalho ela aproveitava o fato de que, majoritariamente, eram homens e ficava calada falando objetivamente apenas sobre as máquinas e a parte técnica.

Ah, quando eu entrei eu fui ao RH e entreguei minha certidão de união estável e ficou aquele negócio, mas ninguém falou e eu não falei nada... eu não falo da minha vida porque uma coisa que eu percebi é que em qualquer canto tem fofoca e eu não quero o meu nome na boca do povo e eu falar pra irem se foder, ali quero falar sobre máquinas, mas se me encontrar na rua, foda-se (L., 2018).

Perguntei se havia trabalhado em outros lugares e como havia sido a recepção ao saberem que ela era lésbica.

Não durou nem umas duas semanas, foi em um escritório de advocacia, eu tinha acabado de sair da CAPES, eu tinha trabalhando lá por 1 ano e meio e aí eu fiquei meio perdida, né porque eu trabalhava em um lugar bom e de repente me ver sem dinheiro, mas aí eu fui buscar um trabalho em um escritório de advocacia – quando eu fiz a entrevista o cara me contratou, mas, foi só a mulher dele perguntar se eu era lésbica, que alguns dias depois eu fui mandada embora (L., 2018).

O ambiente de trabalho é um local onde muitas de nós estamos diariamente e no qual passamos muitas horas do dia. Perceber que este ambiente também tem seus melindres com pessoas como nós e que se atualiza em diversas formas a nos evitar, é ter que lidar com o fato de que no trabalho, na rua e em casa temos que sempre nos moldar para estar em um enquadramento que beneficia aos outros.

Lena falou que assumiu sua sexualidade para os pais e, logo depois, iniciou sua vida sexual com as moças, mais ou menos aos seus 18 anos. Relatou que já ficou em diversos lugares como o castelinho do Parque da Cidade; garantiu que, antes, não havia policiamento lá e não soube dizer se o policiamento de agora se deu por conta das práticas sexuais que haviam por ali ou por outros motivos.

Aqui gostaria de provocar um olhar mais atento às estratégias por parte do grupo sexodiverso, na busca por lugares mais escuros, afastados e sem grandes movimentos e, em contrapartida, às dinâmicas mais ostensivas de patrulhas para impedir essas práticas. É importante ressaltar e em muito atribuí importância no primeiro capítulo que o lugar ganha o estigma dos grupos que o frequentam.

Na conversa, L. pontuou que banheiro também sempre foi um lugar ao qual utilizou; advertiu que o da Rodoviária não teve coragem, mas que os demais, sim. “Às vezes a gente achava uns motéis a 39,90, esses Ame Mais da vida... eu ia andando, não tenho carro até hoje, né?” (2018). Contou que não era sempre que ia aos motéis, porque ela era quebrada; relatou que de um modo geral, foram poucas as mulheres com quem se envolveu sexualmente.

(...) aí, depois de um tempo eu ficava naquela coisa de não ficar na rua (...) antes de montarem a maioria dos prédios ali, tinha um bambuzal, ali perto do Setor Bancário Norte, só que ali eu quase fui assaltada, a gente estava lá e eles chegaram, já tinha nudez na hora e eles vieram e eu comecei a cair na porrada com o cara e isso foram duas vezes, uma no Parque da Cidade e outra no Setor Bancário, que só tinha o INCRA e os Correios, não tinha a maioria dos prédios.

Como eu morava no Val, a depender da hora que eu saísse não tinha mais ônibus aí eu ficava condicionada a ficar na rua até às 6h da manhã que era a hora que saía o primeiro ônibus da rodoviária, eu não tinha problema em ficar na rodoviária, mas ficava frio, aí tinha um puteiro ali – um bar chamado Ponto dos Encontros, o pessoal deixava eu entrar, era um fedor – um suor misturado com sujeira. Eu não sabia que era um puteiro, até então eu achava que era um bar escuro e eu só fui entender que era um puteiro quando eu vi uma mulher na mesa e cinco homens com o dedo nela e cada um deu 10,00R\$, aí eu fui entender (L., 2018).

Lena contou que isso aconteceu por muitas vezes até ter acesso a um grupo que morava em outros lugares, longe do Valparaíso, e que servia de lugar para que ela ficasse mais à vontade com as meninas que estava ficando ou acabava sendo um lugar quente para dormir. Em seu relato, a entoação da voz foi bem diferente quando mencionou que dormir na Asa Sul era muito raro, foi um tom de tristeza e contentamento ao mesmo tempo. Sempre tentava dormir nestes lugares e, se não conseguisse, sempre buscava um lugar quente “muito morador de rua já me deu papelão pra deitar em cima” (L., 2018).

O que mais me chamou atenção nesta narrativa foi a dependência, por não haver outra forma, da possibilidade de que as pessoas a deixasse dormir em suas casas. O fato de ela não dispor de carro, não ter dinheiro e morar periféricamente, fazia com que suas investidas amorosas sempre fossem um profundo mergulho em situações de periculosidade e temor, ainda que Lena, nesta época, não visse o panorama retratado de forma tão negativa – ponto que percebi quando ela dizia que “tava tudo bem” e que “não tinha problema”.

(...) hoje em dia eu não durmo mais na rua, tem Uber e aí tem mais mobilidade – mas antes eu achava ser mais seguro ficar na rua porque não tinha ônibus, geralmente de madrugada não tinha ninguém, se ainda passasse um ônibus pra Luziânia eu pegava e descia na passarela e ia andando até a minha casa (...) eu nem tinha medo de estupro porque por muito tempo as pessoas pensavam que eu era um menino, achavam que eu era um viadinho (L., 2018).

Dentre as minhas perguntas, quis saber como que se dava o traslado da Asa Sul, onde a companheira dela morava, até o Valparaíso. E ela me falou que iam com o carro da companheira e salientou que não havia outra forma porque sua esposa não consentia ir sem carro, por receio. Percebi que entre o casal, havia por parte de Lena uma maior tranquilidade em ouvir os palavrões na rua, enquanto Ju, sua companheira, já não tinha tanta paciência. L disse que não gostava de beijá-la próximo ao trabalho, no Ministério da Justiça: “eu vejo pelo lado de que ela está no trabalho dela e penso, não vou dar um beijo aqui porque ela apela muito fácil e ela vai ficar em uma situação chata... fora que ela vai ficar o resto da vida lá com esse pessoal, porque ela tem estabilidade” (2018).

Reportei-me a perguntar se havia algum lugar ao qual ela se sentisse segura para estar afetivo-sexualmente com a esposa e ela de pronto, apontou a sua casa como esse local, algo que tem sido muito comum nas entrevistas – notar que o espaço restrito a quatro paredes é o recanto particular de segurança preferível às mulheres homoafetivas, diferentemente de casais héteros que também possam gostar de tal espaço, contudo não se veem discriminadamente obrigados a usar apenas ele, também serviu para traçar paralelos à homossexualidade masculina, que tem em saunas, boates, banheiros, outros pontos de encontros.

(...) minha companheira mora com a mãe e a irmã, então a gente não fica juntas na casa dela, é mais na minha, mas houve uma época em que ela alugava o quarto do irmão dela, porque aqui em casa eu tenho gato e cachorro e ela é asmática, então, ela vinha e íamos direto pro Hospital São Francisco porque ela é asmática (L., 2018).

Confesso ter pensado nas relações práticas entre o dinheiro e a necessidade, bem nesta lógica cartesiana, ao saber que Ju, companheira de Lena, alugava um dos quartos na casa do irmão para poder estar em privacidade. Pensei em quantos arranjos familiares teriam aquele comportamento e notei, pelo tom da conversa, que não havia em nenhum momento um estranhar por parte de Lena aquela conduta de pedir um valor para a utilização do quarto. Eu, no entanto, fiquei pensando e aqui pontuo, que, a priori, não consigo necessariamente ver este tipo de padrão comportamental em famílias heteronormativas. Tais pensamentos me fizeram questionar se a sexualidade de Ju era apenas tolerada pelo fato de que ela contribuía financeiramente, o que mais uma vez deflagraria as atualizações desse modelo tão robusto de preconceito.

Em meio a nossa conversa, fiz a pergunta de praxe com relação ao lugar seguro que ela elegeria – Lena não titubeou e disse que lugares que tivesse um grande número de pessoas; elencou a Torre de TV como um bom lugar, o CCBB, mas a todo o momento, se referia aos lugares visando somente a sua esposa e não a si. Indaguei o motivo de recorrentemente eu estar

ouvindo a frase “Ah, por mim estaria tudo bem, mas pra ela é difícil, então, eu mudo” (2018), perguntei se ela não tinha medos de homofobia nas ruas e ela me confidenciou:

Eu não tenho medo da morte (...) eu não quero colocar a vida dela em risco agora com relação a mim, eu já estou habituada, calejada é a palavra (...) quando eu tinha 18 anos, eu fiquei um tempo sem sair de casa, com muito medo de andar sozinha, porque eu fui ameaçada por dois policiais militares quando eu tinha 18 anos... eles me abordaram, me humilharam, e eu fiquei com muito medo, por muito tempo eu fiquei com medo de andar sozinha, mas não era medo de bandido, era medo da polícia (L., 2018).

Lena me relatou outros momentos de constrangimento por questões de sua sexualidade – contou que uma vez fora surpreendida no Teatro dos Bancários, no banheiro. Estava com outra menina e a segurança pediu para que se retirassem. Contou de outra vez, atrás do Teatro Nacional, que também na hora da prática foi surpreendida por transeuntes. Os dois exemplos deflagram como os lugares são sempre escondidos, ou escuros, ou dentro de banheiros, anfiteatros – com recorrente insalubridade ou perigo iminente, seja de um flagra até possibilidades maiores e mais violentas orquestradas pela intolerância.

Encaminhamos para o final da entrevista. Despedimos; ela estava sorridente e, embora tendo uma história bastante difícil e cheia de violências, seu semblante e suas falas me pareciam resignadas a algumas questões, porém mesmo em face disso, tranquila.

Disse ao final que se relacionar com mulheres era tudo na vida e que talvez um ponto negativo era não ter como viver isso de forma tão plena, mas voltou a dizer que não tinha medo de morrer e que iria tentar viver o que desse.

7.1.4 “Por que a minha Spice Girl predileta era a Mel C.?”

Lucinha era de São Sebastião, viemos trocando ideias desde o metrô até minha casa e falávamos dentre outros pontos, sobre o deslocamento na cidade e o conceito de cidade-dormitório, ambas trabalhamos e estudamos no Plano Piloto, mas moramos em regiões administrativas mais distantes.

Fiquei muito feliz de ela estar ali para a entrevista sendo que não tinha carro, morava em São Sebastião e eu na Ceilândia. Acho, inclusive, que a conversa ter se iniciado informalmente por meio desse olhar de travessia e mobilidade foi bem sintomático. Em outro momento, já na entrevista, ela viria dizer:

Muitas pessoas da periferia são assim, vão fazer tudo no Plano e irão pra casa só pra dormir, já é um hábito até, quando vai alugar algum lugar pra morar... aí você vai e conversa com o dono: mas olha, eu nem vou gastar energia direito, eu só venho pra

dormir, eu quase não vou consumir energia, você nem vai ouvir nenhum barulho meu – já é um argumento que a gente usa quando vai alugar um lugar (L., 2018).

Particularmente achei interessante aquela perspectiva de que seria mais agradável ao dono do estabelecimento ter um inquilino que ele sequer iria perceber a presença, e não houve como não pensar que de alguma forma, a maioria de minhas entrevistadas haviam sido exatamente isso para sua vizinhança, ou ao menos tentado ser: alguém que não queria importunar e que a ideia era que nem notassem a presença.

Lucinha, formada em Letras, 33 anos, de São Sebastião, estava na pós-graduação, empregada pública no Ministério da Justiça. Ao ser perguntada sobre sua orientação sexual disse: “minha orientação sexual é bissexual, mas como uma questão de opção eu preferi me relacionar só com mulheres... eu prefiro me colocar como bissexual porque eu acho mais honesto, mas procuro não me relacionar com homens” (L., 2018).

Colocou que seu pai e sua mãe estavam cientes de sua orientação sexual. E disse que conversou com seu pai sobre a questão porque o pai a colocara na parede – “ele havia ouvido algumas coisas na rua e aí me colocou contra a parede e perguntou: e aí, minha filha você é lésbica e fuma maconha?” (L., 2018).

Achei indicativa esta interpelação do pai aliando a sexualidade ao uso de drogas. A pergunta não veio com apenas: “você é lésbica?”. Ao contrário, veio com outros predicados.

Os pais dela sempre receberam suas namoradas muito bem, mas a conversa sobre o gosto de estar com as mulheres nunca foi exatamente algo que acontecia. “Apesar de eles serem muito afetuosos, eles sempre foram muito de respeitar a minha privacidade e o meu espaço, então acho que eles se sentem invasivos em perguntar algumas coisas pra mim” (L., 2018).

Lucinha mora só e me reportou que seus amigos, assim como seus pais, também sabem de sua orientação sexual.

Antes de trabalhar no Ministério Da Justiça, sendo que é cedida da Infraero, trabalhou como professora na Secretaria da Educação, em contrato temporário. Pontuou que no Ministério, que já está há três anos, ela se sente tranquila para em momentos específicos demonstrar que gosta de mulheres e que isso também acontecia quando estava na Infraero. “(...) eu não faço questão de falar: Oi gente, sou sapatão, mas deixo claro quando aparece alguma situação; acho que as pessoas têm que ver com total naturalidade e eu não preciso fazer um discurso antes” (L., 2018).

Quando trabalhou na Secretaria de Educação, no entanto:

Na Secretaria de Educação já foi totalmente diferente, talvez porque eu fosse muito novinha e não sabia lidar com tudo isso ainda, eu tinha 23 ou 24. Na época, um ou

dois professores sabiam, que eram meus amigos mais próximos, as outras pessoas não... eu não fazia questão de contar ou narrar alguma coisa do tipo. E acho que todas as minhas amigas professoras passam pelo mesmo problema. A gente pensa, principalmente, como isso vai chegar pros alunos – eu já passei por situações de pensar: e se meus alunos descobrirem? Eita, o que eu faço agora? (L., 2018).

Interessei-me por esta fala porque denotei algo moralizante em seu discurso. Percebi que o fato de ela ser professora colocava em xeque a sua postura homoafetiva porque ela ficava receosa de como chegaria aos alunos e como isso seria interpretado. Ainda assim, instiguei-a querendo saber o que havia de tão complicado em chegar aos ouvidos dos alunos e Lucinha continuou narrando alguns fatos vivenciados:

Eu dava aula na mesma cidade que eu morava, em São Sebastião. Tinha alunos de 8ª série, hoje nono ano, que me viram no rolê com outra mina, antes de dar aulas pra eles... tinha uma turma que sabia – contaram pra o professor de Educação Física e o professor veio falar comigo – ele era um dos meus amigos próximos (L., 2018).

Luci relatou que ficou preocupada, sem saber que atitude tomar. Relatou que no final do ano aconteceram algumas piadinhas e mudou o tom de voz ao dizer que jamais iria se esquecer do que aconteceu e seguiu contando:

Era justamente essa turma que tinha um aluno que sabia e eu presumo que a turma toda sabia – estava uma coisa bem final do ano... o povo levou violão, todo mundo à vontade, só estávamos matando o tempo e aí eu estava distraída pensando em alguma coisa, pensando, olhando pro nada... e aí um aluno muito atentado (daqueles que fala muito e tudo, mas eu amava ele) do nada falou: professora, eu vi, você estava olhando pra bunda da fulana” – falou desse jeito pra mim! E aí eu falei: “você tá louco? Veja lá se eu vou ficar olhando pra bunda de aluno?”. Eu fiquei super mal com aquilo, é óbvio que eu não estava olhando pra ela, mas o fato de eu ser lésbica ali, ele já pensou que eu não tinha controle algum sobre a minha libido em sala de aula, entende? – aquilo me feriu demais... e eu não tinha como provar pra ele que não era aquilo que ele estava pensando – eu não tinha como argumentar; claro que eu neguei, mas nada iria mudar. Ele falou pra turma inteira, eu estava conversando com alguns alunos, distraída, nem tava dando aula aí de repente olhei pro nada assim, bem pisciana, coisa louca... penso em várias coisas e ele pensou que eu estava olhando pra aluna (L., 2018).

Ressalto com esta passagem a situação vulnerável a qual pessoas sexodiversas são expostas. Justamente por ser professora e por se tratar de uma profissão que lida com crianças e adolescentes o filtro moralizante recai com maior empenho sobre as ações e posturas, a ponto de o sujeito detentor da orientação dissidente ficar em dificuldade para interagir ou fazer atos simples dentro de sua profissão.

Ser lésbica e dar aulas para crianças e adolescentes sem que esta prática profissional seja confundida ou de alguma forma culpabilizada, torna-se uma ambição diária do profissional.

“Me senti muito impotente, me feri muito porque eu não poderia mudar o que estava na cabeça dele por mais que eu negasse. Ele achou que viu alguma coisa que ele não viu” (L., 2018).

Outra perspectiva que pude avaliar foi a necessidade quase que imediata de Lucinha mudar de emprego. O simples fato de sua sexualidade estar implicada em possíveis futuros maus entendidos fazia com que ela se visse com dias contados no ambiente de trabalho. Sua narrativa foi de a todo o momento tentar se respaldar, não somente com comportamentos, mas também tentando estudar para ser aprovada em outro órgão. Essa retirada forçada do meio de trabalho demonstra o grau da instabilidade.

A partir do momento que o seu pertencimento é questionado, sobretudo em questões que são de ordem sexual e homoerótica, sua permanência fica minada e adstrita aos arbítrios de quem detém o poder.

Notei que assim como Maria (outra entrevistada), Lucinha também achava que tinha que dar o exemplo dentro do ambiente de trabalho, principalmente por ser no âmbito da Educação. Notei que, de alguma forma, havia um pensamento de que estas duas categorias: lesbianidade e educação, pareciam não se corresponder aos olhos de minhas entrevistadas, porque mesmo em face de seus méritos em poder exercer o cargo, ambas acreditavam que suas condições eram sempre postas em suspeição – a todo momento temiam serem descobertas e mais, a partir da descoberta, questionavam-se como chegaria tal evento aos ouvidos dos outros. Novamente “os outros” eram um condicionante forte para o desempenho da vida cotidiana de uma mulher homoafetiva.

Lucinha falou na entrevista que sua sexualidade foi um dos componentes mais forte para que mudasse de profissão:

(...) eu pensava que qualquer outra profissão que eu tivesse eu não precisaria esconder de ninguém a minha orientação, eu tinha esse sentimento na época – e realmente foi a única profissão que eu tive a necessidade de esconder a minha sexualidade no trabalho e isso refletiu em toda a minha vida porque como eu dava aula no mesmo lugar em que eu morava, eu tive que fazer uma série de mudanças no meu comportamento na cidade, a forma como eu frequentava os lugares, as pessoas com que eu frequentava os lugares – e eu não me sentia à vontade mais em São Sebastião... porque a probabilidade de eu encontrar algum aluno na rua era muito alta – totalmente zona de perigo, eu não agia mais como antes. Estar em sala de aula mudou completamente o meu comportamento na época. A sala de aula me estressou por vários outros motivos, e também por eu ser contrato temporário, mas a minha sexualidade foi um dos fatores que me fez sair da profissão (L., 2018).

Ainda no âmbito laboral, perguntei se, hipoteticamente, ela pertencesse ao quadro efetivo na Secretaria de Educação e já houvesse passado do estágio probatório, se acaso ela se via em uma situação melhor para lidar com possíveis questões de preconceito, uma vez que

após o estágio probatório a exoneração se daria de forma muito mais difícil e precisaria de uma motivação válida para tal. Houve uma longa pausa e, de repente, ainda fazendo cálculos mentais, Luci respondeu que se fosse dar aulas novamente, não seria mais em São Sebastião, conforme no trecho a seguir:

Olha, se eu fosse dar aula de novo, eu tentaria dar aula em outra cidade e não na cidade que eu moro, o que seria horrível em questão de qualidade de vida, porque eu teria que me distanciar pra dar aula em outro lugar, sendo que na minha cidade eu teria vaga e como estar ali. Seria uma completa contradição (L., 2018).

Ainda assim, questionei se ela nem pensava na possibilidade, mesmo que o dinheiro fosse um atrativo e, ainda assim, teve muitas dúvidas – contestou que era difícil ter uma exata noção do que faria sendo que era algo hipotético mas, ao mesmo tempo, hesitou e continuou dizendo sobre como ficava ao estar na cidade e como se portava ao menor sinal de que alguém soubesse dela.

Se eu tô num bar bebendo uma cerveja – eu tenho várias paranoias na minha cabeça de que algum aluno me veja, por exemplo. Porque eu penso, se ele está me vendo beber eles vão querer beber também, porque me veem como referência - não se trata apenas da questão de orientação sexual. Mas acontece que quando você dá aulas na mesma cidade em que você mora, você pode encontrar com seus alunos a todo momento; é eu descer da kit que eu morava por exemplo, de pijama e dar de cara com um aluno meu... e ele contar pra sala toda! Que droga, todo lugar tem um aluno meu – não dava pra fazer nada, porque sempre havia uma possibilidade de encontrar meus alunos (L., 2018).

Em seu relato ficava bastante claro que ser professora era algo maior que apenas o reduto da sala de aula e era também preciso o fato de ela não se sentir à vontade para estar em sua cidade e, em algumas vezes, dentro da sala de aula devido a algumas posturas discentes. Expôs que começou a dar aulas em 2008 e que morava com Camila, sua namorada, em São Sebastião. Como já fazia 10 anos, não se lembrava ao certo de tudo, mas enfaticamente contou que mudou totalmente sua postura quando começou a dar aulas.

O relato foi basicamente descrevendo a insatisfação e o receio de estar na cidade de mãos dadas ou trocando qualquer tipo de carinho. Em um determinado momento disse que não dava para fazer nada, porque em todo lugar “brotava” um aluno. “Todo o meu círculo social sabia que estávamos juntas, mas não era em todo lugar que a gente ficava se beijando, abraçando, porque é isso, eu comecei a ter todo um cuidado com os alunos, porque eles estão em todos os lugares. Eu mudei meu comportamento” (L., 2018).

Novamente, atendo-me a observar e trazer, como foco dissertativo, o caráter duplo da vivência de minhas entrevistadas. É visível em todos os depoimentos como há sempre uma

bifurcação entre as pessoas que sabem e as que não; os ambientes que podem ser receptivos e os que não, e, especialmente, a saía justa ao se perceberem em lugares interseccionais, aos quais há pessoas que sabem juntamente com outras que não sabem; e, a partir disso, o quão se torna ainda mais sensível as suas subjetividades, que passam a ser desempenhadas pelo outro que terá que fazer segredo em seus nomes.

Lucinha, já havia sido cristã, segundo ela evangélica fervorosa, lia a bíblia sempre e embora não achasse que fosse um erro gostar de mulheres, ainda não havia se inclinado para essa vontade. Aos 20 anos saiu da igreja, e iniciou sua prática sexual com mulheres aos 23 anos. Relatou que quando ficou pela primeira vez com uma mulher pensou que, realmente, agora ela sabia o que estava fazendo da vida e o que queria. Sorriu bastante neste momento da entrevista como se conseguisse lembrar e quase estar no lugar e na hora. Disse que antes de ser evangélica foi católica, mas não era praticante – ia uma vez ao ano – “eu entrei pra igreja porque eu tinha medo de ir pro inferno” (2018).

Na igreja contou que tinha uns “crush boy”. Mas confessou que não tinha atração física por ninguém. Só foi ter vontade de estar com alguém lá pros 20 anos e completou: “Acho que cresci muito devagar... eu tinha uma afeição romântica de ter um namoradinho e tal” (L., 2018).

Quis saber como tinha lhe ocorrido gostar de mulheres e como foi este processo – é uma pergunta que sempre vem com muitos dispositivos: percebo homofobia familiar, vejo como a igreja molda, quando se trata de alguém religioso; noto também como tem sofrimento neste processo de tentar evitar aquilo que se sente. Em algumas vezes, nas entrevistas, vi os olhos de muitas delas lacrimejarem ao lembrar desse primeiro momento desse click, como diziam.

Eu não tinha olhado pras mulheres ainda – algo do tipo: e se ela fosse minha namoradinha? Porque na minha cabeça já estava intrínseco que esta opção não existia. Eu só passei a ver as mulheres como uma possibilidade quando saí da igreja. Na minha cabeça existiam limites: o que pode ser feito? Isso, isso e aquilo e pronto. Eu não questionava muito as coisas. Isso se deu aos poucos e quando eu fiz, eu me dei conta de que existia um mundo novo para explorar – e eu vi que tinha muitas coisas para viver e experimentar. Era muito automático a heterossexualidade na minha vida. Depois que eu fui entender algumas coisas – **por que a minha Spice Girl predileta era a Mel C.? Eu tinha vários crush em artistas mulheres, mas não eu não entendia que fosse minha orientação sexual, eu achava que era normal admirar muito uma mulher, mas não entendia como uma afeição romântica** (L., 2018, grifo meu).

A sua primeira vez com mulheres se deu na Casa do Estudante, em Goiânia. Declarou que morava com duas meninas e que elas também eram de humanas – apontou que até esse enviesamento nos cursos foi algo também que ajudou, ainda que fossem héteros, acreditava que se fossem das engenharias ou agronomia teria mais dificuldades.

Ela morava só; os pais dela eram de algum lugar no Nordeste que eu não lembro agora logo, ela era uma lésbica sozinha e eu estava também em Goiânia e meus pais moravam em Brasília – nenhuma força alheia externa para nos impedir, porque o que não se está vendo, não se sabe (L., 2018).

Contou-me que a relação não durou muito porque, mesmo que não fossem os seus pais a dificultar o romance, havia outros desencontros e um deles, e muito profundo, era justamente a questão da publicização de seus afetos. Lucinha estava namorando pela primeira vez uma mulher e estava extremamente feliz, entretanto, os gestuais e comportamentos naturais de uma relação à duas não acontecia:

Ela não queria que a gente tivesse alguma demonstração de afeto em público: vergonha, ela tinha receios e tal. Eu não era a primeira namorada dela... ela já deveria ter passado por diversas situações. Era a primeira namorada mulher que eu tinha na vida. Eu queria tatuar, botar num avião, esfregar na minha testa, riscar no arco-íris, eu queria mostrar pro mundo inteiro que aquilo era muito lindo. A gente vivia sempre neste embate porque ela se sentia desconfortável de eu abraçar ela e beijá-la em público e eu queria mostrar pra todo mundo porque estava muito feliz. Foi bem difícil (L., 2018).

Perguntei se havia, por parte de Lucinha, o sentimento de que poderia ser perigoso e se frente a este ponto ela conseguia justificar a namorada. Luci contra argumentou que, à época não via os perigos. Disse que desafiar a sociedade e se mostrar visível era um ato político em busca da naturalização do que pretendia com as mulheres. Não raro, os discursos de mulheres homoafetivas giram em torno dessa ótica de fazer de si um ponto de referência a outros casais de mulheres, ou fazer de suas relações um ato político na ânsia pela liberdade de suas vivências. Ainda que nobre e bastante resiliente, tais comprometimentos entoam um esperado final de desencontros e estafa na relação, pontos que percebi nos relatos dessas quatro mulheres.

Hoje, já vejo os perigos, de uma forma geral eu passei a ter um relacionamento específico para estar em público; eu morro de vergonha de dar beijos na rua. Eu tenho um comportamento de proteção. Não é por moralidade, eu não acho errado dar beijos, mas tenho medos de que isso aconteça em público; mas me dei conta de que essa percepção do espaço público, nesta perspectiva de receio e cautela já está intrínseca (L., 2018).

Curiosa, quis saber como se davam as práticas sexuais com suas eventuais parceiras se não existia mais a possibilidade da Casa do Estudante. Era uma das questões fulcrais de minha dissertação saber como se davam estas estratégias e não surpresa, mas sempre ouvindo o relato com outras justificativas e percepções, ouvi novamente que o banheiro era um lugar e não só, o Parque da Cidade também era um ponto. Mencionou que pousadas na Asa Norte, quando tinha grana também era uma possibilidade. Em um dado momento, Lucinha exclamou: “já fui muito aventureira na minha vida” e depois um pouco mais séria completou: “(...) mas não se

trata disso, é que sou lésbica mesmo” (2018). Vi aquela afirmação com um pensamento que também me identificava; talvez, a maioria de nós seja essa figura aventureira e, talvez, despudorada, mas na realidade havia todo um embasamento para várias ações e um preconceito que nos impulsionava a encontrar estratégias – nem sempre as melhores, mas ainda assim, as que nos possibilitavam um objetivo fim simples: o prazer, o carinho, a vida relacional.

Banheiro é um lugar perfeito – as duas mulheres podem entrar juntas! As duas podem frequentar o mesmo banheiro, isso é maravilhoso. Banheiro de shopping, Parque da Cidade, pousada quando tinha grana... banheiro de baladas – é o bom!!! Afinal de contas, duas mulheres entram e você pode trancar a porta – é maravilhoso.

(...) quando eu paro pra pensar nessas coisas que eu fazia quando era mais novinha... eu percebo que realmente tive sorte – hoje eu não me vejo fazendo essas coisas de quando eu tinha 24 anos (L., 2018).

Questionei se havia algum lugar em que ela pensasse estar bem e segura para se relacionar afetuosamente com alguma parceira, sem se preocupar com agressões verbais e/ou físicas. Em seu relato, muitas das vezes percebi que Lucinha estava sempre dizendo que era muito militante e que fazer-se visível aos outros era necessário, mas percebia também algumas dificuldades práticas nisso, como na escola; em seu bairro e, então, lancei esta pergunta para saber melhor quais lugares ela havia elegido. “Todos os meus lugares de convivência são em São Sebastião, Casa Frida, Olaria, os eventos culturais... a vida cultural em São Sebastião me proporcionam estar tranquila em eventos ou lugares que eu esteja e que eu saiba que são espaços culturais de militância” (2018).

Notei com essa fala que ela estava restrita a um campo específico de lugar, não só o perímetro de seu bairro, mas também, diminuindo ainda mais o seu percurso, estava ligada aos lugares de militância daquele bairro.

Me deixam à vontade porque são círculos sociais que eu conheço, pessoas que eu conheço... e mesmo que haja pessoas que eu não conheça no lugar, são pessoas que eu sei que não vão me fazer mal, porque estão em espaços feministas, espaço de militância em geral, espaço de mulheres – são lugares que eu me sinto segura (L., 2018).

Ia encaminhar para o final da entrevista e ela trouxe que bares LGBT também eram uma possibilidade, mas que quando não se tratava de um bar naquela disposição, ela acariciava, abraçava beijava e assumia o risco. “Ah, um barzinho LGBT eu me sinto mais segura. Já em outro barzinho qualquer eu já não me sinto segura, mas faço igual, assumindo as possíveis consequências”. E logo também pontuou que:

Eu me acho mais feminina nos meus trejeitos e modos de vestir e acho com certeza que o fato de eu ser mais feminina me imuniza de agressões físicas decorrentes da homofobia. Já o assédio, independente da roupa... a gente vai sofrer assédio do mesmo jeito, eu me livro do assédio que seria para uma mina sapatão, mas fico no assédio de ser mulher (L., 2018).

Ao final, me falou que existiam muitos pontos incríveis em ser lésbica e que eram tão subjetivos, mas em suas próprias palavras disse que tinha uma crença de que mulheres compreendiam mais as emoções; em contrapartida, um dos pontos negativos era não conseguir viver esse sentimento tão lindo sem se blindar “eu tenho que reprimir uma parte do meu comportamento social quando estou em ambientes que não me sinto segura justamente por não me sentir segura... e esta é uma das formas que a gente passa a ter para ser blindar” (2018).

Tratou a questão do armário como algo mais fluido e não tão específico: sair ou entrar. Pontuou que era uma pessoa fora do armário, mas sabia que em alguns momentos iria esbarrar com situações em que seria mais inteligente não se colocar.

Eu acho que tem como ter um meio termo entre estar ou não no armário – quando eu trabalhava na Secretaria da Educação eu estava no armário quando em sala de aula – eu não punha minha orientação em voga. Mas, para os meus amigos, todo o meu círculo sabia. Eu acredito que várias pessoas são assim... no Ministério deve ter várias mulheres que se relacionam com mulheres, mas no trabalho ninguém sabe de nada (L., 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de dissertação acadêmica analisou as dinâmicas e estratégias de mulheres homoafetivas para se relacionarem afetivo-sexualmente em lugares que não fossem somente o de seus lares, desde uma perspectiva macro por meio de marcadores – políticos, históricos e culturais – até como tais análises se imbricariam de forma a permitir a observância das microrrelações, trazendo à luz a subjetividade e a sociabilidade das sujeitas envolvidas. Neste percurso foi possível identificar algumas posturas, usos e costumes aos quais, recorrentemente, essas mulheres dispunham em seus momentos mais corriqueiros, a fim de maior representatividade e respeito às suas práticas.

Os condicionamentos psicológicos e o refreamento de vontades e ações foram traços que referenciam a violência a estas mulheres. O trabalho apresentado não teve por premissa trazer à tona um panorama oficial e único sobre como as lésbicas em Brasília se relacionam ou como estão se condicionando a determinados espaços; contrariamente, este trabalho teve por finalidade trazer um viés e alguns fenômenos pelos quais, em busca de um espaço seguro, mulheres homoafetivas interagem e performatizam, na sociedade, discursos, modos e costumes alusivos ao seu bem estar e comodidade, partindo de enunciações bem tácitas de que os lugares, usualmente, causam incômodo e violência.

Para além do registo de fenômenos, este trabalho também se sustenta em ser um relato para outras mulheres que, em circunstâncias similares, se percebam nestes escritos e consigam notar que não estão sós e que há dispositivos e estratégias de escape às mazelas de discriminação da sexualidade.

Sabendo que as falas têm um alcance majoritário a depender de quem as produz, teço esta dissertação bebendo da fonte de historiadoras e sociólogas em prioridade para exatamente expor que o ponto de vista feminino também tem um vigor que resgata não somente a sensibilidade, mas também evoca cientificidade e empoderamento.

Com base nos relatos e nas diversas nuances de como se portavam cada entrevistada frente às dificuldades, medos e inseguranças, alguns lugares se mostraram contumazes nas narrativas enquanto pontos táticos para esconderijos e escapes. O metrô (1º vagão) e a igreja (grupos jovens) foram dois lugares aos quais não tive tempo hábil para esmiuçar, mas que demonstraram serem zonas em que mulheres homoafetivas se veem acolhidas, sem necessariamente ter que performatizar a heteronormatividade frente ao público presente. Ademais, pude avaliar que dentre as entrevistadas, a homofobia familiar se mostrou mais contundente quando se tratava de um núcleo familiar no qual o nível de estudo era mais baixo,

e que diversas outras violências que se desembocavam na homofobia também se fidelizava quando víamos que os rearranjos familiares lidavam com um cotidiano periférico ou no interior das cidades.

Na dissertação, pensei em retratar a sigla LGBT em sua integralidade. Acreditei que aprofundar apenas uma das identidades seria, de alguma forma, invisibilizar um grupo tão vulnerável. Depois, porém, optei por uma demarcação política-feminista, que não só me nutria como também respondia grande parte de minhas inquietações; conclusivamente, retratei as mulheres homoafetivas e suas práticas afetivo-sexuais no espaço urbano.

Ainda que minha proposta fosse também entrevistar mulheres trans, justamente por saber que as rotinas, dinâmicas implicadas, aversões e receios tomam uma direção diferente em relação às mulheres cis, vi que tais investidas não foram possíveis, seja porque houve um certo afastamento por parte das que tentei abordar, seja porque naquele momento, muitas estavam procurando fazer/dispor um discurso centrado em suas identidades de gênero e optavam por outras pessoas trans que estivessem fazendo pesquisas.

Durante as entrevistas, fiquei tocada por uma questão: o grande acúmulo de relatos de mulheres lésbicas que, ao se dizerem expulsas de casa, demonstravam um comportamento usual de, alguns meses após a expulsão, estarem acumulando demandas de estar em lares na experiência de relacionamentos amorosos com outras companheiras; em alguns dos casos, ambas haviam sido expulsas de suas casas por seus pais. A faixa etária das sujeitas imbricadas – por vezes, muito jovens, entretanto, já com atribuições e responsabilidades agudas.

O questionamento de como se dariam as relações de construção familiares a partir de pilares centrais homoafetivos femininos, frente a uma agenda conservadora a qual tenta com afincos estabelecer medidas, tais como a Escola sem Partido e o Estatuto da família – projetos que assumem protagonismo no Congresso e na vida social brasileira e que apontam para um cenário repressivo e pouco empático às minorias – foi um ponto de partida que me impulsionou a pensar sobre famílias lésbicas.

É necessário, pois, refletir sobre os arranjos familiares não heterocisnormativos, especialmente atentando-se às estratégias impositivas da estrutura monolítica-opressiva na qual se produz relações de violência contra pessoas lésbicas, bem como analisar como isso impacta na constituição de trajetórias pessoais e de famílias lésbicas.

Penso que, em outro momento, provavelmente em uma aplicação de doutorado, esse estudo analítico e mais pormenorizado possa ser evidenciado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. **Migrações, descentramento e cosmopolitismo**: uma antropologia das fronteiras. Tradução: Bruno César Cavalcanti, Maria Stela Torres B. Lameiras, Rachel Rocha de A. Barros. Maceió/AL: São Paulo/SP: EDUFAL: Editora UNESP, 2015. 323 p.

ARARUNA, Maria Léo Borges. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. **Periodicus**, n. 8, v. 1, nov.2017-abr. 2018.

BANDEIRA, Lourdes. SIQUEIRA, Deis. A perspectiva feminista no pensamento moderno contemporâneo. In: Sociedade e Estado. Feminismos e Gênero. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1997. Pp. 263-284.

BAUMAN, Zigmund. **Vida para Consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução: Sérgio Millet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Trad. Floriano Souza Fernandes. Petropolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**. Tradução de Alcira Bixio. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANABARRO, Ronaldo Pires. **História e Direitos sexuais no Brasil**: o movimento LGBT e a discussão sobre cidadania, 2013.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

Carta Mundial pelo Direito à Cidade. 2006. Disponível em: <<https://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>>. Acesso em> 12 set. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1. 2016. p. 99- 127.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos dadiscriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1. 2002. p. 171-188.

CUNHA, Teresa (2011). **Para além e de um Índico de desesperos e revoltas: Uma análise feminista pós-colonial das estratégias de Autoridade e poder das mulheres de Moçambique e Timor-Leste**. Coimbra: Universidade de Coimbra – Centro de Estudos Sociais.

DUARTE, Evandro.Et.al. Corpolítica; Um projeto de enfrentamento e negociação com os sistemas tradicionais de poder acadêmico e social. In: DUARTE, Evandro (org.) **Corpolítica: Contra normatividades periféricas**. Brasília, 2019

DUARTE, Evandro C.Piza. **Criminologia & racismo**. Curitiba: Juruá, 2002.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. Ed. Santa Efigênia, São Paulo: Paz e Terra, 2007. 148 p. (Coleção Leitura).

FOUCAULT, Michel. A Escrita de si. In. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. P 129-160.

_____. Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: edições Loyola, 2019.

_____. De outros espaços. In: **Architecture, Mouvement, Continuité**, n. 5. Paris, 1984.

_____. **História da sexualidade: o cuidado de si**. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron (org.) **Branquidade: Identidade Branca e Multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 307-338.

GATES, Gary J. **How many people are lesbian, gay, bisexual and transgender?** 2011. Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/09h684x2>>. Acessado em: 31 maio 2017

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Periferias e territórios sob efeitos conjugados da precarização: algumas tendências. **Caderno CRH**, Salvador/BA, v. 24, n. 01, p. 89-104, 2011.

GUIMARAES SILVA, Jane Quintiliano. O memorial no espaço da formação acadêmica. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 601-624, jul./dez. 2010. p. 616.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GROSSI, M. P. Gênero e Parentesco: Famílias Gays e Lésbicas no Brasil. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas, v. 21, p. 261-280, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

HARADAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 5, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>>. Acesso em 15 ago.2017.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, pp.17-44.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Publicação online. 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: episodes of every Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/w3ZbQh>>. Acesso em 16 out. 2017.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions**. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. **Homofobia, silêncio e naturalização: Por uma narrativa da diversidade sexual**. Revista Psicologia Política, v. 15, p. 307-324, 2008.

LOPES, Denilson. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, n. 9, p. 541-553, 2001. 2º semestre.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2ªed, 2000.

MISKOLCI, Richard. O Armário ampliado: notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. **Revista Gênero**. Niterói, v. 9, n. 2. Niterói, 2009. p. 171-190.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

QUEIROZ, T. **Montação: os usos da moda na comunicação da identidade de gênero de travestis e mulheres transexuais**. 2016. 125 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília: 2016.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. In: **Cadernos Pagu**, n. 11. Campinas: 1998. p. 89-98.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte. Letramento, 2017. 112p.p (Feminismos Plurais)

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05. 2012.

_____. **Sobre mentiras, secretos y silencios**. Tradução de Margarita Dalton. 1ª ed. Barcelona: Icaria Editorial, 1983.

SANTOS, Sergiana Vieira dos. **Revista Mundaú**. n. 1. 2016. p. 149-152.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Sexualidade e liberdade sexual no contexto brasileiro atual. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano VII, n. 6. Recife: 2013. p. 150-159. Disponível em: <<https://soscorpo.org/sexualidade-e-liberdade-sexual-no-contexto-brasileiro-atual/>>. Acesso em: 23. Set. 2019.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. 2ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEDGWICK, Eve K. Epistemology of the closet. In: ABELOVE, Henry et all. **The lesbian and gay studies reader**. New York/London, Routledge, 2007.

SILVA, Aline Pacheco et al. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**. Belo Horizonte/MG, v. 1, n. 1. 2007. p.25-35.

SILVA, Joseli. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa: Toda palavra, 2009. p 142.

SILVA, Alessandro Soares da. Memória, Consciência e Políticas Públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. **Revista Electrónica de Psicología Política**. 9(27), 2011. p. 127-158.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

WARE, Vron. **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

APENDICE A – QUESTIONÁRIO

Quantos anos você tem?

Onde você mora?

Onde você nasceu?

Qual sua data de nascimento?

Qual sua orientação sexual?

Como você se identifica quanto à identidade de gênero?

Em quais lugares você morou desde que nasceu até hoje?

Com quem você mora atualmente?

Qual o seu nível de escolaridade?

Você já tem alguma profissão? Em caso de SIM, qual?

Você pratica/professa/segue alguma religião?

Qual é o seu status de relacionamento? (solteira, casada, união estável, relacionamento sério) em caso de outras respostas, favor especificar.

Caso namore ou se relacione de outro modo, a quanto tempo?

Seus pais estão ciente da orientação sexual/ identidade de gênero que você tem?

Você possui algum espaço privado ao qual possa se relacionar com quem você deseje?

Caso não tenha espaço privado a casa de seus pais é um lugar acolhedor para isso?

Já iniciou suas relações sexuais? Caso sim, com quantos anos?

As relação com mulheres se iniciaram com quantos anos?

Teve algum parceiro masculino antes? Ou em algum momento da vida?

Qual meio de transporte você mais utiliza?

Já possui carteira de motorista?

Tem carro?

A caso esteja se relacionando com alguém, ou namorando, com que frequência você vê sua parceira?

Em quais dias da semana vocês se veem, geralmente?

Quais tipos de atividades/lazer você enquanto casal com sua parceira faz na companhia uma da outra?

Em quais lugares da cidade vocês se relacionam afetivo socialmente?

Já sofreu alguma discriminação por estar nas ruas com sua companheira?

Vocês frequentam motel?

Já foram em algum motel?

Em quais lugares vocês tem relações sexuais?

Você já transicionou?